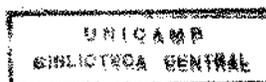


Ana Paula Scher

**AS CONSTRUÇÕES COM DOIS COMPLEMENTOS NO INGLÊS
E NO PORTUGUÊS DO BRASIL:
um estudo sintático comparativo**

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
1996



Ana Paula Scher

**AS CONSTRUÇÕES COM DOIS COMPLEMENTOS NO INGLÊS
E NO PORTUGUÊS DO BRASIL:
um estudo sintático comparativo**

Dissertação apresentada ao Curso de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual
de Campinas como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mary A. Kato

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem

1996

96 11 103

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Scher, Ana Paula
Sch28c As construções com dois complementos no
inglês e no português do Brasil: um estudo
sintático comparativo. / Ana Paula Scher. -
- Campinas, SP : [s.n.], 1996.

Orientador: Mary Aizawa Kato
Dissertação (mestrado) - Universidade Es-
tadual de Campinas, Instituto de Estudos da
Linguagem.

1. Gramática gerativa. 2. Sintaxe. 3.*
Complementação dupla. I. Kato, Mary Aizawa.
II. Universidade Estadual de Campinas. Insti-
tuto de Estudos da Linguagem. III. Título.



Prof. Dr^a. Mary Aizawa Kato - Orientadora



Prof. Dr Carlos Mioto

Prof^a. Dr^a. Charlotte C. Galves

Prof. Dr. Jairo Nunes

Este exemplar é a redação final de texto
defendida por ANA PAULA SCHER

e aprovada pela Comissão Julgadora em
02 / 09 / 96

Prof^a. Dr^a. MARY AIZAWA KATO.

Esta dissertação é dedicada a

Jarbas e Zélia, meus pais

AGRADECIMENTOS

Todos sabemos que agradecer é sempre muito difícil. É quase impossível fazer justiça a todos que, de um jeito ou de outro, contribuem para que a gente comece, desenvolva e termine uma Dissertação de Mestrado. Pensei então em agradecer, pela ordem, àqueles que me fizeram começar, desenvolver e terminar este trabalho. Ficou difícil: quem ajudou no começo, de um modo geral, ajudou até o fim. Desisti de ordem: pelo menos nos agradecimentos...

Começo, então, agradecendo à Professora Mary A. Kato, orientadora desta dissertação. Em primeiro lugar, pela idéia de trabalhar com as construções com dois objetos no português do Brasil. Além disso é sempre preciso agradecer por todas as idéias que sempre brotam de sua imaginação e que tanto nos ajudam a refletir sobre nossos trabalhos. Alguém já chegou a dizer que ela é uma mina de idéias. Eu acho que é isso mesmo. Obrigada, Mary, por sua paciência e respeito ao ritmo de cada um de nós.

Obrigada ao Carlão (Carlos Míoto), sobretudo, pelo incentivo para que me preparasse rapidamente para o curso de Mestrado. Obrigada, ainda, por seu interesse em me apresentar a teoria gerativa e sua paciência para esclarecer as dúvidas que surgiam a toda hora quando estava começando.

À Professora Charlotte C. Galves, pela boa acolhida quando cheguei a UNICAMP e pelas aulas e seminários esclarecedores.

Aos Professores Jairo Nunes e Sonia Cyrino, pelos comentários e sugestões que apresentaram como membros da banca do Exame de Qualificação.

À Eva, Helena, Jazon e Max. Este grupo está sendo, pela terceira vez, mencionado nos agradecimentos de uma dissertação. Não é para menos. Eles sabem os motivos. Pessoal, um super obrigada!

Às amigas Evani, Mirta, Cida Torres, Rosane Berlinck e aos colegas dos cursos de Seminários Avançados da Mary e da Charlotte pela paciência em me ouvir falar tantas vezes sobre o tema deste trabalho e pelas idéias que trouxeram.

Agradeço, também, aos membros do Departamento de Letras e Artes (DLA) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) pela licença concedida e também aos funcionários da secretaria sempre prestativos no envio de correspondências e informações relevantes. Um agradecimento especial aos professores Gustav James Szabo, Matildes Demétrius dos Santos e Mauro Baltazar, com quem estarei sempre em débito: não há como pagar a confiança e o espírito de cooperação que expressaram desde o início deste trabalho se oferecendo para assumir, durante o período de minha licença, três turmas de Língua Inglesa do DLA que, normalmente, seriam de minha responsabilidade. Dizer muito obrigada, ainda é muito pouco.

À Assessoria Internacional da UFV, pelo suporte administrativo.

À CAPES, pela concessão da Bolsa de Estudos.

À UNICAMP, em especial ao IEL, nas pessoas de seus funcionários e professores, por me aceitar como aluna.

À Mayra, Luciana, Nena, Márcio, Sylvania, Aquiles, Lao, Dag e Pascoalina, amigos não gerativistas que me deram muita força: para chegar até a UNICAMP e para me reintegrar rapidamente à vida de estudante.

A meus Pais, irmãos e irmãs, pelo amor e confiança.

Ao Neno, pela nossa vida.

SUMÁRIO

RESUMO	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: DOIS COMPLEMENTOS NO INGLÊS E NO PBM	15
1.0 - Descrição Preliminar e Questões da Pesquisa	15
1.1 - A Ordem dos Complementos no Inglês	16
1.1.1 - Fillmore (1965): duas “Construções de Objeto Indireto”	18
1.1.2 - Os mesmos Dados na Visão de Kuroda (1968)	20
1.1.3 - Grimshaw (1989) e as Relações Temáticas nas Construções com ODp	21
1.2 - A Ordem dos Complementos no Português Brasileiro Mineiro (PBM)	24
1.2.1 - Correspondências com o Inglês	24
1.2.1.1 - Os Dados do PBM à Luz das Observações de Fillmore e Kuroda	27
1.2.1.2 - O PBM e as Observações de Grimshaw	29
1.2.2 - Peculiaridades do PBM	32
1.2.2.1 - A Variável “Tipo de Preposição”	33
1.2.2.2 - Há Objeto Duplo no PBM ?	36
1.2.2.2.1 - Ausência de OD	38
1.2.2.2.2 - Ausência da Preposição <i>a</i> sem o Movimento do OI	38
1.2.2.2.3 - Ausência da Preposição <i>a</i> em Complementos Nominais	39
1.2.2.2.4 - Mais Particularidades do PBM	40
1.3 - Conclusão	41
CAPÍTULO II: QUADRO TEÓRICO PARA A ANÁLISE DO DUPLO OBJETO	13
2.0 - Algumas Propostas para a Estrutura de Uma Sentença com Dois Complementos	43
2.1 - Oerhle (1976), Chomsky (1981) e Czepluch (1982)	44
2.2 - Kayne e as Propostas de Mini-oração e de um PP sem o Preenchimento de P	45
2.3 - A Definição de domínio pode ser um problema para os ODp : Barss & Lasnik (1986)	49
2.4 - Um VP Oracional: Larson (1988)	51
2.5 - ODp como <i>Input</i> para Dativo: Aoun & Li (1989)	64
2.6 - Uma Crítica ao VP Oracional: Jackendoff (1990)	66
2.7 - A Proposta Minimalista de Fujita (1996)	75
2.8 - A Mesma Base para os Dativos e ODp : Ramos (1992)	80
2.9 - Conclusão	81

CAPÍTULO III: PROVÁVEIS DETERMINANTES DA ALTERNÂNCIA DATIVA NO PB	82
3.0 - Três Possibilidades	82
3.1 - A Hipótese do Movimento Motivado Prosodicamente: Zubizarreta (1996)	82
3.1.2 - Movimento Sintático X Movimento Prosódico	83
3.1.2 - As Estruturas Bitransitivas Dativas	86
3.2 - As Semelhanças entre os OIs e os Adjuntos	88
3.3 - V PP NP é <i>scrambling</i> no Espanhol: Demonte (1994)	94
3.4 - Conclusão	104
CAPÍTULO IV: UM FATOR SINTÁTICO + UM FATOR MORFO-FONOLÓGICO COMO DETERMINANTES DA ORDEM V-NP-NP NO PBM	105
4.0 - Considerações Iniciais	105
4.1 - O Fator Sintático: São duas as Ordens de Base e a Sequência V (NP/PP) NP é uma Estrutura de Tópico	106
4.1.1 - O Quadro Teórico e a Estrutura para os Dativos	106
4.1.2 - PP na Ordem V PP NP é Tópico	109
4.2 - A Ausência da Preposição <i>a</i>	115
4.3 - A Ordem é OI OD, mas a preposição não é apagada	116
4.4 - Conclusão	119
CONCLUSÃO	120
SUMMARY	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

RESUMO

As construções envolvendo verbos que selecionam mais de um argumento interno, embora bastante exploradas na literatura gerativista, apresentam, ainda, aspectos bem interessantes que requerem interpretação. Este trabalho é o resultado de um estudo sintático comparativo sobre este tipo de construção no inglês e no português do Brasil falado na Zona da Mata Mineira (**PBM**).

Como Larson (1988), chamo de construções dativas aquelas em que a ordem interna ao **VP** é **V-NP-PP** como em *John gave a book to Mary*. Uma sentença do tipo de *John gave Mary a book*, em que a ordem dos complementos é **V NP NP**, será tratada como construção de Objetos Duplos (**ODp**). No **PB**, este tipo de construção é bem pouco comum, se restringindo a falantes de dialetos como o português falado na Zona da Mata Mineira (**PBM**), para quem uma sentença como *A Maria deu o João um livro* é bastante comum.

Com dados do inglês e do **PBM** mostro que a ordem **V NP NP** não representa o mesmo fenômeno nestas duas línguas (ou dialetos). Assim, proponho uma análise diferente das que já foram sugeridas para construções com **ODp** inglês. Com base nas duas ordens possíveis para os complementos de um verbo bitransitivo, proponho que a ordem **V NP NP** no **PBM** resulta da interação de fatores de naturezas distintas. Um deles, sintático, dá origem à ordem **V PP NP**. Na análise que proponho, a representação sintática para **V PP NP** será uma estrutura de base da mesma forma que a representação de **V NP PP**. Juntamente com o fator sintático, entra em ação um fator de natureza morfo-fonológica cuja principal consequência será a queda da vogal (preposição) *a*.

Palavras-chave:

1. Gramática Gerativa

2. Sintaxe

3. Complementação dupla

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo sobre sentenças do inglês e do português do Brasil (**PB**) cujos verbos selecionam mais de um argumento interno. Pretendo propor uma representação sintática para este tipo de sentença no **PB**, tomando como base um de seus dialetos: o que é falado na Zona da Mata Mineira, a que chamarei de **PBM**.

A comparação entre as sentenças com dois complementos nas duas línguas (ou dialetos), assim como a análise das propostas existentes para dar conta do fenômeno no inglês e de sua aplicabilidade aos exemplos do **PBM**, servirão de ponto de partida para a elaboração da presente proposta. Durante o trabalho deverei, necessariamente, levantar questões que remetem à ordem dos elementos dentro da sentença, visto que, nas duas línguas (ou dialetos), os complementos do verbo podem aparecer em duas ordens diferentes. São elas: **V NP PP¹** e **V NP NP** para o inglês e **V NP PP** e **V PP NP** (ou aparentemente **V NP NP**) para o **PBM**.

De um modo geral, a possibilidade de variação na ordem dos constituintes de uma sentença dá margem a propostas de análise distintas para tal sentença. Considerando-se as ordens **SVO** (sujeito-verbo-objeto) e **OSV** (objeto-sujeito-verbo) no **PB**, o que se tem, em princípio, são duas possibilidades de análise. Uma das hipóteses prevê que cada uma destas ordens resulte de uma ordem básica diferente. Desta forma, sentenças neutras (1a)² e sentenças com tópico (1b) em **PB** teriam representações estruturais que refletiriam a ordem de base em cada um dos casos. Uma outra alternativa seria propor que uma delas representasse a ordem básica e a outra, a ordem derivada. Neste caso, (1a), por ser neutra, poderia representar a ordem básica e a estrutura de foco em (1c) seria derivada de (1a).

¹ Algumas das abreviaturas utilizadas neste trabalho terão sua referência nos termos do inglês utilizados pela teoria gerativa. A intenção é manter coerência com o padrão internacional.

² Aqui, estou chamando de neutras as sentenças que se apresentam na ordem considerada canônica para as sentenças do **PB**, ou seja, **SVO**.

- (1) a. [S V O]
 b. [IP NP [IP S V pro]]
 c. [XP NP_i X[IP S V t_i]]

De imediato, duas questões se colocam. Uma delas diz respeito à determinação de qual das estruturas realmente representa a ordem de base. A outra tem a ver com a interpretação das sentenças: é preciso saber se esta interpretação poderá ser a mesma independente da ordem em que os constituintes se apresentam, ou se será distinta, variando com a ordem destes constituintes.

Dado que a ordem dos complementos de uma sentença pode variar, a previsão é que as construções com verbos bitransitivos, exatamente da mesma maneira que estruturas **SVO** e **OSV**, também admitam mais de uma análise. Isto quer dizer que tanto análises que propõem duas ordens básicas para os complementos do verbo quanto as que propõem uma ordem básica e outra derivada devem ser possíveis.

Chamo de construções dativas³ as que apresentam a seguinte ordem entre os argumentos do verbo: **V NP PP**. São representativas do que Emonds (1993) chama de *romanized indirect objects*, ou seja, de objetos indiretos (**OI**) introduzidos na sentença através de uma preposição. O exemplo aparece em (2a). Seguindo autores como Larson (1988) e Jackendoff (1990b), chamo de construções com objeto duplo (**ODp**) as que se apresentam na ordem **V NP NP** representadas pela sentença em (2b), que têm poucas restrições no inglês⁴.

- (2) a. I gave a book to the boy.
 b. I gave the boy a book.

³ A terminologia varia de autor para autor. O termo "construções dativas" é apenas um dos empréstimos que faço da terminologia adotada por Larson (1988). Dele também vem a expressão *double object construction* que, nesta dissertação, foi traduzida por *construções com objeto duplo (ODp)*. Fillmore (1965:10), por outro lado, diz que as sentenças em que o objeto indireto (não preposicionado) segue o verbo transitivo e é seguido pelo objeto direto são as chamadas construções de objeto indireto.

⁴ Uma destas restrições se manifesta com a presença de um **NP** indefinido do tipo de *a boy* na posição entre o verbo e o objeto direto.

No **PB**, mais frequentes são as ocorrências de construções dativas, como se vê em (3a), abaixo. Sentenças do tipo de **ODp**, ao contrário, são bem menos comuns. Dados como (3b), em que a ordem **V NP NP** ocorre, têm aceitação limitada a apenas alguns de seus dialetos, entre eles o **PBM**⁵.

- (3) a. Eu dei o livro ao/ para o rapaz.
b. Eu dei o rapaz o livro

Considerando-se o **PB** de um modo geral, entretanto, tem-se que a ordem dos argumentos internos de um verbo pode variar. Isto quer dizer que construções com dois complementos em que o **OI** preposicionado aparece entre o **V** e o objeto direto (**OD**), formando algo do tipo de **V PP NP**, não são raras nesta língua.

- (4) Eu dei ao/para o rapaz o livro.

Naturalmente, (3b) será o resultado deste mesmo tipo de inversão na ordem dos complementos do verbo, no dialeto do **PB** no qual esta sentença pode ocorrer.

Se duas propostas de análise para as ordens distintas forem realmente possíveis para o caso dos argumentos de um verbo, um dos caminhos a se percorrer poderá ser a admissão de que as sentenças (a) dos exemplos (2) e (3) representem uma ordem básica e as sentenças em (b) dos mesmos exemplos representem uma outra ordem básica. A outra possibilidade será admitir que uma das ordens seja a básica e a outra a derivada.

Uma boa parte das análises propostas para as construções com **ODp** do inglês parece caminhar na direção da hipótese de que há uma ordem básica e uma ordem derivada. Embora vários autores concordem quanto à proposta derivacional, alguns deles consideram a ordem **V NP PP** como básica (Larson, 1988) enquanto outros assumem que **V NP NP** seja a ordem bá-

⁵ Heloísa Saltes (comunicação pessoal) me apontou que os moradores de fazendas nos arredores de Goiânia também não consideram mal formadas as sentenças com a ordem **V NP NP**, como no **PBM**.

sica (Aoun & Li, 1989). Uma visão contrária à proposta derivacional é apontada nos trabalhos de Jackendoff (1990b) e Fujita (1996), como será visto adiante.

No que diz respeito ao **PBM** e ao **PB** de modo geral, não se pode dizer que um ou outro autor assuma uma ou outra análise da questão da ordem. Há poucos trabalhos sobre construções com dois objetos nesta língua. Ramos (1992) propõe que tanto a estrutura dativa quanto aquela com **ODp** derivem de uma mesma representação subjacente através, respectivamente, do movimento do **OD** ou do **OI** para uma posição de especificador vazia.

Tomando como base os exemplos em (2) e (3), procurarei responder às seguintes questões: 1) Será correto afirmar que a possibilidade de variação na ordem dos complementos de um verbo representa a ocorrência do mesmo fenômeno no inglês e no **PBM**? Se a resposta a esta pergunta for afirmativa, qualquer uma das análises propostas para o fenômeno no inglês deverá ser possível também para o **PBM**. Se for negativa, ou seja, se a variação na ordem dos constituintes complementos de verbo representar fenômenos distintos nas duas línguas, então uma outra pergunta se coloca: 2) Qual a representação sintática para as duas formas no **PBM**?

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: o capítulo I apresentará dados de construções com dois objetos nas duas línguas. Descreverei o fenômeno no inglês seguindo as observações de autores como Fillmore (1965), Kuroda (1968) e Grimshaw (1989), entre outros. Em seguida apresentarei os dados correspondentes do **PBM**. Estes dados deixarão claras as limitações de ocorrência de **V NP NP** no **PB**. Mesmo entre os falantes de **PBM**, as seqüências **V NP NP** e **V NP PP** parecem estar em variação livre. O que observei, na realidade, é que a fala de uma mesma pessoa apresenta registros das duas seqüências.⁶

No capítulo II apresentarei alguns trabalhos importantes sobre as estruturas de complementação dupla. Ressaltarei as propostas derivacionais de Larson (1988) e de Aoun & Li (1989) (cada uma delas considerando uma representação distinta como sendo a ordem básica), a crítica ao trabalho de Larson feita por Jackendoff (1990b), a proposta de Ramos (1992) e o

⁶ Neste trabalho, não trabalharei com os fatores extra-lingüísticos tais como escolaridade, classe social, idade ou sexo, que possam contribuir para esta variação.

trabalho de Fujita (1996). Com exceção de Fujita (op. cit.) que já trabalha com noções minimalistas, todas estas propostas foram desenvolvidas dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros (**P&P**), em sua versão pré-minimalista.

O passo seguinte, desenvolvido no terceiro capítulo, será avaliar algumas hipóteses para o tratamento da alternância dativa no **PB** e no **PBM**. Serão consideradas três possibilidades de explicação para a ocorrência de **V PP NP**: 1) a presença do **PP** na posição imediatamente pós-verbal é motivada prosodicamente (Zubizarreta, 1996); 2) esta ordem pode ser um reflexo das semelhanças apontadas por Dillinger *et alii* (1996), entre o elemento que antes se supunha ser o segundo complemento (CI) e os adjuntos e 3) a ordem acima resulta de um fenômeno de *scrambling* como sugerido por Demonte (1994) para o espanhol (**E**).

Finalmente, no último capítulo tentarei mostrar que a ordem **V NP NP** no **PBM** resulta da interação de fatores de naturezas distintas. Um deles, sintático, dá origem à ordem **V PP NP**. Proponho que esta não seja uma ordem derivada de **V NP PP**, como sugere Larson (1988) para o inglês e nem tampouco seja a ordem básica da qual **V NP PP** será derivada, como se vê no trabalho de Aoun & Li (1989). Na verdade, proponho, com base em Creider (1979), que **V PP NP** no **PB** seja resultado do caráter de tópico do que se convencionou chamar de segundo complemento (Scher, 1996). Na análise que proponho, a representação sintática para **V PP NP** será uma estrutura de base da mesma forma que a representação de **V NP PP**. Paralelamente ao fator sintático, tem-se a ação de um fator de natureza morfo-fonológica que tem como principal consequência a queda da vogal (preposição) *a* em contextos apropriados. Desta forma, minha proposta dará conta dos dados do **PBM**.

CAPÍTULO I

DOIS COMPLEMENTOS NO INGLÊS E NO PBM

1.0 - DESCRIÇÃO PRELIMINAR E QUESTÕES DA PESQUISA

Neste capítulo, de caráter essencialmente descritivo, apresento as construções com dois objetos nas duas línguas (ou dialetos) em foco nesta dissertação: o inglês e o português brasileiro falado na Zona da Mata mineira, o **PBM**.

Na seção 1.1 descrevo o fenômeno no inglês seguindo o que foi apresentado em trabalhos de autores como Fillmore (1965), Kuroda (1968) e Grimshaw (1989). Os dados permitem observações interessantes. Fillmore (op. cit.) e Kuroda (op. cit.) vão tratar da formação de passivas e da extração de constituintes. A preocupação de Grimshaw (op. cit.) com o processo de aquisição da alternância dativa pela criança resultará em uma generalização que envolve o papel temático do **NP** dativo em sentenças com este tipo de alternância .

As sentenças do **PBM** vêm na seção 1.2, que se subdivide em duas subseções. Na primeira delas procuro estabelecer um paralelo entre as sentenças bitransitivas do inglês e suas correspondentes no **PBM**, tendo como base os mesmos autores apontados na seção 1.1 e suas descrições e/ou conclusões para o inglês. Na segunda subseção apresento algumas peculiaridades do **PBM**. Meu objetivo é comparar o fenômeno nas duas línguas (ou dialetos), buscando subsídios para responder a uma das perguntas centrais deste trabalho: pode-se dizer que as construções com dois complementos **NP** do inglês e do **PBM** têm a mesma natureza sintática, ou seja, que resultam dos mesmos processos sintáticos?

1.1 - A ORDEM DOS COMPLEMENTOS NO INGLÊS

Os exemplos em (1) nos mostram sentenças do inglês em que o verbo seleciona dois argumentos. São bem formadas tanto as sentenças com construções dativas simples do tipo de **V NP PP** como em (1a), quanto aquelas com objeto duplo (**ODp**), ou seja, do tipo de **V NP NP** como (1b).

- (1) a. John gave a book to Mary.
b. John gave Mary a book.

Uma discussão importante e sempre presente nos trabalhos sobre as estruturas de complementação dupla é a possibilidade de que as representações estruturais das sentenças em (1) revelem uma relação de derivação entre elas. Alguns autores ((Fillmore, 1965), (Larson, 1988), entre outros) tomam a representação que sugerem para (1a) como estrutura de base, enquanto outros ((Burt, 1971) ou (Aoun & Li, 1989)) assumem que a representação que sugerem para (1b) é que é a estrutura de base. Ramos (1992), em um trabalho que trata da marcação preposicional de complementos verbais através de α , também assume uma postura derivacional que, no entanto, se distingue das mencionadas acima. A diferença, neste caso, está em que uma mesma ordem de base poderá derivar tanto a estrutura dativa (**V NP PP**) quanto aquela com **ODp** (**V NP NP**).

Em (2) pode-se constatar a possibilidade de alternância em relação à ordem dos constituintes complementos de **V** no inglês sem que a preposição *to* seja apagada. Embora bem menos frequente que no **PB**, este tipo de construção nem sempre traz problemas para a questão da aceitabilidade da sentença¹.

- (2) a. The teacher gave several books to him.
b. The teacher gave to him several books. (Larson, 1988:339)

¹ Arnold (1995) destaca que este tipo de ordem (**V PP NP**) já foi bastante produtivo no inglês. Na verdade, no inglês do período anterior a 1500, uma sentença como *I gave to Mary a book* ocorria concomitantemente à forma moderna de construções com **ODp**, ou seja, com *I gave Mary a book*.

- c. I gave a book about London to John.
- d. I gave to John a book about London

Há, no entanto, diferentes propostas de análise para este fenômeno. Segundo Larson (1988), para Chomsky (1955/1975) (2a) deriva de (2b) por extraposição do **PP** *to him*. A análise padrão para (2d), sugere que a ordem **V PP NP**, neste caso, é resultado do deslocamento de um **NP** pesado à direita. Larson (1988) propõe uma explicação unificada para (2b) e (2d). Já foi apontado que este autor assume a ordem em (2a) como básica e aquela em (2b) como derivada. A novidade é que ele atribui a alteração da ordem dos complementos de *give* em (2b) e (2d) à possibilidade de reanálise dos complexos *give to him* e *give to John*, **V'** em sua proposta, como um verbo transitivo simples, como será visto no capítulo II.

Chamo a atenção do leitor, para os exemplos em (3) e (4), que apontam para o fato de que a alternância entre um **NP** e um **PP** não é uma possibilidade tão ampla para o inglês, quanto para o **PBM**, como mostrarei na seção 1.2:

- (3) a. Mary put a book about London on the table.
- b. *Mary put on the table a book about London.

- (4) a. Mary bought a book in the morning.
- b. *Mary bought in the morning a book.

As construções passivas que se vêem em (5c,d), derivadas das construções bitransitivas ativas em (5a,b), também assumirão um papel importante neste trabalho.

- (5) a. I gave a book to Mary.
- b. I gave Mary a Book.
- c. A book was given to Mary.
- d. Mary was given a book.

Além de revelarem uma distinção bastante interessante entre os dados do inglês e os do **PB** e, conseqüentemente, do **PBM**, tais construções são básicas para a proposta de Larson

(1988), que apresentarei no capítulo II, e se incluem entres as observações de Fillmore (1965) a respeito das sentenças com dois complementos. Para este último autor, o processo de passivação varia conforme as sentenças ativas que derivam as sentenças passivas sejam construções dativas, ou construções com **ODp** com paráfrase em construções dativas com *to* ou com *for*.

1.1.1 - Fillmore (1965): duas “construções de objeto indireto”

Fillmore (1965) se constitui em um trabalho bastante descritivo sobre as sentenças com dois complementos em que o **OI** aparece entre o verbo e o **OD**. São o que chama de “construções de objeto indireto” (cf. nota 3, Introdução) e que aqui estou chamando de construções de **ODp**. O autor destaca a distinção, existente no inglês, entre dois tipos de “construções de objeto indireto”: as que têm paráfrase em sentenças dativas com *to* e as que têm paráfrase em sentenças dativas com *for*. Além disso, apresenta dados que refletem as limitações para a formação de passivas nestes casos, para ele, uma das propriedades deste tipo de construções.

Com os exemplos em (6), Fillmore pretende mostrar que duas passivas se formam a partir de construções com **ODp (V NP NP)**² com paráfrases em construções dativas com *to*, enquanto as que têm paráfrases em estruturas dativas com *for* não admitem a formação de nenhuma passiva.

- (6) a. He gave me a hat.
 b. I was given a hat.
 c. A hat was given me³.

² Neste ponto a nomenclatura já é a adotada nesta dissertação e não mais aquela sugerida por Fillmore (1965).

³ Jaeggli (1986:596) aponta que alguns dialetos do inglês consideram agramaticais sentenças como *A book was given John* com um **NP** pleno na posição argumental de *Alvo*. Para ele isto se deve ao fato de que somente o argumento *Tema* de uma construção com **ODp** pode receber Caso inerente. Outros dialetos, no entanto, aceitam este tipo de sentença, particularmente, se o argumento *Alvo* é pronominal (6c).

- d. He bought me a hat.
- e. *I was bought a hat.
- f. *A hat was bought me.

Seqüências **V NP PP** como em (7a) e (7c) derivam uma sentença passiva cada.

- (7) a. He gave a hat to me.
- b. A hat was given to me.

- c. He bought a hat for me.
- d. A hat was bought for me.⁴

Uma outra propriedade das construções com **ODp**, também apontada em Fillmore (1965), diz respeito às restrições de seleção de *Wh*. Seus dados conduzem a um provável impedimento da relativização ou da conversão do **NP** objeto indireto (sem preposição) em pronome interrogativo, como se vê nos exemplos em (8d) e (9d)⁵.

- (8) a. I bought a hat for you.
- b. Who did you buy a hat for?
- c. I bought you a hat.
- d. *Who did I buy a hat? (Fillmore, 1965:12)

- (9) a. You gave this book to me.
- b. Who did you give this book to?
- c. You gave me this book.
- d. *Who did you give this book? (Fillmore, 1965:12-13)

⁴ Os exemplos em (7) são semelhantes aos apontados por Kuroda (1968:375) em sua resenha do trabalho de Fillmore (1965).

⁵ É importante que se chame a atenção para a fragilidade de julgamentos desta natureza. Não é raro encontrar divergências de opiniões sobre o que representa ou não uma sentença bem formada.

Para Fillmore, a restrição à relativização ou à conversão do **NP** objeto indireto (sem preposição) em pronome interrogativo, mencionada acima, pode ser uma propriedade dos **OIs** que fazem parte de uma construção com **ODp**. Em sua formulação, o autor chama de V_{tiot} os verbos que admitem estas construções⁶.

1.1.2 - Os mesmos dados na visão de Kuroda (1968)

Kuroda (1968) apresenta uma explicação um pouco diferente para os dados que forma apresentados em (8) e (9). O autor sugere, com exemplos de duplas interrogativas (10), que a restrição proposta por Fillmore (op. cit.), proibindo a relativização ou conversão em pronome interrogativo de um item que siga um verbo do tipo V_{tiot} não seja a causa real da agramaticalidade de (8d) e (9d):

- (10) a. He gave whom what?
 b. Who gave whom an umbrella?
 c. He gave what to whom?
 d. Who gave an umbrella to whom? (Kuroda, 1968:377)

Para o julgamento do autor, (10a,b) são tão bem formadas quanto (10c,d). Em (10a,b), o **OI** de uma construção com **ODp** foi convertido em pronome interrogativo, contrariando a restrição proposta por Fillmore. Kuroda chama a atenção do leitor para o fato de que apesar de pronominalizado, o **OI** permanece em sua posição “original”⁷. Kuroda acredita que a má formação da sentença somente ocorrerá se o elemento *Wh* correspondente ao **OI** da construção sem preposição for fronteado ((8d) e (9d)). Isto parece se repetir com o fronteamento de outros elementos, também correspondentes ao **NP** objeto indireto.

⁶ V_{tiot} representa uma categoria de verbos que admitem construções com **ODp** e têm como objeto indireto um constituinte com a preposição *to*.

⁷ Uso aspas para adiar, para mais adiante no trabalho, a discussão sobre o caráter derivacional ou não de uma construção com **ODp**.

- (11) a. *Only me would he give an umbrella.
 b. *It is me that he gave an umbrella. (idem)

Um exemplo bastante semelhante a (9d)⁸ é utilizado por Barss & Lasnik (1986:348). Embora considerem-no marcado, os autores utilizam as sentenças *Who did you give a book?* e *Which book did you give John?* para exemplificar o que chamam de efeito de superioridade, ou seja, para mostrar a possibilidade de extração de qualquer dos NPs de uma construção com **ODp**, desde que separadamente e, ainda, desde que pelo menos um deles não seja um elemento *Wh*. Se, no entanto, os dois NPs forem elementos *Wh*, então somente a extração do primeiro NP, o objeto indireto, será possível, como fica claro nos exemplos seguintes que serão retomados na seção 2.2, no próximo capítulo: *Who did you give which book?* e **Which book did you give who?* (Barss & Lasnik, 1986:349).

O que se percebe é que o julgamento destes dois autores não leva em consideração nem a restrição formulada por Fillmore, em termos de verbos do tipo *V_{tiot}*, nem a restrição formulada por Kuroda, em termos de frenteamento do NP objeto indireto.

1.1.3 - Grimshaw (1989) e as relações temáticas nas construções com ODp

A natureza das relações temáticas estabelecidas entre o verbo e seus argumentos e os resultados de algumas pesquisas sobre o processo de aquisição da alternância dativa também poderão ser relevantes para a comparação que se pretende estabelecer neste trabalho.

As pesquisas sobre aquisição de linguagem apontam que, ao adquirir uma língua a partir de um *corpus* finito, a criança deve fazer generalizações ((Braine, 1971) e (Baker, 1979) *apud* Grimshaw (1989)). No caso específico das construções com **ODp** do inglês, seria possí-

⁸ Repito (9d):

(9) d. *Who did you give this book?

vel supor, como ressaltado por Grimshaw, que a criança faça generalizações do tipo de (12a,b), abaixo, utilizando regras transformacionais e de subcategorização, respectivamente:

- (12) a. NP1 [to/for NP2] \Rightarrow NP2 NP1
 b. [___ NP1 to/for NP2] \Rightarrow [___ NP2 NP1]. (Grimshaw, 1988:114)

Esta suposição é, em um primeiro momento, justificável, pois o *input* ao qual a criança está exposta inclui sentenças como (13) ou (14):

- (13) a. We gave a book to the child
 b. We'll bake a cake for you (idem)

- (14) a. We gave the child a book.
 b. We'll bake you a cake. (ibidem)

Se (12a,b) estivessem corretas, no entanto, então a criança produziria (15b) e (15d):

- (15) a. We carried a book to the child
 b. *We carried the child a book.
 c. They'll fix the radiator for you.
 d. *They'll fix you the radiator. (ibidem)

As observações de que regras como (12a) são impossíveis nos modelos mais recentes da teoria, de que teorias lexicais não relacionam grades de subcategorização como em (12b) e de que as crianças não produzem (15b,d) permitem que a autora identifique a real pergunta a ser respondida pelas crianças em fase de aquisição deste tipo de construção: elas não precisam saber quando a seqüência **NP to/for NP** se transforma em **NP NP**, mas quando o argumento de um predicado pode ser realizado como um **NP** objeto direto.

Assim, para responder à pergunta, a criança deverá se inspirar na representação que determina a realização de argumentos de modo geral, ou seja, na representação lexical do predicado. Sabe-se que esta representação pode ter duas formas: a estrutura argumental e a repre-

sentação semântica lexical, cujas palavras-chave são *Alvo*, *Agente*, etc e os predicados envolvidos em suas definições.

Grimshaw (op. cit.) assume, nesse trabalho, que, ao fazer a generalização para o comportamento das estruturas com dois complementos, as crianças analisam a estrutura léxico-semântica do predicado, concluindo que um argumento que carregue a noção de *Alvo* ou de *Transferência de posse*⁹ poderá ser realizado como um NP ou um PP. Em outras palavras, a alternância dativa é interpretada pela criança como uma generalização a ser feita sobre um tipo de argumento em particular e não sobre uma classe de verbos.

Embora coerente, a análise de Grimshaw não se refere a (16b,d,f) em que, apesar de os argumentos *charity*, *the children* ou *the auction* poderem carregar (para Jackendoff (1990b), mas não para Larson (1988, 1990)) a noção de *Alvo*¹⁰, a alternância não é possível.

- (16) a. John donated the money to charity.
 b. *John donated charity the money. (Larson, 1988:371)
 c. I distributed apples to the children.
 d. *I distributed the children apples. (idem)
 e. I contributed my time to the auction.
 f. *I contributed the auction my time. (ibidem)

⁹ Assumindo que a criança sabe que deverá olhar para a estrutura léxico-semântica dos predicados para determinar o comportamento do alternância dativa. Grimshaw afirma que ao ouvir *give* nos dois contextos sintáticos (realizado como um NP ou como um PP), a criança concluirá que a alternância tem a ver com o tipo de argumento que este verbo seleciona. Segundo a autora, a representação semântica de *give* (X causes Y to become in the possession of Z, Grimshaw (1988:116)), só permite conclusões sobre o comportamento gramatical de argumentos *Alvo* que incluam o sentido de posse (Z). A criança fará, então, generalizações sobre outros verbos com o mesmo tipo de argumento.

¹⁰ A noção de *Alvo de transferência de posse* adotada por Larson (1988) é bastante específica, no sentido em que, para este autor, verbos como *give away*, *donate*, *distribute* e *contribute* só podem conotar uma *Transferência de posse a partir de uma Fonte*, mas não para um *Alvo* determinado. Esta observação é importante, pois toda a sua proposta leva em conta verbos como *give* que, como a preposição *to*, selecionam um argumento *Alvo* que pode ser determinado.

A conclusão de Grimshaw (op. cit.) é que a condição necessária para a alternância dativa é a marcação temática de um dos argumentos do verbo como *Alvo* ou *Transferência de posse*. Esta pode, entretanto, não ser uma condição suficiente, já que verbos como *donate*, *contribute* e *distribute* não admitem a alternância. Além disso, muito interessante é a observação de que os três verbos em questão são de origem latina, o que pode ter implicações interessantes para o trabalho.

Estes dados foram apontados por Larson (1988:369). O autor levanta a hipótese de que a alternância dativa é possível em casos como *give* e *send* pelo fato de estes verbos especificarem, em sua grade temática, dois papéis- θ a serem atribuídos a seu **OI**: o de *Beneficiário* e o de *Alvo de transferência de posse*. Este último coincide com o papel- θ que a preposição *to* poderia atribuir.

Assim, **V NP NP** só ocorrerá com verbos como *give*, pois a contribuição temática da preposição se torna irrelevante. Verbos como *donate*, no entanto, ainda segundo Larson, não especificariam o conteúdo de *to* em sua grade temática. Desta forma, não haveria redundância na atribuição de papéis- θ do verbo e da preposição. A omissão da preposição implicaria na falta do papel temático *Alvo de transferência e posse* e, portanto, a alternância não é possível.

1.2 - A ORDEM DOS COMPLEMENTOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO MINEIRO (PBM)

Nesta seção, traço um paralelo entre os dados do inglês, que acabei de apresentar e o que considero serem seus correspondentes no **PBM**. Analiso estes dados levando em conta os mesmos autores de quem emprestei a descrição do inglês. São eles: Fillmore (1965), Kuroda (1968) e Grimshaw (1989). Em seguida, apresento características bem particulares do **PBM** que me sugerem a pergunta sobre se a ordem **V NP NP** neste dialeto pode ser considerada uma estrutura de **ODp**.

1.2.1 - Correspondências com o Inglês

Ao se observarem os dados de complementação dupla do português, de imediato, pode-se perceber a marginalidade de sentenças como (17), se se considera o **PB** como um todo. Em geral, a aceitabilidade deste tipo de sentença (**V NP NP**) fica restrita apenas a falantes de alguns de seus dialetos. Como já visto, este tipo de sentença é mais comum entre os falantes do dialeto da Zona da Mata Mineira¹¹.

(17) A Maria deu o João um livro.

Com relação ao **PB**, o que se verifica é que seus complementos preposicionados, quando manifestados, são representados, como esperado, através de um **PP**. Além disso, há uma certa liberdade na ordem em que os complementos do verbo aparecem na sentença. Ao se considerar os exemplos de (18) a (22), não parece haver restrições para a aceitabilidade da sentença quando um **PP** aparece na posição entre o **V** e o **OD** no **PB**. O mesmo é verdade para o **PBM**.

(18) a. Ela deu o retrato pro/ao irmão.¹²
b. Ela deu pro/ao irmão o retrato.

(19) a. A Maria mostrou o carro ao João.
b. A Maria mostrou ao João o carro

(20) a. Eu dei trinta reais a ele.
b. Eu dei a ele trinta reais.

¹¹ Ver nota 5 na Introdução.

¹² Para Figueiredo Silva (1996) a preposição *a* ocorre apenas no registro escrito do **PB**, sendo substituída por *pra*, correspondente de *para*, na língua falada.

(i) a. O João deu o livro à Maria.
b. O João deu o livro pra Maria

- (21) a. A Maria pôs o livro na mesa.
b. A Maria pôs na mesa o livro
- (22) a. A Maria cortou o tecido com cuidado.
b. A Maria cortou com cuidado o tecido.

Conforme os exemplos de (18) a (22) e de (2) a (4)¹³, o paradigma do inglês, que exclui (3b) e (4b), é mais restrito quanto à ordem que o do **PB** ou do **PBM**.

Arnold (1995) aponta que a ordem **V PP NP** ocorria muito produtivamente no inglês antigo. O autor relaciona a pouca produtividade desta ordem no inglês moderno à perda do movimento de **V** para **I**. Sonia Cyrino (comunicação pessoal) me chamou a atenção para a possibilidade de que a manutenção deste tipo de movimento no **PB** (e **PBM**) tenha a ver com a maior produtividade desta sequência nesta língua (e dialeto)¹⁴.

É importante que se observe o caráter argumental dos **PPs** em (18), (19), (20) e, provavelmente (21), em contraposição ao caráter de adjunto do elemento preposicionado em (22). Enquanto nas sentenças de (20) a (21) o verbo seleciona tematicamente os argumentos preposicionados, em (22), o **PP** não é selecionado pelo verbo. Chamando a atenção para este fato, o que estou querendo fazer é apontar para a semelhança que parece haver entre **OIs** do **PB**, e do **PBM**, e os adjuntos¹⁵. Se isto for verdade, e a estrutura proposta por Larson (1988, 1990)

¹³ Repito os exemplos de (2) a (4):

- | | | |
|-----|--|--|
| (2) | a. The teacher gave several books to him. | c. I gave a book about London to John. |
| | b. The teacher gave to him several books. | d. I gave to John a book about London |
| (3) | a. Mary put a book about London on the table. | |
| | b. *Mary put on the table a book about London. | |
| (4) | a. Mary bought a book in the morning. | |
| | b. *Mary bought in the morning a book. | |

¹⁴ Adio a verificação desta hipótese para um trabalho posterior.

¹⁵ Dillinger *et alii* (1996) sugerem que a estrutura padrão para a frase do português deva ser **S-V-C0** depois de constatarem, entre outras coisas, que a maioria dos verbos ocorre com apenas um complemento no **PB** (mesmo os que, teoricamente, exigem dois complementos) e que o elemento representativo de **C1** (segundo complemento) é semelhante aos adjuntos.

prevê esta semelhança¹⁶, esta pode ser uma razão para o aparente paralelismo verificado entre o comportamento destes dois constituintes em um contexto sintático semelhante.

1.2.1.1 - Os Dados do PBM à luz das Observações de Fillmore e Kuroda

Retomando os dados do **PB**, gostaria de aplicar a eles as observações de Fillmore sobre a existência de dois tipos de construções de **ODp** no inglês. Em geral a correspondência das preposições *to* e *for* no **PB** se faz através das preposições *a* e *para*, respectivamente.

Na seção 1.2.2 aponto que **V NP NP** só ocorrerá no **PBM** se a preposição *a* for uma das possibilidades de seleção do verbo. Neste caso, a correspondência deste tipo de verbo do **PBM** com os verbos transitivos do inglês que selecionam um argumento que será introduzido por *to* na construção dativa será quase total. Uma exceção pode ser atribuída a verbos do tipo do par *pedir/ask* que no **PB** selecionam um complemento oracional ou um argumento introduzido pelas preposições *a* ou *para* e que no inglês selecionam um complemento oracional, como no **PB**, ou um complemento objeto direto. Veja os exemplos abaixo:

- | | | |
|------|---|---------------------------------------|
| (23) | a. Ele deu o dinheiro (a/pr)o pai ¹⁷ . | b. He gave the money to his father. |
| | a'. Ele deu (a/pr)o pai o dinheiro. | b'. He gave his father the money. |
| | c. Ele pediu (a/pr)o pai o dinheiro. | d. *He asked the money to his father. |
| | c'. Ele pediu o dinheiro (a/pr)o pai. | d'. He asked his father the money. |
| | e. Ele pediu (a/pr)o João pra sair. | f. He asked John to leave. |

¹⁶ Jairo Nunes (anotações de aula, UNICAMP/julho 1996) aponta um problema para esta proposta de Larson (1988): se o advérbio é gerado em posição de complemento, então por que continua a se comportar como um adjunto? O comportamento assimétrico dos adjuntos em relação aos complementos fica evidente em casos de extração: ao contrário do complemento, o advérbio não pode sofrer extração de longa distância.

¹⁷ *pro* e *pra* são correspondente de *para o* e *para a* na língua falada.

A ordem **V NP NP** não ocorrerá se apenas *para*, correspondente natural de *for* no **PB**, for selecionada.

- (24) a. Ela comprou um presente *(pr)a mãe.
 b. Ela comprou *(pr)a mãe um presente.
 c. She bought a present for her mother.
 d. She bought her mother a present

Os dados apresentados acima sugerem, portanto, que não haverá sentido em se falar da distinção apontada por Fillmore para os dados de **ODp** do inglês, quando se estiver tratando de dados do **PBM**.

Passo, agora, à observação de como fica a formação de sentenças passivas do **PB** ou do **PBM**. Embora mais restritivo que o do inglês, o paradigma do **PBM** (e também do **PB**) se comporta com mais regularidade. Isto quer dizer que, no **PB(M)**, nem a passivização do **OI** preposicionado e nem tão pouco a passivização do **OI** representado superficialmente por um **NP** serão possíveis. (25) mostrará que, ao contrário do inglês, o **PB** não pode nominativizar um dativo:

- (25) a. A Maria deu um livro aos/pros meninos.
 b. Um livro foi dado aos/pros meninos.
 c. *Pros/Aos meninos foram dados um livro.
 d. *Os meninos foram dados um livro.

Se for possível afirmar que o **PBM** se comporta como o inglês em relação à alternância dativa, os dados em (26b), (27b) e (28) serão evidências de que, ainda assim, este dialeto difere do inglês, que não permite a relativização do **OI** de uma seqüência **V NP NP** ou sua conversão em pronome interrogativo. Este **PBM**, que, supostamente, teria construções com **ODp** na seqüência **V NP NP**, não parece atender às restrições propostas por Fillmore (1965) ou Kuroda (1968), permitindo a relativização (26b) e o frontamento do pronome interrogativo (27b) e (28):

- (26) a. Eu dei (a/pr)o menino o caderno, mas ele não está aqui.
 b. O menino que eu dei o caderno não está aqui.¹⁸
- (27) a. A Maria deu (a/pr)o Pedro este livro
 b. ?Quem que a Maria deu este livro?
- (28) Eu vou ver lá quem que eu posso pedir ...

Se, por outro lado, a ordem **V NP NP** no **PBM** for o resultado de um processo sintático diferente do que se tem nas construções com **ODp** do inglês, então os exemplos em (26), (27) e (28) não se colocam como evidências contrárias às restrições de Fillmore (op. cit.) e Kuroda (op. cit.). (26b) poderia ser derivada da ordem **V OD OI**, não se encaixando, portanto, entre as construções destacadas pelos dois autores (**V_{fiot}**). Por outro lado, para que (27b) e (28) estivessem sujeitas às restrições formuladas por estes dois autores, o apagamento da preposição *a* deveria ter ocorrido antes do movimento do elemento *Wh*. Isto indicaria que este elemento *Wh* não teria recebido Caso da preposição *a*, o que, certamente, atribuiria à sentença a condição de agramatical¹⁹.

1.2.1.2 - O PBM e as Observações de Grimshaw

Começo esta seção falando de dados que só apresentarei nos capítulos que se seguem. Além de apontar para o fato de que só a preposição *a* será omitida, a seção 1.2.2.1 mostrará dois outros dados importantes: 1) não há uniformidade quanto ao papel- θ atribuído ao **OI** quando a ausência da preposição pode ocorrer e 2) o **OI** com a noção de *Alvo* ou *Transferên-*

¹⁸ Para maiores detalhes sobre uma proposta para o tratamento das relativas, ver Kato (1993).

¹⁹ Jairo Nunes (comunicação pessoal) me apontou que estes exemplos parecem estar mais relacionados ao processo de relativização (na linha de Kato (1993)) do que ao fronteamto. Os exemplos em (i), abaixo, são bastante sugestivos, na medida em que deixam claro o papel crucial que o *que* parece estar desempenhando:

- (i) a. *Quem A Maria deu o livro?
 b. *Eu vou ver quem eu posso pedir um livro.
 c. O João que a Maria deu o livro.

cia de posse se realizará através de um **PP** ou de um **NP**, como sugere Grimshaw (1989). Os dados em (29a) e (29b) podem servir de confirmação para isto. Mas é importante que se perceba que, no caso de se realizar como um **NP**, o **OI** não ocupa, necessariamente, a posição imediatamente pós-verbal (29c)

- (29) a. Eu emprestei o carro ao Pedro.
 b. Eu emprestei o Pedro o carro.
 c. Eu emprestei o carro o Pedro.

Os dados em (30), no entanto, confirmam que apenas a preposição *a* poderá ser omitida, pois apesar de seu **OI** receber papel- θ *Alvo* (30a), a omissão da preposição aliada à qual-quer que seja a ordem dos argumentos do verbo resulta na má formação de (30b,c).

- (30) a. O Pedro arranhou um bom negócio para o amigo.
 b. *O Pedro arranhou o amigo um bom negócio.
 c. *O Pedro arranhou um bom negócio o amigo

Há outros casos em que a realização do argumento do verbo se dá através de um **NP** ou de um **PP** independente do papel- θ que lhe seja atribuído. Assim *assistir*, *obedecer* e *sobreviver* admitem a omissão da preposição apesar de não atribuírem papel temático *Alvo* (cf. nota 24 neste capítulo) a seu complemento.

Gostaria, agora de considerar os dados em (31), (32) e (33) com sentenças com *doar*, *distribuir* e *contribuir*, cognatos, no português, dos verbos do inglês que aparecem nos exemplos em (16)²⁰.

²⁰ Repito (16):

- (16) a. John donated the money to charity.
 b. *John donated charity the money.
 c. I distributed apples to the children.
 d. *I distributed the children apples.
 e. I contributed my time to the auction.
 f. *I contributed the auction my time.

(Larson (1988:371))

- (31) a. João doou muito dinheiro ao orfanato.
 b. João doou o orfanato muito dinheiro.
 c. O Pedro distribuía seu agradecimentos aos amigos.
 d. O Pedro distribuía os amigos seus agradecimentos.

No **PB**, diferentemente de *doar* ou *distribuir*, *contribuir* seleciona dois **PPs**:

- (32) A Maria contribuiu com alimentos para a campanha.

Além da diferença quanto à regência, vale a pena ressaltar o uso restrito de tais verbos em **PB** ou **PBM**. São verbos preferidos pelo registro escrito da língua portuguesa que valoriza a ocorrência da preposição *a*, preservando-a como marcador de Caso. Isto poderia explicar uma possível manutenção de *a*, visto que seu apagamento impediria que os **NPs** regidos por esta preposição checassem Caso.

O que se tem, no entanto, é que nos dois exemplos em que foi possível fazer a correspondência entre os verbos do inglês e do **PB**, a omissão da preposição no que seria a ordem **V PP NP** foi possível resultando na seqüência **V NP NP**. Repare que os verbos acima atribuem a seus complementos indiretos papéis- θ semelhantes aos que seus correspondentes do inglês atribuem ao **OI**.

Apesar da semelhança de papéis- θ , estes verbos se comportam de forma aparentemente diferente no **PBM** e no inglês. A hipótese de que o comportamento deste tipo de verbo no inglês possa ter a ver com o fato de que são palavras de origem latina já foi levantada por outros autores. Com base em Green (1974), Oehrle (1976) e Stowell (1981), Mazurkewich & White (1984) *apud* Gropen *et alii* (1989) propõem que há uma restrição semântica²¹ e outra morfológica (ou fonológica) para a alternância dativa.

²¹ Para mais detalhes sobre esta restrição, ver Mazurkewich & White (1984).

A restrição morfológica determina que os verbos que admitem **ODp** devem pertencer à classe de palavras de origem nativa e não à classe de palavras de origem latina. Como as crianças não têm informações sobre a etimologia das palavras de sua língua, as autoras sugerem que esta restrição possa ser redefinida em termos morfológicos ou fonológicos. Combinações de morfemas do tipo de *per-*, *con-*, *-mit*, *-sume* e outros ((Aronoff, 1976) *apud* Gropen *et alii* (1989)) formam a parte latina do vocabulário. A parte nativa seria definida em termos fonológicos e incluiria verbos monossilábicos ou polissilábicos com acento inicial. A previsão, então, será a de que verbos de origem latina pronunciados com acento inicial se comportem como verbos de origem nativa em relação à alternância dativa. Os exemplos abaixo confirmam:

- (33) a. Promise her anything.
 b. Offer him a cigarette.²² ((Green, 1974), (Stowell, 1981) *apud* Gropen *et alii* (1989))

Por outro lado, a restrição formulada por Mazurkewich & White (1984) se torna inconsistente com as observações de Wasow (1981), *apud* Gropen *et alii* (1989), em relação à entrada de verbos novos no inglês e à possibilidade de admitirem construções de **ODp**. (34b) mostra um verbo polissilábico, de origem latina, com acento na terceira sílaba se comportando como um verbo de origem nativa. O verbo manteve suas características originais e já entrou na língua inglesa admitindo uma construção típica desta língua.

- (34) a. I satellited a message to him.
 b. I satellited him a message. ((Wasow (1981) *apud* Gropen *et alii* (1989))

Assim, mais uma vez, a pergunta relacionada à aquisição se coloca: como é que a criança será capaz de identificar a raiz latina de um verbo. A plausibilidade da hipótese que leva em conta a etimologia da palavra para determinar o que favorece ou restringe o processo de alternância dativa fica, desta forma, reduzida.

²² Stowell (1981:333) aponta que o mesmo processo pelo qual os verbos em (33) teriam passado (uma transferência da categoria de verbos latinos para a de verbos nativos, pelo menos segundo o padrão fonológico) pode estar em andamento com o verbo *donate* que, para alguns falantes do inglês, tem acento inicial e admite construções com **ODp**.

1.2.2 - Peculiaridades do PBM

Nesta parte do trabalho apresento certas características das construções com dois objetos que são típicas do **PBM**. Da maneira como se apresentam, os dados deste dialeto podem parecer construções genuínas de **ODp**. Entretanto, se comparados aos dados do inglês e se analisados de acordo com o que se tem na literatura sobre este tipo de construções, apresentam problemas para uma proposta que trate o que ocorre em cada uma destas línguas ou dialetos como o mesmo fenômeno.

1.2.2.1 - A Variável “Tipo de Preposição”

Os exemplos do **PBM** mostram que a omissão da preposição só está ocorrendo em contextos em que *a* é uma possibilidade para a preposição exigida pelo **V**, pelo nome ou pelo adjetivo. Em alguns destes contextos *para* seria uma outra possibilidade. Um breve levantamento de verbos do **PB** que selecionam complementos com as preposições *a*, *para* ou qualquer uma entre as duas nos apresenta os seguintes resultados:

A - Preposição *a*:

assistir **a** um bom filme
atender **ao** pedido
obedecer **ao** regulamento
recorrer **ao** Pedro
requisitar melhores salários **ao** diretor
sobreviver **ao** acidente

B - Preposição *para*:

buscar (1) flores **para** a namorada
buscar (2) as crianças **para** a mãe

cantar (uma canção) para os amigos²³
 comprar um presente para a mãe
 conseguir uma promoção para o colega
 desenhar (gravura) para os colegas
 descrever (1) a cena para o irmão (em lugar do irmão)
 fazer o almoço para o pai
 ler (o livro) para o filho

C - Ambas as preposições / impossibilidade de omissão

deixar muitos bens para/a os filhos
 descrever (2) o evento para/a os presentes
 endereçar uma carta para/a o amigo
 escrever uma carta para/a o amigo
 insinuar alguma coisa para/a o chefe
 mentir para/a mãe
 trazer flores para/a o amigo

D - Ambas as preposições / possibilidade de omissão

anunciar a decisão (para/a) os filhos	anunciar os filhos a decisão
comunicar a decisão (para(?)/a)os amigos	comunicar os amigos a decisão
contar (o caso (para/a)) o público	contar o público o caso
dar (um presente (para/a)) o pai	dar o pai um presente
dizer (uma coisa (para/a)) o amigo	dizer o amigo uma coisa
emprestar o livro (para/a) o colega	emprestar o colega o livro
ensinar um trabalho (para/a) o aluno	ensinar o aluno um trabalho
entregar o presente (para/a) o amigo	entregar o presente o amigo
enviar uma mensagem (para/a) o chefe	enviar o chefe uma mensagem
explicar o problema (para/a) o irmão	explicar o irmão o problema
mandar uma carta (para/a) o pai	mandar o pai uma carta

²³ O verbo *cantar* admite o uso da preposição *a* em expressões como de “cantar as loas ao Senhor” (FERREIRA (1986)). A baixa ocorrência deste conjunto (*cantar + a*) pode estar ligada à observação de Figueiredo (1996) (cf. nota 11), conforme me apontou Jairo Nunes (comunicação pessoal).

mostrar (o carro (para/a)) o cliente	mostrar o cliente o carro
oferecer (uma flor (para/a)) o pai	oferecer o pai uma flor
pedir (um favor (para/a)) o pai	pedir o pai um favor
recomendar (o filme (para/a)) o amigo	recomendar o amigo o filme

O que se tem observado é que, de modo geral, os verbos do grupo **A** estão deixando de exigir a preposição. Alguns atribuem papel- θ *Tema*²⁴ (*assistir*, *obedecer*, *sobreviver*) ao seu complemento, que, normalmente, é o único, enquanto outros (*recorrer*, *requisitar*) atribuem papel- θ *Fonte*.

Os verbos em **B** não admitem a omissão da preposição e podem atribuir papéis- θ diferentes ao complemento regido por esta preposição. Verbos como *buscar* (2), *descrever* (1) e *fazer* atribuem *Beneficiário*; os outros admitem as interpretações de *Beneficiário* e de *Alvo*.

Da mesma maneira que o grupo **B**, o grupo **C** reúne verbos que não admitem a omissão da preposição. Neste último grupo, os complementos preposicionados são marcados com o papel- θ *Alvo*. O verbo *trazer*, além de poder ter um **OI** interpretado como *Alvo*, também parece admitir a interpretação de *Beneficiário* para este complemento. Finalmente, o grupo **D** reúne verbos que permitem a ausência da preposição e atribuem papéis- θ *Alvo* ou *Fonte* ao complemento.

No grupo **A**, os verbos só admitem a preposição *a*. Já ressaltéi acima, entretanto, que o **PB** admite a omissão da preposição com uma grande parte dos verbos que puderem se encaixar neste grupo²⁵. Dois (**B** e **C**) dos três grupos de verbos para os quais uma das seleções possíveis é a preposição *para* não admitem sua omissão. Em um deles (**B**), *para* é a única possibi-

²⁴ Nesta seção, em que trabalho com os dados do **PB(M)**, utilizo as noções mais gerais atribuídas aos papéis- θ descritas em Haegman (1992:41/tradução minha):

Tema: a entidade afetada pela ação ou estado expresso pelo predicado.

Fonte: a entidade a partir da qual algo é movido como resultado de uma atividade expressa pelo predicado.

Beneficiário: entidade que se beneficia da ação expressa pelo predicado.

Alvo: entidade em direção à qual a atividade expressa pelo predicado é dirigida.

²⁵ Na verdade, a fala dos brasileiros está repleta de dados deste tipo.

lidade de seleção. O máximo permitido neste caso é a redução a uma única vogal da seqüência [ɐu] de duas vogais em hiato, determinando a criação da seqüência **CV** (consoante-vogal) no interior da frase, aliada a uma supressão da primeira vogal que leva à formação do grupo próprio [pr] (Mateus *et alii*, 1989)²⁶.

O problema se apresenta quando comparamos os grupos **C** e **D** que reúnem verbos que admitem as duas preposições. Apesar das semelhanças entre os dois grupos, no sentido em que os verbos selecionam dois argumentos e *a* e *para* são as duas preposições possíveis, as estruturas formadas com os verbos em **C** não admitem a omissão da preposição ao contrário daquelas formadas com os verbos em **D**.

Uma possível explicação para a diferença entre os grupos **C** e **D** pode ter a ver com o fato de que os verbos do grupo **C** podem aparecer em sentenças sem a presença obrigatória do **OI** (*Ele descreveu o evento muito bem, A Joana adora insinuar bobagens*, etc). Este fato pode ser um indicador de que, na realidade, os verbos em **C** não prevêem, em sua grade temática, a realização de um argumento *Alvo*. Para dar conta das possibilidades de sentenças apresentadas para os verbos do grupo **C** nas páginas 34 se 35, será preciso assumir que as preposições que introduzem seus **OIs** são mais do que apenas marcadores de Caso morfológico. Elas têm conteúdo semântico. Mais especificamente, são predicados de um lugar que atribuirão a seus argumentos únicos o papel- θ *Alvo*. Assim as sentenças previstas nas páginas 34 e 35 serão agramaticais sem a presença da preposição, pois terão um argumento ao qual não será possível associar um papel- θ .

A explicação para a possibilidade de omissão da preposição com os verbos em **D**, por sua vez, viria da redundância de papéis- θ atribuídos pelo verbo e pela preposição, como sugerido por Larson (1988). A marcação de papel- θ pelo predicado preposicional ficaria inativa possibilitando a não-realização de seu núcleo.

²⁶ Embora se trate de uma gramática do português falado na Europa, o fenômeno descrito pelas autoras se repete no português falado no Brasil.

1.2.2.2 - Há Objeto Duplo no PBM?

Nesta seção procurarei levantar mais alguns aspectos relevantes sobre a natureza de uma sentença bitransitiva do **PBM** como aquela apresentada em (17)²⁷. Nesta sentença, estamos diante, ainda que apenas superficialmente, de uma estrutura do tipo de **V NP NP** (há pelo menos uma seqüência **V NP NP**). Apesar disso, gostaria de apresentar alguns fatos do dialeto **PBM** que, quando comparados aos dados de construções com **ODp** genuínos como se têm no inglês e analisados de acordo com o que há na literatura, levantam a hipótese de que esta sentença seja, na verdade, um caso de estrutura de **ODp** aparente.

Isto quer dizer que a explicação para a natureza da sentença em (17) pode ser distinta do que, até hoje, se propôs para as sentenças com a ordem **V NP NP** no inglês. Uma das possibilidades é a seguinte: há um fator sintático que determina a ordem particular em que os complementos do verbo aparecem neste exemplo (**V NP NP**) e um fator morfo-fonológico que dá conta da ausência da preposição *a*.

Segundo Chung (1976) a construção com **ODp** só ocorrerá em contextos com a presença de um **OD** e de um **OI**, necessariamente. Além disso, a preposição só será omitida se o **OI** tiver se movido para entre o **OD** e o verbo. A autora ressalta que, em condições normais, o **OI** só se moverá para esta posição se a preposição for omitida, ou seja, a presença de um **OI** preposicionado entre o verbo e o **OD** pode resultar de algum mecanismo desencadeado por qualquer condição especial.

Ramos (1992) menciona a possibilidade de que a omissão da preposição *a* em certos contextos seja resultado de um processo fonológico, semelhante ao de crase. Imediatamente porém, descarta esta possibilidade dizendo que se este fosse o caso, o mesmo deveria ocorrer em contextos em que um **N**, e não apenas um **V**, ocupasse a posição à esquerda do **NP** prepo-

²⁷ Repito (17):

(17) A Maria deu o João um livro.

sicionado, ou seja em que o **PP** fosse complemento de um **N** e não de um **V**. Ramos considera mal formadas as seqüências em (35b,d):

- (35) a. a crítica ao homem b. *[akrit{iku'omēy}]
 c. a procura ao homem d. *[aprokuru'omēy] (Ramos, 1992:308)

De certo modo, os dados de complementação dupla do **PBM** que tenho observado não se enquadram no que acabei de reportar sobre os trabalhos de Chung (op. cit.) e Ramos (op. cit.). Este dialeto exibe as peculiaridades que apontarei nas subseções seguintes e nas quais me basearei para argumentar contra a existência de construções de **ODp** genuínas no **PB** ou no **PBM**. Espero apresentar evidências suficientemente fortes para sustentar a hipótese de que um fator sintático determina a ordem **PP NP** e um fator morfo-fonológico elimina a preposição *a*.

1.2.2.2.1 -Ausência do OD

Ao contrário do que acontece no inglês, uma língua com construções de **ODp** genuínas, o **PBM** permite a omissão da preposição *a* do **OI** mesmo em contextos em que não há **OD** explícito, como em (36a) que responde a *O que que ela fez com o retrato?* e (36b) que responde a *O que você vai fazer com o livro da Ana? Ela não está em casa*:

- (36) a. Ela deu o Pedro (o retrato).
 b. Eu entrego o pai dela (o livro).

A ausência do **OD** nas sentenças acima, entretanto, não parece representar um problema mais sério para qualquer proposta de interpretação do fenômeno, devido ao fato de o **PB** e, em consequência, o **PBM** admitirem a ocorrência de objeto nulo, tema já bastante discutido na literatura e ao qual não me deterei neste trabalho. Para uma análise mais detalhada desta questão veja Galves (1989a,b), Kato (1991, 1994) e Cyrino (1994).

1.2.2.2.2 - Ausência da Preposição a sem o Movimento do OI

A simples observação das sentenças em (37) revela mais um ponto em que além de se distinguirem de suas correspondentes no **PB** no que diz respeito à presença da preposição, as construções do **PBM** também não se comportam da mesma maneira que as construções de **ODp** do inglês.

- (37) a. Eu entrego o livro o pai da Ana.
 b. Ela deu o retrato o Pedro.
 c. Mostra o carrinho os meninos!
 d. Dá o recado o seu irmão.

Além de permitir a ausência de **OD**, como visto na subseção anterior, o **PBM** admite a omissão da preposição mesmo sem a inversão entre o **NP OI** e o **NP OD**. De acordo com Chung (1976), as sentenças em (37) não deveriam ser possíveis, uma vez que a preposição foi omitida, apesar de o **NP** objeto indireto não estar na posição entre o **V** e o **NP** objeto direto.

No entanto, a possibilidade de alternância entre as duas ordens possíveis para os complementos do verbo sem omissão da preposição, como nos exemplos em (2) e de (18) a (22)²⁸ é, de certa forma, prevista pela autora. Assumindo que o **OI** é movido para a posição imediatamente pós-verbal, Chung diz que este movimento só ocorre em conjunto com a omissão da preposição, para atender a certas condições normais. Isto pode levar à interpretação de que na ausência destas condições normais, o movimento poderá ocorrer independentemente da omis-

²⁸ Repito os exemplos em (2) e de (18) a (22):

- | | | |
|------|--|---|
| (2) | a. The teacher gave several books to him.
b. The teacher gave to him several books. | c. I gave a book about London to John.
d. I gave to John a book about London |
| (18) | a. Ela deu o retrato pro/ao irmão. ²⁸
b. Ela deu pro/ao irmão o retrato. | (19) a. A Maria mostrou o carro ao João.
b. A Maria mostrou ao João o carro |
| (20) | a. Eu dei trinta reais a ele.
b. Eu dei a ele trinta reais. | (21) a. A Maria pôs o livro na mesa.
b. A Maria pôs na mesa o livro |
| (22) | a. A Maria cortou o tecido com cuidado.
b. A Maria cortou com cuidado o tecido. | |

são da preposição. Neste caso, um outro tipo de fator (uma condição especial) estaria determinando o movimento.

Quanto ao apagamento da preposição, o que se tem é que, no **PBM**, o suposto fator morfo-fonológico que apaga a preposição α age independentemente do fator sintático responsável pela alternância na ordem dos complementos.

1.2.2.2.3 - Ausência da Preposição α em Complementos Nominais

Além das características acima, o **PBM** não considera mal formadas seqüências como aquelas em (35)²⁹, o que pode caracterizar sua terceira particularidade em relação a outros dialetos do **PB**. Os exemplos adicionais em (38b,d) podem comprovar.

- (38) a. Ele já fez o pedido o rapaz da livraria. b. [pi'dziduxapais]
 c. A visita o Rio de Janeiro foi proveitosa. d. [vizitu'xiu]

Isto pode significar que, em (17)³⁰, estamos diante de alguma condição especial que determina que o **OI** ocupe a posição entre o **V** e o **OD**. Este processo seria seguido de algum mecanismo morfo-fonológico que apaga a preposição α que introduz o **OI**. Resta saber, então, qual seria a natureza dessa condição sintática que determina a mudança na ordem dos complementos e cria um contexto morfo-fonologicamente apropriado para o apagamento de α .

²⁹ Repito (35):

- (35) a. a crítica ao homem b. *[akrit'iku'oměy]
 c. a procura ao homem d. *[apokuru'oměy] (Ramos, 1992:308)

³⁰ Repito novamente (17):

- (17) A Maria deu o João um livro.

1.2.2.2.4 - Mais Particularidades do PBM

Finalizando esta apresentação dos dados, gostaria de lembrar ao leitor que o **PBM** também se distingue do inglês quanto ao papel- θ atribuído ao **OI** e que, portanto, a generalização proposta por Grimshaw (1989) para a aquisição da alternância dativa no inglês não se aplicará a este dialeto. Grimshaw conclui, em seu trabalho, que, ao olhar para a estrutura léxico-semântica do predicado, a criança deduz que o argumento de uma estrutura bitransitiva que carrega a noção de *Alvo* ou de *Transferência de posse* poderá ser realizado como um **NP** ou um **PP**. Os dados do **PBM** não parecem se enquadrar nesta generalização, pois há sentenças, neste dialeto, em que a um dos argumentos do verbo bitransitivo pode ser associada a noção de *Alvo* ou *Transferência de posse* e, ainda assim, este argumento não pode ser realizado como um **NP**.

Além disso, chamo sua atenção para os exemplos em (39) e (40), em que, embora as duas ordens para os complementos do verbo sejam possíveis ((39a,c) e (40a,c)), a omissão da preposição ((39b,d) e (40b,d)) parece acarretar em má formação da sentença até mesmo para os falantes do **PBM**.

- (39) a. O Marcos deu um presente a todos os seus irmãos.
 b. *O Marcos deu um presente todos os seus irmãos
 c. O Marcos deu a todos os seus irmãos um presente.
 d. *O Marcos deu todos os seus irmãos um presente.
- (40) a. A Maria enviou o seu convite de casamento a alguns de seus amigos.
 b. *A Maria enviou o seu convite de casamento alguns de seus amigos.
 c. A Maria enviou a alguns de seus amigos o seu convite de casamento.
 d. *A Maria enviou alguns de seus amigos o seu convite de casamento.

Uma primeira avaliação poderia sugerir que o traço de definitude seja fundamental para que as duas ordens sejam possíveis. Só elementos definidos admitiriam a inversão e posterior apagamento da preposição. O primeiro problema surge imediatamente, porém: *todos os seus ir-*

mãos e alguns de seus amigos não são expressões definidas e, apesar de não poderem co-ocorrer com a omissão da preposição podem ter sua posição invertida com a do **OD**.

Seguindo a uma sugestão de Jairo Nunes (comunicação pessoal), avaliarei, mais adiante, a possibilidade de que **OIs** quantificados não possam se antepor ao **OD**. Se for assim, em (39c) e (40c) estaríamos diante de um caso de movimento à direita do **OD** e o vestígio deixado pelo movimento deste complemento bloquearia o processo fonológico de apagamento da preposição α .

1.3 - CONCLUSÃO

Acredito que a descrição apresentada neste primeiro capítulo possa sustentar minha hipótese de que, embora apresentem alguma semelhança, as ordens **V NP NP** no inglês e no **PBM** não representam o mesmo fenômeno sintático. Isto quer dizer que as construções bi-transitivas das duas línguas (ou dialetos) em foco têm naturezas sintáticas distintas.

Além de permitir a resposta à pergunta colocada no início deste capítulo, os dados descritos poderão apontar para a definição dos fenômenos sintáticos (ou não) associados aos traços particulares de cada língua (ou dialeto). Como já disse, analiso o fato de estas duas línguas (ou dialetos) serem como são, a partir da observação de suas semelhanças e de suas diferenças. Assim tentarei determinar que fatores contribuem para fazer com que o **PB**, ou suas variações dialetais (o **PBM**), se distancie do inglês em relação às construções de **ODp**.

No caso específico da ausência da preposição α no **PBM** será mesmo possível se falar em interação entre um processo sintático e um processo fonológico? Ou seria melhor atribuir a omissão da preposição a um enfraquecimento da morfologia de Caso? Esta possibilidade tem por base o trabalho de Ramos (1992), para quem a preposição α é um marcador de Caso. A presença da preposição indicaria manifestação da morfologia. Assim, sua omissão poderia ser tomada como mais um exemplo de enfraquecimento da morfologia. Talvez uma combinação destes três fatores (sintático, morfológico e fonológico) possa ser a base para a explicação do fenômeno no **PBM**.

CAPÍTULO II

QUADRO TEÓRICO PARA A ANÁLISE DO DUPLO OBJETO

2.0 - ALGUMAS PROPOSTAS PARA A ESTRUTURA DE UMA SENTENÇA COM DOIS COMPLEMENTOS

Um elemento com a função de objeto indireto (**OI**) pode aparecer sob formas variadas na estrutura superficial (**SS**) das sentenças. Emonds (1993) aponta quatro possibilidades de representação de um **OI**:

- a) **NP** marcado por Caso dativo morfológico produtivo (grego clássico, alemão, latim);
- b) **NP** que concorda com um verbo flexionado apropriado (basco, georgiano);
- c) sintagma preposicional (**PP**) com uma preposição (**P**) lexical (francês, português);
- d) **NP** objeto sem Caso morfológico, mas identificado posicionalmente em um padrão fixo de ordem de palavras (inglês).

Neste capítulo da dissertação, apresento um histórico das discussões sobre a complementação dupla. Destas discussões (de outras não apresentadas aqui) surgiram diferentes propostas para a representação sintática do **OI**, seja ele o único complemento de verbo na sentença, ou não. O que pretendo fazer, então, é percorrer com o leitor, alguns dos caminhos que outros pesquisadores já percorreram até agora.

Apresento as primeiras sugestões gerativistas para estruturas bitransitivas ((Oehrle, 1976) e (Chomsky, 1981)), passando pela proposta de uma preposição nula para o caso das estruturas de **ODp** ((Czepluch, 1982) *apud* Larson (1988)) e (Kayne, 1984c,e)) até chegar às assimetrias entre o comportamento dos dois complementos em uma construção de **ODp**

apontadas no trabalho de Barss & Lasnik (1986), daqui para frente **B&L**. Este trabalho é crucial para os estudos sobre a complementação, na medida em que deu origem a discussões interessantíssimas que, por sua vez, trouxeram contribuições valiosas para a teoria.

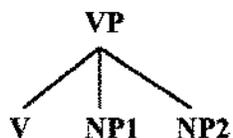
Em seguida trago a proposta de um **VP** oracional de Larson (1988), que argumenta a favor de uma relação de derivação entre as sentenças com dois objetos: a estrutura de **ODp** deriva da estrutura dativa correspondente através de um processo paralelo ao de passivização. Aoun & Li (1989) argumentam em favor de um processo derivacional semelhante ao descrito por Larson, mas que se realiza no sentido inverso, ou seja, a estrutura dativa é que derivaria da estrutura com **ODp**, também através de um processo de “passivização”.

Jackendoff (1990b), com críticas relevantes à proposta derivacional de Larson e Fujita (1996), que, como Jackendoff, não se mostra favorável à hipótese derivacional vêm logo depois. Por fim, apresento uma tentativa de dar conta deste fenômeno que leva em conta os dados do **PB**, ou seja, a proposta de Ramos (1992). De acordo com esta proposta, uma única estrutura serviria de base tanto para a construção com **ODp**, quanto para a construção dativa.

2.1 - OEHRLE (1976), CHOMSKY (1981) E CZEPLUCH (1982)

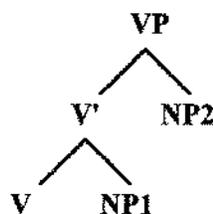
As primeiras propostas gerativistas para a análise das estruturas dativas romanizadas (**V NP PP**), nos termos de Emonds (1993), e daquelas com **ODp** (**V NP NP**), partiram de Oehrle (1976) e Chomsky (1981) e estão representadas em (1a) e (1b), respectivamente:

(1) a.



((Oehrle, 1976) *apud* Larson (1988:337))

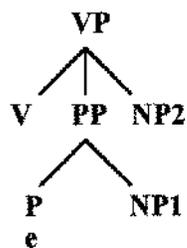
b.



((Chomsky, 1981) *apud* idem)

Czepluch (1982) (*apud* Larson (1988)) sugere que há um **PP** vazio na estrutura das construções com **OD_p**, como em (2):

(2)



(Czepluch (1982) *apud* Larson (1988:338, fn2))

O que vem em seguida é a análise de Kayne (1984c,e), que apresenta uma semelhança em relação à proposta de Czepluch (*op.cit*) no que concerne à posição a ser ocupada pela preposição.

2.2 - KAYNE E AS PROPOSTAS DA MINI-ORAÇÃO E DE UM PP SEM O PREENCHIMENTO DE P

Outra proposta de representação, ainda na direção sugerida por Czepluch (1982) vem com Kayne (1984e). Antes porém, gostaria de apresentar sua proposta de que os dois argumentos internos de um verbo bitransitivo formem uma mini-orção com um elemento verbal abstrato do tipo de *have*.

O autor parte do fato de que o inglês rejeita uma sentença como (3a) em que um elemento qualquer **XP** se interpõe entre **V** e seu **OD**.

(3) a. *John dictated carefully the message.

b. *[V XP] NP

(Kayne, 1984a:X)

Em outras palavras, uma estrutura como (3b), só será possível em inglês se ela representar o deslocamento de um **NP** pesado. A agramaticalidade de (3a) se deve à impossibilidade de que

V atribua θ ao NP *the message* e também ao fato de que, em sua representação, o requisito de adjacência para atribuição de Caso (Stowell, 1981) não poderá ser atendido.

Kayne (1984a:XIX) propõe que relações linguísticas significativas tais como aquelas entre um NP regido e seu regente, entre uma categoria vazia (*e*) e seu antecedente ou entre um elemento *Wh* e outro (se há mais de um elemento *Wh*) sejam mediadas por uma “trilha”. No primeiro tipo de relação, esta “trilha” deve satisfazer a condição de não-ambigüidade (Kayne, 1984c), que limita a representação sintática a estruturas de ramificação binária. Nos dois últimos casos, a “trilha” deverá satisfazer a condição de conectividade (CC) (Kayne, 1984d).

A associação da restrição de caráter temático que há em (3a) à condição de não-ambigüidade imposta às relações entre NPs regidos e seus regentes fez com que Kayne também se interessasse por estruturas como V [NP NP], representativas de sentenças como (1b) do primeiro capítulo, que repito, agora em (4b).

- (4) a. John gave a book to Mary.
b. John gave Mary a book.

Kayne (1984c) avalia as conseqüências de sua proposta de substituição da noção de c-comando pela noção de caminho não-ambíguo¹ através das relações entre NPs regidos e seus regentes. Em particular, analisa o verbo *give* e sua relação com seus argumentos internos.

A primeira conseqüência parece ser o descarte da representação ternária proposta por Oerhle (1976), (1a). De acordo com o quadro teórico vigente na época o V deveria atribuir Caso e reger NP1 e NP2. Ao contrário da noção de c-comando, a noção de caminho não-ambíguo excluirá (1a), em que nenhum dos dois NPs poderá ser regido por V, pois não há caminho não-ambíguo que parta de qualquer um deles e chegue a V.

¹ Segundo Kayne (1981a), um caminho não-ambíguo (*unambiguous path*) é aquele que, ao ser percorrido do elemento regido para o seu regente, de uma categoria vazia para seu antecedente ou de um elemento *Wh* para outro, nunca impõe uma escolha entre dois ou mais ramos da representação (ainda não percorridos), ambos apontando na mesma direção.

Naturalmente a representação ternária de Czepluch (op.cit.) (2) seria rejeitada pelas mesmas razões. A estrutura em (1b), por outro lado, exigiria uma modificação não justificada (segundo Kayne) da teoria do Caso pois o complexo $[V, V NP1]$ seria o atribuidor de Caso objetivo de **NP2**. O que propõe, então, é a representação em (5), em que a condição de caminho não-ambíguo pode ser facilmente verificada.

(5)



(Kayne, 1984c:134)

A representação acima pressupõe a existência de um elemento verbal abstrato com características semelhantes às do verbo *have* pois o papel temático dos **NPs** envolvidos corresponde aos papéis- θ dos dois **NPs** da sentença em (6).

(6) John has blue eyes.

Em outro trabalho (Kayne, 1984e), ao tratar das estruturas dativas em francês e inglês, Kayne reformula sua proposta tornando-a semelhante a de Czepluch (op. cit.), pois sugere que as construções com **ODp** têm uma estrutura de **PP** com núcleo vazio, como veremos a seguir. O autor apresenta dados do francês em que seqüências **V NP NP** são proibidas se o primeiro **NP** tiver de receber Caso dativo. Há aqui um contraste entre as duas línguas, pois como já se pôde ver através de (4b), correspondente de (7a), o inglês não apresenta este tipo de restrição.

(7) a. *Jean a donné Marie un livre
 b. *Jean a laissé ses enfants beaucoup d'argent
 c. *Ils ont envoyé Jean une lettre recommandée (Kayne, 1984e:193)

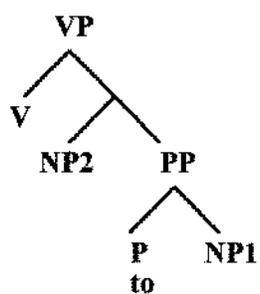
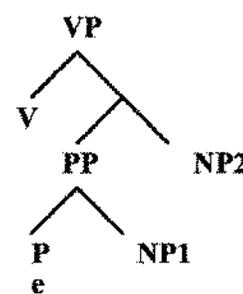
(8) a. Jean a donné un livre à Marie.
 b. Jean a laissé beaucoup d'argent à ses enfants.
 c. Ils ont envoyé une lettre recommandée à Jean. (idem)

Todavia, em um contexto mais amplo, as seqüências **V NP NP** são permitidas nas duas línguas. (9a) é um caso representativo desta seqüência. No entanto, a mesma idéia em inglês só será transmitida por (9c) em que a presença de um infinitivo é evidente. Note-se que se a ocorrência do infinitivo em uma sentença do francês (9b) provocaria sua má formação.

- (9) a. Elle croit cet homme un grand savant. (ibidem)
 b. *Tout le monde croyait cet homme être an grand savant. (Kayne, 1984b:194)
 c. Everyone believed John to be a great scientist (idem)

O autor se pergunta, então, por que a seqüência **V NP NP** é possível em (9a) e não em (7a,b,c). Além disso, se (4a,b) são possíveis, por que (7a,b,c) não são possíveis como (8a,b,c)?

A resposta vem baseada em um de seus trabalhos anteriores (Kayne, 1984b), em que Kayne propõe que as preposições do inglês, mas não as do francês, têm o mesmo poder de regência que os verbos. A agramaticalidade de (7) pode ter a ver com outra propriedade gramatical das preposições, nomeadamente, o fato de que as preposições do francês, ao contrário das do inglês, não podem atribuir Caso objetivo, isto é, o mesmo Caso atribuído ao objeto do verbo. A proposta é que (4b) contenha, em cada nível da derivação, uma preposição vazia [**p e**]. Assim, a diferença quanto à representação estrutural entre (4a) e (4b) ficaria por conta da ordem dos elementos **PP** e **NP2** e do preenchimento ou não de **P**: (4a) seria representado como (10a) e (4b), como (10b).

- (10) a.  b. 

((Kayne, 1984e) *apud* Larson (1988:338, fn2))

A justificativa para a presença de um **PP** vazio em cada nível da derivação está no modelo para a análise de sentenças como (11), que, como se sabe, atendem esta condição:

(11) Jean a essayé de chanter. [de [**PRO** chanter (Kayne, 1984e:195)

A teoria do Caso dará conta da diferença entre o inglês e o francês. A argumentação que pretende explicar os dados do inglês é a seguinte: se uma preposição vazia não pode ser fonte de Caso, então o Caso para o **NP** irmão de **P_e** deverá vir diretamente do verbo. Isto é impossível, já que este **NP** não é regido por **V**, mas por **P_e**. Neste ponto, o autor precisa assumir uma série de coisas: **V** atribuirá Caso objetivo ao **PP**, da mesma forma como faz com *cet homme* em (9a). Então, este Caso objetivo percolará para o núcleo **P_e**; embora não possa atribuir Caso objetivo, uma preposição vazia poderá transmiti-lo ao seu objeto. A gramaticalidade de (4b) fica, então, garantida e explicada.

A argumentação para dar conta dos dados do francês é um pouco diferente. Nesta língua as preposições atribuem Caso oblíquo e não objetivo. Para que as sentenças em (7) fossem possíveis, **NP1** em (10b) deveria receber seu Caso, indiretamente, de **V**. Como no inglês, isto é impossível para o francês também: **V** não rege **NP1**. No entanto, a agramaticalidade das sentenças em (7) indica que o francês se distancia do inglês exatamente neste ponto e uma outra estipulação foi necessária aqui: uma preposição vazia **P_e** só percolará o Caso objetivo se ela, normalmente, atribuir Caso objetivo. Isto explica a agramaticalidade de (7a,b,c). De modo paralelo, se o Caso atribuído pela preposição ao **OI** no **PB** também é Caso oblíquo e não objetivo, então deveríamos concluir que a preposição nula nesta língua não é lícita. Mas como explicar os exemplos de **ODp** do **PBM** se suas preposições se comportarem como as do **PB**?

2.3 - A DEFINIÇÃO DE DOMÍNIO PODE SER UM PROBLEMA PARA OS ODP: BARSS & LASNIK (1986)

B&L (1986) discutem as construções com **ODp**, analisando suas implicações para os princípios da estrutura frasal que regem algumas relações anafóricas. O valor de seu trabalho

está na apresentação de dados, alguns reproduzidos em (12), através dos quais se discute a assimetria entre o comportamento dos complementos, sempre que algumas relações, tais como ligações de NPs quantificados, estão envolvidas.

- (12) a. I showed John himself (in the mirror).
 a'. *I showed himself John (in the mirror). (B&L, 1986:347)
- b. I denied each worker_i his_i paycheck.
 b'. *I denied its_i owner each paycheck_i. (B&L, 1986:348)
- c. Which worker_i did you deny his_i paycheck?
 c'. *Which paycheck_i did you deny his_i owner? (idem)
- d. Who did you give which book?
 d'. *Which book did you give who?² (B&L, 1986:349)
- e. I gave each man the other's watch.
 e'. *I gave the other's trainer each lion. (idem)
- f. I gave no one anything.
 f'. *I gave anyone nothing. (B&L, 1986:350)

² É interessante ressaltar que o par de sentenças do PB que correspondem a (12d,d') não apresenta restrições quanto ao efeito de superioridade.

- (i) a. A quem você deu que livro? b. Que livro você deu a quem?

A diferença não parece se dever à presença ou não da preposição, visto que as mesmas assimetrias verificadas nas construções com ODP ocorrem em construções dativas do inglês.

- (ii) a. Which check did you send to who? b. *Whom did you send which check to?
 c. *To whom did you send which check?

O fato de tanto a ordem V NP PP, como a ordem V PP NP serem possíveis em PB pode dar conta desta particularidade, pois seria possível argumentar que em (ia) deriva de *Você deu a quem o livro* e (ib) de *Você deu que livro a quem* (Jairo Nunes, comunicação pessoal).

Para estes autores, uma teoria que tenha uma noção de domínio de ligação fundamentada apenas na definição de c-comando³ não pode dar conta das relações que se estabelecem entre os dois NPs. Nenhuma das estruturas propostas até então, incluindo (2) e (10b), podem explicar os fatos apontados por B&L. Nelas a relação que há entre os dois NPs ou é simétrica ou tem NP1 no domínio de NP2. Os autores propõem, então, uma modificação da definição de domínio de ligação em termos de ordem linear e c-comando que levaria, necessariamente, a uma redefinição dos princípios da teoria de ligação, das condições de polaridade negativa, etc:

“Y is in the domain of X iff X c-commands Y and X precedes Y.” (B&L, 1986:352)

2.4 - UM VP ORACIONAL: LARSON (1988)

Nesta subseção apresentarei as idéias contidas em Larson (1988), artigo que apresenta uma proposta radical para o tratamento das construções com ODp. Com sua análise, o autor pretende dar conta das assimetrias apresentadas por B&L (1986) sem envolver outros conceitos tais como o de precedência linear. Para ele, a noção de domínio de ligação relevante para os dados levantados pelos dois autores pode ser estabelecida em termos de c-comando assimétrico apenas.

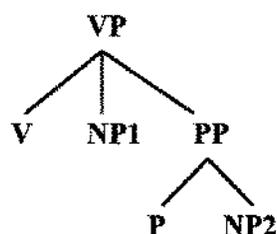
Os dados em (12) exibem fenômenos em que as relações estruturais dos constituintes desempenham um papel central. Trata-se do problema do c-comando para os reflexivos, anáforas, quantificadores que ligam um pronome em estrutura-S, construções com *each ...the other* e itens de polaridade negativa, bem como cruzamento fraco e efeito de superioridade. Para Larson, a conclusão é que, em construções do tipo V NP NP, ou seja, com ODp, o primeiro NP deve c-comandar o segundo, mas não o contrário. De acordo com (1a), no entanto, a única distinção entre os dois NPs é a ordem linear. Ambos pertencem ao mesmo domínio de ligação e se c-comandam mutuamente. Logo, não seria possível explicar as assimetrias em (12). De

³ Para Reinhart (1979) o nóculo A c-comanda o nóculo B sse: a) A não domina B; b) o primeiro nóculo ramificado que domina A domina também B. Para Aoun & Sportiche (1983), A c-comanda B sse: a) A não domina B; b) A está contido na mesma projeção máxima que contém B. Chomsky (1986) reformula a definição dizendo que A c-comanda B sse: A não domina B e todo X que domina A domina também B. Se X é o primeiro nóculo ramificado, há c-comando estrito; se é uma projeção máxima, há m-comando.

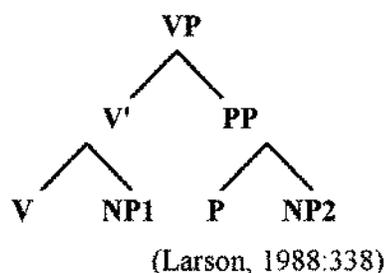
modo paralelo, (1b) não explica esta assimetria. O **NP2** c-comanda o **NP1** assimetricamente, indicando que **NP1** está dentro do domínio de **NP2**, e não o contrário.

Larson ressalta que o mesmo tipo de assimetria observado para as construções com **ODp** ocorre nas construções dativas. Os problemas de c-comando, no entanto, não se colocam neste caso, devido à presença de **PP**. Qualquer que seja a versão de c-comando adotada, em (13a), **NP1** c-comanda **NP2** assimetricamente. O c-comando assimétrico de **NP1** sobre **NP2** só ocorre em (13b), se versão de c-comando adotada for aquela proposta por Aoun & Sportiche (1983).

(13) a.



b.



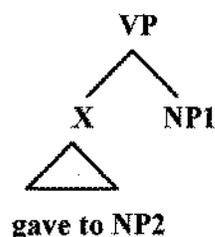
A partir disso, Larson coloca a verdadeira questão imposta à análise sintática das construções com dois complementos:

“(...) if complement asymmetry in standard datives is simply a matter of the structure introduced by PP, then, why, in double object constructions, where such structure is absent, do we not find symmetric behaviour?”

(Larson, 1988:339)

Em sua proposta, Larson faz uso generalizado da terminologia sintática em voga na época. Entretanto, alguns autores (Emonds, 1993) atribuem “inspiração semântica formal (não-lexicalista)” à sua metodologia. É provável que este julgamento se deva ao fato de que sua análise é, na verdade, uma ampliação da proposta de Chomsky (1975) para estruturas dativas. Segundo a proposta de Chomsky, uma sentença com dois complementos, como (14a), será derivada de uma estrutura subjacente, na qual o verbo e seu **OI** formam um constituinte que exclui o **OD**.

- (14) a. The teacher gave several books to him.
b.

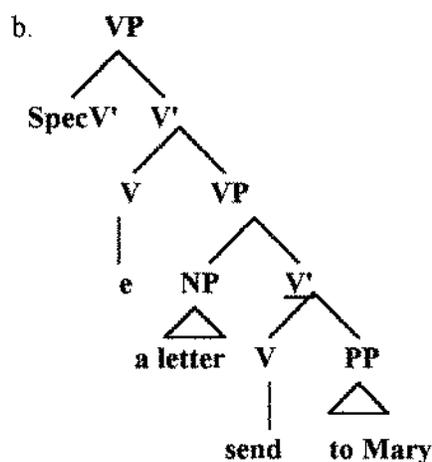


(Larson, 1988:339)

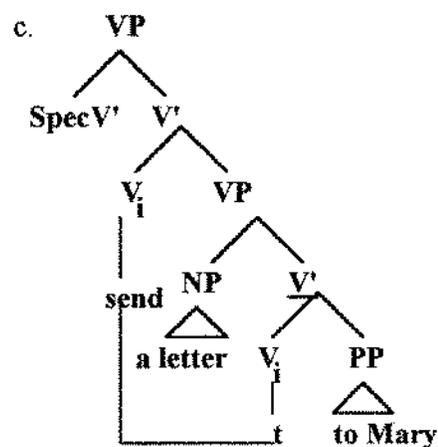
(14b) é uma primeira representação do VP de (14a): NP1 c-comanda NP2, numa assimetria introduzida por X que, segundo Larson, é uma projeção qualquer de V. As relações temáticas em (14b) diferem daquelas em (1). Em (1a), V marca NP1 e NP2 tematicamente e em (1b), V marca NP1 e o composto V-NP1 (V') marca NP2. Em (14b), o papel- θ de NP2 vem de V e o de NP1, do composto V-NP2⁴. Em sua proposta Larson sugere que as relações em (14a) acima e (15a) abaixo podem ser captadas em (15b), uma estrutura com um “VP oracional” subjacente, cujo “sujeito” é *several books* (14a) ou *a letter* (15a) e cujo “objeto” é *to him* (14a) ou *to Mary* (15a). Este VP não aparece em SS, pois a subida de V o disfarçará.

- (15) a. John sent a letter to Mary

(Larson, 1988:342)



(Larson, 1988:342)



(Larson, 1988:343)

⁴ Esta possibilidade é defendida através de Marantz (1984) (*apud* Larson (1988)), que propõe a marcação temática do sujeito por VP e não por V. Larson cita também a argumentação de Emonds (1972) em favor da formação de complexos temáticos, baseada em expressões idiomáticas descontinuas.

(15c) é uma estrutura de ramificação estritamente binária, como o VP tradicional. A posição V vazia do VP mais alto em (15b) toma outro VP (oracional) como complemento em que o especificador é *a letter*, o núcleo é *send* e o complemento é *to Mary*. Intuitivamente, pode-se dizer que *send* e o complemento *to Mary* formam um predicado menor *send-to-Mary* (Chomsky, 1975) que é predicado de um “sujeito interno” *a letter*. O resultado é a estrutura de VP oracional *a letter send to Mary* que será, por sua vez, predicado de um sujeito como *John*.

A ordem da sentença em (15a) surgirá com o movimento de *send* para a posição V vazia por razões de Caso e concordância ou por causa da estrutura temática ou categorial (15c). Na configuração resultante, **Infl** poderá reger o VP cujo núcleo é *send* (transmitindo-lhe informações de Tempo e Concordância), que regerá *a letter*, atribuindo-lhe Caso⁵.

Duas conseqüências são imediatamente apontadas para a análise em questão. Uma delas diz respeito a uma nova explicação para dados de conjunções em dativos como (16a):

(16) a. John sent a letter to Mary and a book to Sue. (Larson, 1988:345)

Se conjunções unem dois constituintes, (13a,b) têm dificuldades para dar conta desta conjunção uma vez que nelas *a letter to Mary* e *a book to Sue* não são constituintes. De acordo com (15b,c), por outro lado, a conjunção realmente ligará dois constituintes. Veja (16b):

(16) b. [_{VP} Spec V' [_{V'} send [_{VP} [_{VP} [_{NP} a letter] [_{V'} e pp [to Mary]]]]] and [_{VP} [_{NP} a book] [_{V'} e pp [to Sue]]]]]] (Larson, 1988:345)

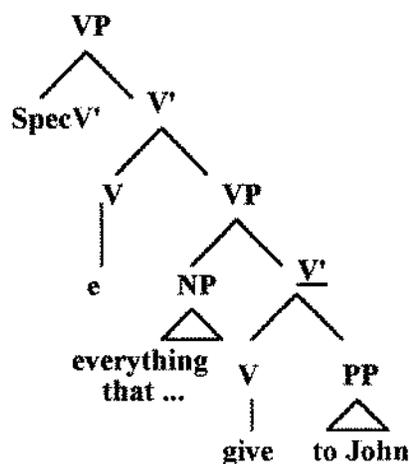
A segunda conseqüência é apontada em sentenças como (17a) que, tradicionalmente, são interpretadas como deslocamento à direita de um NP pesado. A representação para esta interpretação está em (17a').

⁵ Este processo é paralelo ao assumido por muitas propostas para a análise do sujeito em línguas VSO, embora o domínio de aplicação, nos dois casos, seja diferente. Nas línguas VSO, além de permitir a atribuição de Caso ao NP sujeito e a transmissão ao verbo das informações de Tempo e Concordância que, aparentemente estão em **Comp** (Sproat (1985), *apud* Larson (1988)), a subida do verbo disfarça o VP subjacente.

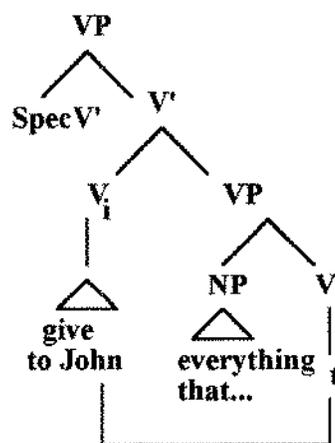
- (17) a. I gave to John everything that he demanded.
 a'. I gave t_i to John [everything that he demanded]_i
 a". I [gave to John]_i everything that he demanded t_j (Larson, 1988:347)

A estrutura proposta por Larson em (15b) oferece a possibilidade de uma análise alternativa para a sentença em (17a), prevendo que (17a"), em que o constituinte [V OI] se movimenta para a esquerda, seja melhor análise que (17a'). Larson sugere que o V' de (15c) acima seja reanalisado como um V. Segundo sua proposta, qualquer predicado (como V' em (17b) abaixo) com um papel- θ interno por descarregar poderá ser reanalisado como uma categoria lexical complexa.

(17) b.



c.



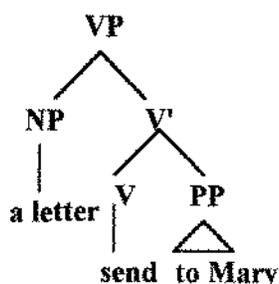
(Larson, 1988:348-9)

Sem a reanálise, o movimento do verbo para a posição V vazia produziria algo como *give everything that he demanded to John*. Com a reanálise, todo o complexo *give to John* sobe para aquela posição (17c). Larson assume que o complexo formado herda do verbo as propriedades de marcação de Caso, explicando, assim, o Caso do **OD**.

Ao apresentar sua proposta para as construções com **ODp**, Larson assume que há entre estruturas dativas e estas construções uma relação transformacional do mesmo tipo da que

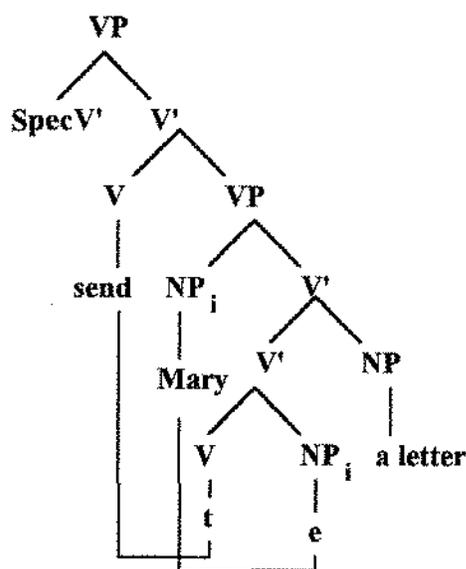
existe entre as sentenças ativas e passivas⁶. Em sua representação para construções dativas, há uma relação de sujeito-objeto entre os **NPs** do **VP** mais baixo. Logo, será correto supor que as operações que, geralmente, se aplicam entre sujeitos e objetos (como passivização) serão possíveis neste **VP**. O resultado será uma estrutura que dá conta dos dados de **B&L** em termos de c-comando.

(18) a.



(Larson, 1988:351)

b.



(Larson, 1988:353)

Se for possível tomar a preposição como mero marcador de Caso, então poderemos dizer que ela é absorvida nas construções com **ODp** da mesma forma que o Caso atribuído ao objeto é absorvido nas passivas⁷. Além disso, a posição sujeito de **VP** torna-se não-temática. O papel- θ de objeto direto, atribuído ao sujeito de **VP**, passa a ser atribuído em configuração de adjunto. O **OI** está sem Caso na estrutura profunda (**DS**) e a posição de sujeito de **VP** (que é não-temática), vazia. Logo o **NP** do **OI** se move para a posição do sujeito de **VP** e o verbo,

⁶ Apesar de o inglês apresentar irregularidades nesta relação, Larson garante que há outras línguas em que ela é bem sistemática.

⁷ Larson propõe que o papel- θ do sujeito pode ser atribuído em configuração de adjunção sem afetar a análise das passivas.

"If α is a θ -role assigned by X^i , then α may be assigned (up to optionality) to an adjunct of X^i ."
(Larson, 1988:352).

para o núcleo do VP principal. Desta posição, o verbo atribuirá Caso, à direita para o sujeito do VP interno (18b), produzindo a SS do VP de uma sentença como *John sent Mary a letter*. Em outras palavras, o que é um OI (*to Mary*) em (18a) se torna um “sujeito” derivado de VP em (18b) e o que é um OD (*a letter*) em (18a), um adjunto dentro de V' em (18b).

Embora semelhantes, os processos apresentam as diferenças apontadas abaixo:

	PASSIVAS	ODp
Domínio de processamento das operações	IP	VP
Morfologia	verbo marcado <i>-en</i>	verbo na forma ativa usual
Possibilidade de supressão do sujeito	sim (se não, <i>by</i> - atribuidor de Caso - será inserido)	não
Atribuição de Caso ao NP adjunto	através da preposição <i>by</i> .	Os dois NPs em questão aparecem como acusativos.
Produtividade	+ produtivo	- produtivo

No que concerne a morfologia e a supressão do NP adjunto, a explicação vem do caráter “±categorialmente ligado” da posição relevante de sujeito. O θ do sujeito de IP, por exemplo, é “-categorialmente ligado” e pode ser atribuído a vários sintagmas, (inclusive ao morfema *-en* adjunto a V)⁸. Outros, como aquele atribuído ao sujeito de VP, são “+ categorialmente ligados” e só podem ser atribuídos a NPs. Daí, a necessidade da presença do NP adjunto nas estruturas de ODp. Além disso, a ausência da morfologia de participio elimina a possibilidade de descarga de θ sobre um elemento morfológico.

Para as diferenças relativas à marcação de Caso, Larson assume que o OD recebe seu Caso na posição de adjunto. Se V' (18b) é reanalisado como V (verbo transitivo complexo), pois tem um de seus θ , o de OD, ainda por descarregar, então, o NP *a letter* recebe Caso na

⁸ Para mais detalhes sobre esta proposta, ver Jaeggli (1986), que propõe que a absorção do papel- θ do sujeito, assumida na passivização, seja compreendida como a atribuição deste papel- θ ao morfema passivo *-en*.

configuração canônica de **OD**. Quanto à dupla atribuição de Caso objetivo, o autor propõe que as construções com **ODp** sejam um exemplo em que os dois Casos objetivos das estruturas transitivas (estrutural e inerente) são separados e atribuídos a diferentes argumentos. As condições de atribuição são as mesmas para os dois Casos: regência e adjacência. A diferença é que o Caso estrutural será atribuído com **V** regido por **I** (o movimento de **V** tira de **VP** o estatuto de barreira), e o inerente, ao argumento interno mais alto, pelas propriedades lexicais do verbo.

Verbos como *donate* e *distribute* (construção dativa) ou *envy* e *spare* (construção com **ODp**) ilustram o fato de que a relação **dativo** \leftrightarrow **ODp** nem sempre é produtiva no inglês, como ocorre com as passivas.

- (19) a. John donated the money to charity / *John donated charity the money.
 b. The judge spared John the ordeal / *The judge spared the ordeal to John.

Para sustentar a análise derivacional das estruturas com **ODp**, proposta desde o início, Larson tem que explicar, também, os dados em (19)⁹. Ele parte de uma análise cuidadosa da preposição *to*. Já foi visto que a preposição *to* representa a marcação de Caso em um **VP** como *send a letter to Mary*. É isto que torna possível a associação de passivas a construções com **ODp**, já que a supressão da preposição é vista como a supressão do Caso. Entretanto, há casos em que esta preposição tem conteúdo semântico. Observe os exemplos em (20) abaixo:

- (20) a. Klaus flew his dirigible to Helgoland.
 b. The spoon fell to the floor. (Larson, 1988:370)

Em (20), os sintagmas *Alvo* são **AdvP** não selecionados e a preposição especifica um *Alvo de locomoção sobre uma "trilha"*. A pergunta que surge é: como se pode manter a análise proposta para alternância dativa, preservando a identidade intuitiva de *to* em seus vários usos?

⁹ Os dados acima fazem com que alguns autores ((Oehrle, 1976) e (Allerton, 1978)) duvidem da relação derivacional construções dativas/**ODp**, analisando-as como uma relação lexical que existe entre as diferentes entradas lexicais para o mesmo verbo. Um verbo como *give*, por exemplo, teria duas entradas lexicais como o mesmo conteúdo semântico, mas com subcategorizações diferentes: um que subcategorize um **NP** e um **PP**, e outro que subcategorize dois **NPs**.

Respondendo, Larson propõe que *to* sempre terá conteúdo semântico, mas em certos casos (em *V*'s cujos núcleos sejam verbos de alternância dativa) sua contribuição gramatical ficará reduzida a marcação de Caso e, conseqüentemente, sua supressão será possível na passiva. Será preciso assumir que *to* é uma preposição independente do inglês com seu próprio θ para descarregar e que, embora alguns verbos possam selecionar um *OI*, eles não podem atribuir-lhe Caso. De acordo com a segunda postulação, um *V*' que contenha um verbo dativo e um *OI* α só será bem formado se um atribuidor de Caso independente como *to* aparecer.

(21) [*V*' *V* [*pp to* α]] (idem)

A conseqüência é que, tanto *V* quanto *P* devem descarregar papel- θ em α . O que acontece, então é o seguinte: *give* tem dois papéis- θ para descarregar (o de *Beneficiário* e o de *Alvo de locomoção sobre uma "trilha"*) e a preposição tem o papel- θ de *Alvo de locomoção*. Percebe-se que um dos papéis- θ atribuídos por *V* torna redundante a contribuição semântica de *to* que, por causa disto, e somente neste caso, terá sua contribuição gramatical reduzida a atribuição de Caso ao *NP OI*, pois *give* não poderá fazê-lo (o *OI* é seu terceiro argumento). Logo, a preposição *to* é necessária. Se sua função é apenas dar Caso ao *OI*, ela pode ser apagada.

Quanto a *donate*, Larson propõe que ele só atribui o papel- θ de *Beneficiário* ao seu *OI*. Logo, no *V*' *donate to charity*, *V* e *P* são semanticamente compatíveis. Não há mais redundância quanto às grades temáticas do verbo e da preposição e a função desta última não é mais apenas a de dar Caso. Seu apagamento resultará na perda de informações temáticas associadas a ela e, por isso a alternância de complementos não se realiza.¹⁰

¹⁰ O comportamento de certas expressões como *give away* e *give out*, compostas por *give* (um verbo de alternância dativa) e de uma partícula adverbial direcional, pode sustentar esta hipótese. A sobreposição desta partícula ao significado de *give* resulta em *phrasal verbs* que preservam a noção de *Beneficiário* mas, intuitivamente, conotam apenas *Transferência de posse a partir de uma Fonte*, e não *Transferência de posse para um Alvo*. A expectativa, então, é que estes compostos, como *donate* e *distribute*, sejam semanticamente compatíveis com *to*, resistindo à alternância dativa, o que está correto:

(i) a. I gave away money to charity.

a'. *I gave away charity money / *I gave charity away money.

(Larson, 1988:371)

A conclusão é que os verbos que não admitem alternância dativa são aqueles que não especificam o conteúdo direcional de *to* em sua grade temática ou aqueles em que este conteúdo é excessivamente realçado por um elemento adverbial direcional.

Em um segundo caso (*spare*), **ODp** é possível, mas não as formas dativas simples.

- (22) a. *The judge spared the ordeal to John
 b. The judge spared John the ordeal (Larson, 1988:375)

Se um V' contendo um verbo de três argumentos e um **OI** α tem o formato $[V' V \alpha]$ e V não pode atribuir Caso a α , uma preposição semanticamente compatível precisará ocorrer. Se a gramática simplesmente não possui tal preposição, então, α não poderá receber Caso. Para Larson, este caso pode representar uma versão da Generalização de Burzio (cf. Burzio, 1986)¹¹.

A proposta, então, é que a formação obrigatória de **ODp** represente um caso de inacusatividade no sentido de que os verbos relevantes são tematicamente incompatíveis com qualquer atribuidor de Caso potencial, forçando seu terceiro argumento a se movimentar. Em (22b), embora *Beneficiário*, o **OI** não é, e não pode ser, um *Alvo* (*spare* = poupar; *ordeal* = teste de caráter ou resistência). *John* se beneficia da ação do juiz. Entretanto este benefício se dá, exatamente, porque João foi poupado da prova. *To* é, então, incompatível com o papel- θ que o verbo *spare* atribui ao seu terceiro argumento (22a). Assim, o **OI** sem Caso se move para a posição não- θ , mas Casual do especificador de seu **VP**.

A conexão entre passivas e **ODp** tem implicações interessantes para a análise de passivas indiretas. A teoria padrão prevê um processo de passivização indireta em duas etapas com a estrutura dativa em (23b) derivando a estrutura com **ODp** em (23c) através da alternância dativa. Só então é que o processo de passivização se aplicaria a (23c) derivando (23a).

¹¹ A Generalização de Burzio diz que se um verbo não permite atribuição de Caso Acusativo ao objeto de V' por razões semânticas, então este verbo não poderá atribuir θ a um sujeito.

Finalmente, para explicar as suas estruturas de complementação, Larson sugere uma modificação da teoria X-barras em (25), onde YP* representa uma cadeia finita de complementos (possivelmente nula) do núcleo X, que pode ser de qualquer categoria (Stowell, 1981).

$$(25) \quad \text{a. } XP \rightarrow \text{Spec} X' X' \qquad \text{b. } X' \rightarrow X \text{ YP}^*$$

Este esquema exibiu duas assimetrias entre sujeito e complemento. A primeira delas, estrutural, na medida em que o composto núcleo + complemento exclui o sujeito na representação. A segunda, uma assimetria numérica: percebe-se que a estrutura permita a presença de mais de um complemento, mas de apenas um sujeito. A modificação sugerida por Larson, a que ele chama de Hipótese do Complemento Único (*Single Complement Hypothesis (SCH)*), elimina a assimetria numérica, uma vez que prevê apenas um complemento por projeção máxima:

$$(26) \quad \text{a. } XP \rightarrow \text{Spec} X' X' \qquad \text{b. } X' \rightarrow X \text{ YP} \qquad \text{(Larson, 1988:381)}$$

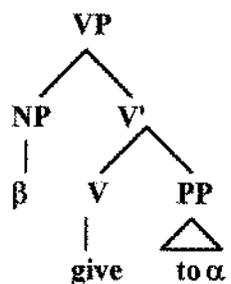
A esta proposta de modificação, Larson adiciona dois princípios. O primeiro estabelece uma relação entre a estrutura temática e a estrutura categorial da sentença e o segundo diz que a atribuição de papel- θ pelo verbo obedecerá à seguinte hierarquia temática: (*Agente* > *Tema* > *Alvo* > *Obliquos* (modo, lugar, tempo, ...)) ((Carrier-Duncan, 1985) *apud* Larson (1988))¹⁴.

As relações temáticas dentro do VP para os verbos de três argumentos se estabelecem com a aplicação destes princípios. Em (27a), α recebe o papel- θ de *Alvo* e β , o de *Tema*, mas o argumento *Agente* selecionado pelo verbo ainda não foi projetado. Larson propõe, então, a projeção do VP mais alto em (27b) com núcleo vazio e, portanto, sem restrições temáticas. Esta estrutura, cujo complemento é o VP mais baixo, garante uma posição argumental para o *Agente* sem problemas para X-barras ou para os princípios que foram sugeridos pelo autor.

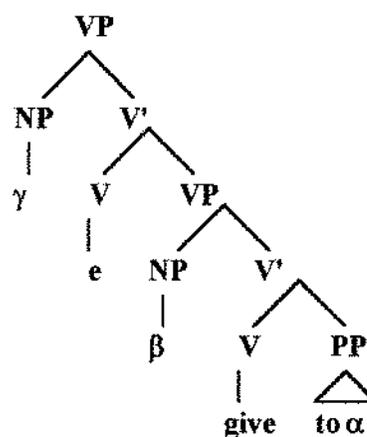
¹⁴ (P1) "If α is a predicate and β is an argument of α , then β must be realized within a projection headed by α "

(P2) "If a verb α determines θ -roles $\theta_1, \theta_2, \dots, \theta_n$, then the lowest role in the thematic hierarchy is assigned to the lowest argument in the constituent structure, the next lowest role to the next lowest argument and so on."
(Larson, 1988:382)

(27) a.



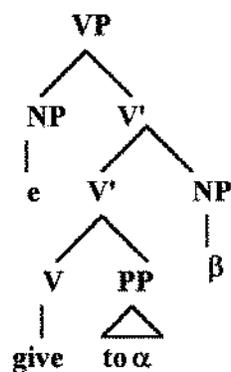
b.



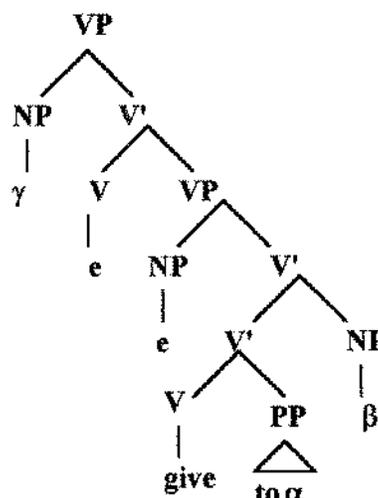
(Larson, 1988:383-384)

A DS de uma estrutura de **ODp** se forma, praticamente, da mesma maneira. A diferença neste caso fica por conta da atribuição do papel- θ *Tema*. Em vez de atribuir *Tema* à posição de sujeito do **VP** mais baixo, como em (27b), esse papel- θ será atribuído em posição de adjunto, como em (28a). Em (28b), novamente, o **VP** é projetado e o papel de *Agente* é atribuído ao seu especificador. A SS é derivada como visto acima:

(28) a.



b.



(Larson, 1988:385)

Um aspecto interessante desta proposta é a possibilidade de sua aplicação a qualquer verbo de dois ou três argumentos que tomam ou não um advérbio modificador, apontada por Larson na nota 49 de seu trabalho. Em todos os casos, a distribuição dos argumentos e dos modificadores se dá de acordo com a hierarquia temática, segundo a qual *Adverbiais* e *Obliquos* serão projetados nas posições de complemento mais encaixadas, o que levará à projeção do **VP** mais alto e à subida do verbo.

2.5 - ODP COMO *INPUT* PARA DATIVO: AOUN & LI (1989)

Na tentativa de dar conta da interpretação de sintagmas quantificacionais (**QPs**) em chinês mandarim e inglês, Aoun & Li (1989) assumem a necessidade de que as estruturas em que tais sintagmas ocorrem atendam a duas condições de boa formação, nomeadamente à Condição de Ligação Mínima (*Minimal Binding Requirement (MBR)*) e ao Princípio do Escopo¹⁵. Da comparação entre os dados das duas línguas surgem três perguntas principais:

- (29) a. Por que não há ambigüidade nas sentenças ativas do chinês como nas do inglês?
 b. Por que a interação dos **QPs** em sentenças ativas do chinês difere da interação destes mesmos elementos em sentenças passivas correspondentes?
 c. Por que não há ambigüidade na estrutura com **ODp** de uma sentença do inglês como (30a) abaixo?
- (30) a. John assigned someone every problem.
 b. John assigned every problem to someone.

A resposta à pergunta em (29c), diretamente relacionada ao assunto desta dissertação, leva os autores a avaliar o comportamento dos **QPs** em construções com **ODp** e em suas

¹⁵ Aqui, as condições, tais como foram apresentadas pelos dois autores (Aoun & Li, 1989:141):

(i) *Minimal Binding Requirement*:

“Variables must be bound by the most local potential A'-binder”.

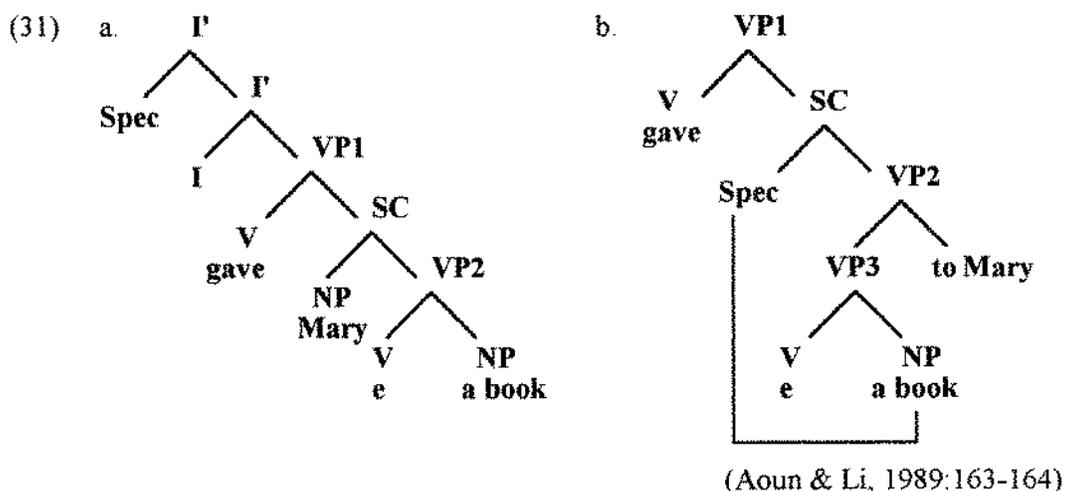
(ii) *The Scope Principle*

“A quantifier *A* has scope over a quantifier *B* in case *A* c-commands a member of the chain containing *B*”.

construções dativas correspondentes. As construções dativas não são tranquilas em termos de ambigüidade. (30b), por exemplo, poderá ser interpretada de duas maneiras distintas. Sua proposta para o tratamento das construções com **ODp** tem origem nesta avaliação em conjunto com a análise de algumas das propostas existentes para o mesmo fenômeno.

Para Aoun & Li (op. cit) as propostas de Kayne (1984c) e Larson (1988), já apresentadas neste trabalho, trazem conclusões importantes e, até certo ponto, complementares. Enquanto a análise da mini-oração de Kayne sugere a relação de posse existente entre **NP1** e **NP2** na seqüência **V NP1 NP2**, esta mesma análise não dá conta da relação de c-comando assimétrico que deve haver entre os dois **NPs**. A análise de Larson, por outro lado, dá conta da relação de c-comando, mas ignora a relação de posse entre os dois **NPs**.

A proposta de análise das construções com **ODp** apresentada por Aoun & Li procura explicitar tanto a relação semântica quanto a relação sintática entre os dois complementos. A estrutura em que se vê em (31a) seria, então, a representação básica para as sentenças com dois argumentos internos, ou seja, seria a estrutura de base que serviria de *input* para a construção com dativo (31b).



O verbo vazio (**e**) em (31a) seria capaz de expressar a relação de possuidor e possuído entre *Mary* e *a book*, apontada por Kayne, em que *Mary* é sujeito e *a book*, objeto. Este verbo atribuiria Caso ao **NP** *a book* e *gave* atribuiria Caso a *Mary* derivando a ordem *gave Mary a book*,

uma construção com **ODp**. Assumindo a aproximação sugerida por Larson de que haveria correlação entre construções com **ODp** e passivas, os autores sugerem que a passivização se aplica no interior da *small clause* (**SC**) derivando a estrutura de dativo: o verbo (**e**) deixa de atribuir Caso a *a book* e o **NP** *Mary* (sujeito) é adjungido a **VP2**. O **NP** *a book*, agora sem Caso, é movido para a posição de **Spec** da mini-oração que seria [+K,-θ], tal como nas passivas. O **NP** *Mary* recebe Caso através da inserção da preposição *to*. A estrutura resultante é (31b).

A formação de passivas de acordo com a proposta em questão resultará nos mesmos contrastes observados em qualquer análise: só o **OI** poderá ser passivizado a partir de uma construção com **ODp**. Assim, (32a) será a única passivização possível a partir da construção com **ODp** ao passo que (32c) derivará do processo de passivização aplicado a estrutura dativa. Nenhuma das duas representações derivará (32b).

- (32) a. Mary was given a book.
 b. ??A book was given Mary.
 c. A book was given to Mary

Depois de elaborar uma proposta de análise para estruturas de **ODp** semântica e sintaticamente coerente, Aoun & Li verificam que a representação sugerida permite que as sentenças com dois objetos em que **QPs** ocorrem nos argumentos internos como (30) respeitem as condições de boa formação estabelecidas no início do artigo. Tomando (31a) como a representação estrutural de (30a), tem-se que *someone* se adjunge a **VP1** e *every problem*, a **VP2**. O **MBR** impede que *every problem* se adjunja a uma posição mais alta. Assim, apenas uma leitura é possível para (30a). (30b) seria estruturalmente representada por (31b). O **QP** *every problem* se adjungiria a **VP1** e *someone*, a **VP2**. Depois de alçado, *somenone* c-comandaria o vestígio de *every problem* e seria c-comandado por este **QP**, gerando ambigüidade.

2.6 - UMA CRÍTICA AO VP ORACIONAL: JACKENDOFF (1990b)

Jackendoff (1990b) traz uma crítica à solução proposta por Larson (1988). Além de dizer que Larson não teria levado em conta a solução proposta por **B&L**, Jackendoff sugere que

sua proposta se baseia em uma estrutura heterodoxa para as construções de **ODp**. Em seu artigo, o autor apresenta dados que apontam para a possibilidade de correção da proposta de **B&L** e tenta evidenciar a fraqueza dos argumentos de Larson.

Uma das razões para a crítica é que, para Jackendoff, apesar de Larson ter se dado conta da possibilidade de que outras noções além da de c-comando estivessem envolvidas no tratamento das assimetrias levantadas por **B&L**, ele não teria considerado seriamente a sugestão que deram ao final de seu trabalho. Para eles, como já foi apontado, o problema das assimetrias verificadas em construções do tipo **V NP NP** não é apenas estrutural, mas envolve, também, a noção de precedência linear.

As assimetrias são as mesmas em estruturas **V NP PP**, mas não há problemas de c-comando. Larson sugere que as construções dativas apresentam uma assimetria estrutural introduzida pelo **PP**. Jackendoff critica esta posição, dizendo que esta assimetria pode não ser, apenas, o resultado da presença de **PP**. Pode ser que ela resulte da ordem linear da estrutura, que tem seus efeitos mascarados pela própria assimetria estrutural. A construção com **ODp** não tem esta assimetria e, por isso, a ordem linear aparece como critério para a distinção.

Antes de apresentar seus contra-argumentos à proposta de Larson, Jackendoff fornece uma ampla lista de exemplos de sentenças com dois complementos de **Vs** e de **Ns**. Desta lista fazem parte as construções que envolvem objetos duplos não-alternantes (*deny, cost*) (33a,a'), complementos **NP PP** alternantes (*blame X on Y*), (33b,b') complementos **PP** duplos de ordem livre (*talk to X about Y*) (33c,c') e, também, complementos **PP** duplos de **N** (*a gift from X to Y*) (33d,d').

- (33) a. I denied each worker_i his_i paycheck.
 a'. *I denied its_i owner each paycheck_i.
- b. I blamed every incident_i on its_i perpetrator.
 b'. *I blamed its_i outcome on every bad decision_i.

- c. I talked to every girl_i about her_i mother.
 c'. *I talked to her_i mother about every girl_i.
- d. The gift from every girl_i to her_i mom.
 d'. *The gift from her_i daughter to every mom_i.

Jackendoff examina o comportamento destes tipos de sentenças em relação aos seis fenômenos destacados por **B&L**¹⁶ e percebe que a ordem linear é fundamental nestes fenômenos. Todas as combinações de complementos duplos de **V** e **N** revelam as mesmas assimetrias em relação aos domínios de ligação, ou seja as observações de **B&L** não se restringem a construções com **ODp**, mas são mais amplas, envolvendo complementos duplos em geral. Com isto, sugere que uma proposta de análise para os dados apresentados em **B&L** deveria ser capaz de dar conta de todos os exemplos que traz em seu trabalho, o que acontece com a proposta de redefinição dos domínios de ligação, mas não com a proposta de Larson.

Para ele, Larson teria optado pelo caminho errado, provavelmente tentando simplificar a Gramática Universal (**UG**), restringindo a definição dos domínios de ligação a relações baseadas em dominância. Jackendoff observa que as definições para domínio de ligação variam segundo o fenômeno em questão. Então, será necessário descobrir se a **UG** inclui a ordem linear entre as condições para definir o elenco de domínios de ligação possíveis. Se for assim, a explicação para os dados de **B&L** pode ser mais simples do que aquela descrita por Larson.

O contra-argumento mais importante de Jackendoff se direciona a um dos pressupostos básicos da proposta de Larson. Para justificar o paralelismo entre a estrutura das passivas e sua proposta para **ODp**, Larson assume que a relação estrutural entre *Mary* e *a letter* em (18b)¹⁷ será idêntica a que há entre o sujeito da passivas e o sintagma introduzido por *-by*. A primeira

¹⁶ Não reproduzo todos os dados apresentados por Jackendoff, mas apenas aqueles que exibem as relações entre um **NP** quantificado e um pronome ligado a ele.

¹⁷ Repito (18b) em representação linear:

(18) b. [_{VP} Spec V' [V' [_{Vj} send] [_{VP} [_{NPi} Mary] [V' [V' [_{Vj} t] [_{NPi} e]]] [_{NP} a letter]]] (Larson, 1988:353)

é uma relação que prevê a ligação de reflexivos no NP mais baixo (34a). As passivas, no entanto, são uma exceção para tais elementos (34b) (Postal (1971), *apud* Jackendoff (1990b)).

- (34) a. Bill showed Bob himself.
b. ?*Bill was hit by himself.

A sentença (34) só seria possível se tivesse interpretação contrastiva prosodicamente marcada. Em outras palavras, Jackendoff entende que Larson teria criado uma estrutura para justificar a possibilidade de ligação em (12a)¹⁸, tomando como base uma outra estrutura que, por sua vez, não permite o mesmo tipo de ligação.

Uma segunda crítica vem justamente para a possível análise de *a letter to Mary* como um constituinte nas representações em (15b,c), mas não em (13a,b). Com a assunção de que conjunções unem constituintes, o exemplo em (16a) e a representação em (16b)¹⁹ Larson considera comprovada a sua hipótese de que o OD e o OI podem formar um único constituinte. Jackendoff, entretanto, traz exemplos como (35a,b), as chamadas construções de *Gapping*, em que uma conjunção une elementos que não são constituintes superficialmente.

- (35) a. Bill hates Harry and Henry Ralph.
b. At 6:00, Sue came, and at 7:00, Fred. (Jackendoff, 1990:439)

¹⁸ Repito (12a):

(12) a. I showed John himself (in the mirror) (B&L, 1986:347)

¹⁹ Repito (13a,b) e (15b,c) em representações lineares e, também, (16a,b):

(13) a. [VP V NP1 [pp P NP2]]
b. [VP [V' V NP1] [pp P NP2]] (Larson, 1988:338)

(15) b. [VP Spec V' [V' e [VP [NP a letter] [V' send [pp to Mary]]]] (Larson, 1988:342)
c. [VP Spec V' [V' send_i [VP [NP a letter] [V' e_i [pp to Mary]]]] (Larson, 1988:343)

(16) a. John sent a letter to Mary and a book to Sue.
b. [VP Spec V' [V' send [VP [VP [NP a letter] [V' e [pp to Mary]]] and [VP [NP a book] [V' e [pp to Sue]]]]]] (Larson, 1988:345)

Como *Gapping* une “não-constituintes”, pode ser que a sentença em (16a) seja apenas um outro exemplo de configuração de *Gapping*. Além disso, como aponta Jackendoff, de acordo com os testes para verificar o caráter de constituinte de um elemento (topicalização, clivagem, pseudo-clivagem, e alçamento de um nóculo à direita) o **NP OD** e o **PP OI** não podem estar juntos.

- (36) a. *It was Harry's dog to Sue that I sent.
 b. *Harry's dog to Sue, I forgot to send.

Jackendoff diz que a Hipótese do Complemento Único levantada por Larson para justificar todo o desenvolvimento de sua proposta de uma estrutura estritamente binária pode representar uma tentativa de dar a todos os tipos de construções mencionados acima o mesmo tratamento. Entretanto, Larson não justifica sua proposta em termos da teoria gramatical em si, ou mesmo da simplificação que ela levaria à tarefa da criança que adquire uma língua e por isso Jackendoff não admite sua razão de ser, dizendo tratar-se de uma mera simetria formal.

Seria esperado que todas as estruturas com dois complementos, de **V** ou de **N**, pudessem ser analisadas como as construções dativas. Jackendoff mostra, detalhadamente, no entanto, como a solução de Larson não se aplica a vários casos de complementos duplos.

Primeiramente considera verbos como *deny* (**ODp** não-alternante). Larson sugere a “passivização”²⁰ interna ao **VP** como a única forma de marcação do Caso do **OI** em (37a).

- (37) a. deny Bill his wish
 b. [_{VP} Spec V' [_V [_V e] [_{VP} [_{NP_i} Bill] [_V' [_V deny] [_{NP_i} e]] [_{NP} his wish]]]]]]
 c. [_{VP} Spec V' [_V [_V e] [_{VP} [_{NP} Bill] [_V' [_V deny] [_{NP} his wish]]]]]]

(Jackendoff, 1990:441)

Sendo o terceiro argumento do verbo, o **OI** precisa de uma preposição que lhe atribua Caso. Devido, provavelmente, a uma certa incompatibilidade semântica, a gramática não dispõe de

²⁰ Aspas do autor.

tal preposição e exige o movimento do **OI** como em (37b). Jackendoff apresenta a solução alternativa em (37c) em que o **NP** mais baixo recebe Caso lexical Acusativo em vez de Caso lexical Dativo. As duas representações explicam as assimetrias em termos de dominância. A escolha da representação mais acertada dependerá de uma teoria que defina como os verbos especificam lexicalmente sua marcação de Caso e como isso interage com a semântica das preposições.

Também são problemáticas para a teoria de Larson as estruturas com complementos alternantes **NP PP**. Se as sentenças em (38a,b) derivam, como na alternância dativo-**ODp**, da mesma representação em **DS**, que poderia ser (38c), como explicar a necessidade da preposição *on* que atribuirá Caso a *Harry* em posição de adjunto na estrutura “passivizada” (38d)? Por que não é possível a marcação de Caso por **V'** da mesma maneira como acontece com as construções com **ODp**? E ainda, o que determina a escolha da preposição *on* para *blame* e de *with* para *load*?

- (38) a. Bill blamed Harry for the accident.
 b. Bill blamed the accident on Harry.
 c. [_{VP} Spec V' [_{V'} [_V e] [_{VP} [_{NP} Harry] [_{V'} [_V blame] [_{PP} for the accident]]]]]]
 d. [_{VP} Spec V' [_{V'} [_{V_i} blame] [_{VP} [_{NP_k} the accident] [_{V'} [_{V'} [_{V_i} e] [_{NP_k} e]]] [_{PP} on Harry]]]]]]
 e. [_{VP} Spec V' [_{V'} [_V e] [_{VP} [_{NP} the accident] [_{V'} [_V blame] [_{PP} on Harry]]]]]]

(Jackendoff, 1990:441-442)

Realçando o fato de que o mesmo ocorre com verbos do tipo de *supply* e *provide*, semanticamente próximos a *give*, Jackendoff aponta para uma solução lexical para estas alternâncias. Segundo esta análise, *blame* poderia licenciar duas representações distintas em **DS**, nomeadamente (38c,e). O verbo subiria em cada uma delas resultando em duas ordens superficiais diferentes.

Como as estruturas dativas, a sentença em (39a), com dois complementos **PP**, deverá ter a **DS** em (39b).

- (39) a. Bill talked to Harry about Max.
 b. [_{VP} Spec V' [_V [_V e] [_{VP} [_{PP} to Harry] [_V [_V talk] [_{PP} about Max]]]]]]
 c. [_{VP} Spec V' [_V [_V e] [_{VP} [_{PP} about Max] [_V [_V talk] [_{PP} to Harry]]]]]]

(Jackendoff, 1990:444)

Há duas maneiras para se derivar a forma invertida *Bill talked about Max to Harry*: através de uma variante da “passivização” que, por algum motivo, não apaga o marcador de Caso *about* ou por uma solução lexical como para os exemplos em (38), em que as formas invertidas resultam de duas configurações diferentes (39b,c). Finalmente, com uma argumentação semelhante, o autor discute a questão dos nominais com dois complementos **PP**²¹.

Jackendoff reserva uma das seções de seu artigo especialmente para argumentos semânticos que pretendem mostrar a inadequação da explicação de Larson. Não aceita sua justificativa para as restrições de aplicação da alternância dativa em termos da diferença entre *give* e *donate* dizendo não haver evidências empíricas fortes para que Larson possa argumentar que *donate* atribui papel-θ de *Beneficiário*, mas não de *Alvo*. Os exemplos que apresenta mostram que, mesmo o papel de *Beneficiário* não é tão fortemente marcado em *donate* quanto em *give*.

- (40) a. What Bill did for Harry was give him a book.
 b. ??What Bill did for the library was donate a book to it.
 c. ??What Bill did for the libraries was donate a book to each of them.

(Jackendoff, 1990:446)

²¹ Para este tipo de construção, Jackendoff mostra que, de acordo com a proposta de Larson, a expressão nominal em (ia) terá a representação em (ib), em que o **PP** *from Harry* ocupa a posição de especificador de **NP**, algo sem precedentes.

- (i) a. a gift from Harry to Bill
 b. [_{NP} Spec N' [_N [_N e] [_{NP} [_{PP} from Harry] [_N [_V gift] [_{PP} to Bill]]]]]] (Jackendoff, 1990:445)

Aqui, mais uma vez a escolha entre a solução “derivacional” e a solução lexical tem seu lugar. Neste caso, porém, devido à liberdade generalizada na ordem de **PP** em complementos nominais evidente em (ii), a melhor escolha parece ser aquela que não especifica a ordem.

- (ii) a. the gift of a book to Bill / the gift to Bill of a book
 b. the picture of Bill by Picasso / the picture by Picasso of Bill (idem)

Em sua opinião o papel- θ *Beneficiário* é uma subclasse de “afetados”²² e por isso está mais fortemente associado ao NP adjacente ao verbo. Além disso, o autor argumenta que não parece ser o caso que *donate* não possa atribuir o papel- θ de *Alvo de locomoção* já que na forma transitiva simples *Bill donated the money* há um Recipiente implícito que poderia ser analisado como a contrapartida do *Alvo*.

Sobre a construção dativa com *for*, dois pontos importantes são levantados, em princípio: como *Beneficiário*, o constituinte introduzido por *for* é invariavelmente um adjunto (41a,b). O outro ponto é que nem todos os dativos com *for* admitem **ODp** (41c,d,e).

- (41) a. Harriet jumped up and down for the coach.
 b. Enrico sang (an aria) for Luisa.
 c. *Harriet jumped the coach up and down. (* no uso *Beneficiário*)
 d. *Enrico sang Luisa.
 e. Enrico sang Luisa an aria (Jackendoff, 1990:447)

Segundo Jackendoff, uma sentença dativa com *for* só terá uma correspondente com **ODp** se o verbo for transitivo e expressar a noção de criação ou preparação. Também é necessário que a entidade criada ou preparada represente um benefício para o *Beneficiário*. Como *jump* não traduz a noção de criação ou preparação, o uso beneficiário da sentença em (41c) é impossível. A intransitividade de *sing* dá conta da má formação de (41d). Vale a pena ressaltar que o *Beneficiário* em construções com **ODp** mantém seu caráter de adjunto, pois o tipo de verbo em questão não o seleciona de fato (41e).

A proposta de Larson para *give* (supressão do Caso atribuído por V ao objeto com *to*) parece não se aplicar aos dativos com *for*. Como adjunto, o objeto de *for* não será marcado com θ nem com Caso pelo verbo. Devido à suposta redundância semântica com o verbo, *for* deveria se apagar e seu objeto subir na estrutura por Caso. Não é o que ocorre. Jackendoff su-

²² Aspas do autor.

gere que as duas estruturas sejam sintaticamente independentes. Neste caso, os constituintes com *for* em (41a,b) continuariam adjuntos e o **OI** em (41e) estaria *in situ*^{23,24}.

Jackendoff critica também o aspecto formal da proposta de Larson, chamando a atenção do leitor para o abandono da norma de atribuição de papel- θ em **DS**: é necessário projetar o **VP** mais alto para que o papel- θ do sujeito seja descarregado. Para Jackendoff, isto está sendo feito fora dos limites da projeção máxima de *send*, que seria o **VP** mais baixo, numa violação a um dos princípios mais fortes da teoria sintática que diz que a estrutura argumental de um verbo deve ser representada localmente em algum nível da representação sintática.

Finalmente, a conclusão de que modificadores, **PPs** de tempo e modo sejam os complementos mais encaixados e não os adjuntos mais externos, como assumido pela teoria larsoniana, deixa no ar a seguinte pergunta: o que dizer dos dados em (42c,d) se, para a representação de (42a), Larson propõe (42b) em que a distinção estrutural entre argumentos e modificadores desaparece?

- (42) a. write a letter to Mary in the morning
 b. [_{VP} Spec V' [_V [_V e] [_{VP} [_{NP} a letter] [_V [_V e] [_{VP} [_{PP} to Mary] [_V [_V write] [_{PP} in the morning]]]]]]]]]]]] (Larson, 1988:346, fn 11, (ii))
 c. John, in the morning, wrote a letter (to Mary).
 d. *John, to Mary, wrote a letter (in the morning).
 (Jackendoff, 1990:452)

²³ Para as possibilidades de licenciamento em cada caso, ver Oehrle (1976), Pinker (1989), Grimshaw (1989) e Jackendoff (1990a, cap.9) *apud* Jackendoff (1990b:448).

²⁴ Em seguida o autor aponta uma classe de verbos (*hit*, *throw*, *kick* e *send*) cujos **OIs**, da mesma forma que nas construções *Beneficiárias* com **ODp**, expressam um papel- θ não selecionado pelo verbo. Isto equivale a dizer que talvez as estruturas de **ODp** destes verbos também não sejam derivadas. Esta classe de verbos é bastante particular, na medida em que pode aparecer em uma construção dativa com *to*, exatamente como *give*. Isto pode sugerir a inadequação de uma proposta derivacional para a formação de **ODps**, a menos que os dativos com *to* sejam puramente possessivos, como com *give*.

2.7 - A PROPOSTA MINIMALISTA DE FUJITA (1996)

Neste trabalho, Fujita aponta duas assimetrias entre as construções dativas e as construções com **ODp**, das quais a análise proposta por Larson (1988) não consegue dar conta. Fazendo uma revisão desta análise, que será incorporada à versão minimalista de **P&P** (Chomsky, 1993, 1995a), e com base na estrutura que propõe para construções causativas ((Fujita, 1993, 1994a,b) *apud* Fujita (1996)), o autor quer mostrar que tais assimetrias resultam das operações de checagem de Caso realizadas no componente coberto da gramática.

As duas assimetrias entre as construções dativas e as com **ODp** observadas por Fujita são as seguintes: 1) apenas as dativas admitem, dentro de **VP**, a ligação de uma anáfora contida no primeiro objeto por um antecedente contido no segundo objeto²⁵ (43b), mas uma relação análoga de **BB** (cf. nota 25) não se estabelece em (43d), uma estrutura de **ODp**; 2) somente nas construções com **ODp**, o sujeito pode ser um *Causativo não-volitivo*. Os exemplos estão em (43) e (44), respectivamente:

- (43) a. John showed Bill and Mary to each other's friends.
 b. ?John showed each other's friends to Bill and Mary.
 c. John showed Bill and Mary each other's friends.
 d. *John showed each other's friends Bill and Mary. (Fujita, 1996:148)

- (44) a. Interviewing Nixon gave Mailer a book.
 b. *Interviewing Nixon gave a book to Mailer.
 c. The exam gave Mary a headache.
 d. *The exam gave a headache to Mary. (Fujita, 1996:149)

Fujita considera que a proposta de Larson (1988, 1990) não possa explicar nenhuma das duas assimetrias apontadas acima. A possibilidade de ligação que o autor assume existir em (1b)

²⁵ Fujita (op. cit.:148) chama este tipo de ligação de *VP-internal backward binding*, daqui pra frente **BB**.

implica em uma relação de c-comando entre o segundo objeto e o primeiro (nesta ordem). Para Fujita, este fato já seria suficiente para levantar uma dúvida sobre a correção de uma das observações que sustentam a proposta de Larson (1988, 1990), nomeadamente o fato de que, se a ordem dentro do VP é $V NP_1 P NP_2$, então NP_1 deve c-comandar NP_2 assimetricamente.

Um dos fundamentos da proposta de Fujita (1996) está na ambigüidade entre as duas interpretações possíveis para o argumento sujeito de um predicado causativo: a interpretação de *Agente* e a interpretação de *Causativo não-volitivo*. Baseado na generalização de Pesetsky (1995), segundo a qual somente sujeitos *Agentes* admitem **BB**, Fujita sugere que a simples associação do *Causativo não-volitivo* e do *Agente* a diferentes posições de sujeito pode acabar com a possibilidade de ambigüidade na interpretação: o primeiro ficaria ligado à posição de [Spec, VP] dentro de AgrOP enquanto o segundo estaria associado a alguma posição mais alta. A estrutura proposta (Fujita, 1994a,b) é a seguinte:

- (45) $[_{VP1} \text{Subj}_i (\text{Agent}) [_{V'} V1 [_{AgrOP} \text{Spec} [_{AgrO'} \text{AgrO} [_{VP2} \text{Subj}_2 (\text{Causer}) [_{V'} V2 [_{XP} \text{Subj}_3 [_{X'} X]]]]]]]]]$ (Fujita, 1996:152)

Nesta representação, **V2** é o verbo causativo que θ -marca seu sujeito (Subj_2), em [Spec, VP2], como *Causativo não-volitivo* e seleciona o sub-evento **XP** para ser causado. **XP** poderá ser uma oração, caso em que **V2** será realizado lexicalmente, ou uma outra instância de **VP**, **VP3**, caso em que **V2** se realizará abstratamente. Esta posição servirá de lugar de pouso para o movimento de subida do núcleo de **VP3**, **V3**, que resultará na ordem **VO**, em que o objeto será o sujeito de **VP3** (Subj_3). **V1** também será a representação de um verbo abstrato responsável pela volição e [Spec, VP1] será a posição ocupada pelo sujeito *Agente*. O papel- θ deste sujeito será o resultado da composição entre os papéis de *Causativo* (**V2**) e *Volitivo* (**V3**). Desta forma, **V1** só será projetada em predicados causativos agentivos.

O movimento de Subj_3 para [Spec, AgrOP] para checar Caso o coloca em posição para c-comandar Subj_2 , mas não Subj_1 . Isto explica a possibilidade de **BB** apenas em estruturas com sujeitos *Causativos não-volitivos*. Seria o efeito de uma reconstrução em LF em cadeias-A, inexistente para construções com *Causativo Agentivo*.

trução em LF seria possível. Fujita aponta que a representação proposta por Larson (1988, 1990) não pode dar essa garantia e propõe (47) como a estrutura para **ODps**.

(47) [_{VP1} Subj_i [_V V1 [_{AgrOP} Spec [_{AgrO} AgrO [_{VP2} Subj₂ [_V V2 [_{VP3} [_{NP1} each other's friends] [_V [_{V3} showed] [_{NP1} B&M]]]]]]]]]]]

Como no outro caso, **V3** sobe para **V2** antes de *spell-out*. Em LF este complexo sobe para **AgrO** e **NP2**, para [**Spec, AgrO**] para checar Acusativo. Da mesma forma que para Larson (op. cit.), para Fujita, **NP1** tem Caso inerente²⁹. Em termos minimalistas, isso significa que **NP1** poderá permanecer *in situ* mesmo depois de *spell-out*, tornando, deste modo, impossível seu c-comando sobre o vestígio de **NP2** em qualquer ponto da derivação.

Pelo que se viu, então, uma diferença estrutural, mais precisamente a presença de **Agr_pP** nas construções dativas, contra sua ausência nas construções com **ODp** é que determina a possibilidade ou não de **BB** nestas construções. Esta mesma diferença será responsável pela segunda assimetria apontada por Fujita: só construções com **ODp** podem tem um sujeito *Causativo não-volitivo* (48).

- (48) a. John gave Mary a book.
 b. The exam gave Mary a headache. (=44c)
 c. John gave a book to Mary.
 d. *The exam gave a headache to Mary. (=44d) (Fujita, 1996:164)

Para o autor, a forma como a Condição do Elo Mínimo³⁰ regula a checagem do Caso do primeiro objeto, depois de *spell-out*, pode dar conta dessa assimetria. Pelo que o autor apresentou até este momento do texto, a parte relevante (que envolve a checagem de Caso depois de *spell-out*) das representações para as sentenças em (48a,b) devem ser, respectivamente,

²⁹ Os dois autores adotam mecanismos de implementação diferentes para a hipótese do Caso inerente para **NP1**.

³⁰ Esta condição, originalmente denominada *Minimal Link Condition (MLC)*, requer que cada elo de uma cadeia seja o mais curto possível, ou seja, ela bloqueia o movimento de uma categoria para outra que não seja o lugar de pouso potencial mais próximo. (Chomsky 1993, 1995a)

(49a,b). (49a) tem a projeção de **VP1** e de seu **Spec**, posição que abrigará o sujeito *Agente*. (49b), por sua vez, não projetará **VP1**. Será fácil perceber que nenhuma das duas estruturas terá problemas em relação à checagem de Caso de **NP2**. **NP1** não se move em **LF** devido ao fato de que tem Caso inerente.

- (49) a. $[_{VP1} t_{John} [_{V'} V1 [_{AgrOP} Spec; [_{AgrO'} AgrO_j] [_{VP2} (Spec) [_{V'} gave_j] [_{VP3} [_{NP2} Mary_i] [_{V'} [_{V3} t] [_{NP1} a\ book]]]]]]]]]]$
- b. $[_{AgrOP} Spec; [_{AgrO'} AgrO_j] [_{VP2} t_{the\ exam} [_{V'} gave_j] [_{VP3} [_{NP2} Mary_i] [_{V'} [_{V3} t] [_{NP1} a\ headache]]]]]]]]$

Seguindo a mesma lógica, as representações para (48c,d) serão (49c,d).

- (49) c. $[_{VP1} t_{John} [_{V'} V1 [_{AgrOP} Spec; [_{AgrO'} AgrO_k] [_{VP2} Spec; [_{V'} gave_k] [_{Agr_pP} Mary_i] [_{Agr_p'} to-Agr_p] [_{VP3} [_{NP1} a\ book_j] [_{V'} [_{V3} t] [_{PP} [p\ t] [_{NP2} t_i]]]]]]]]]]]]$
- d. $[_{AgrOP} Spec; [_{AgrO'} AgrO_k] [_{VP2} t_{the\ exam}_j] [_{V'} gave_k] [_{Agr_pP} Mary_i] [_{Agr_p'} to-Agr_p] [_{VP3} [_{NP1} a\ headache_j] [_{V'} [_{V3} t] [_{PP} [p\ t] [_{NP2} t_i]]]]]]]]]]]]^{31}$

Para checar Caso, **NP1** deverá subir para [**Spec**, **AgrOP**]. A presença de [**Spec**, **Agr_pP**] preenchido por **NP2** bloqueia o movimento de **NP1** diretamente para [**Spec**, **AgrOP**]. A posição de [**Spec**, **VP2**] deverá ser usada como um ponto de apoio. A estrutura agentiva em (49c) permite a utilização desta posição porque, nela, [**Spec**, **VP2**] é uma posição não θ -marcada. Na estrutura não agentiva em (49d), no entanto, [**Spec**, **VP2**] é a posição ocupada pelo sujeito *Causativo não-volitivo* e o movimento de **NP1** através desta posição violaria o Critério- θ .

O que Fujita (1996) faz, então, é atualizar a proposta do **VP** oracional de Larson (1988, 1990), tornando-a compatível com as versões iniciais do Programa Minimalista

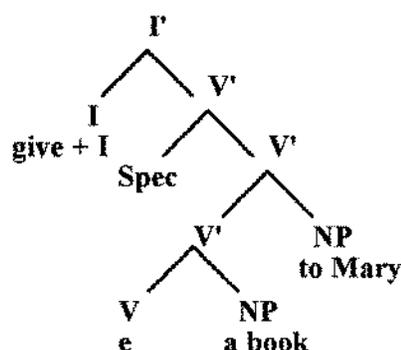
³¹ Nestas representações, os índices (que foram por mim acrescentados) servem apenas para indicar o movimento do constituinte.

(Chomsky, 1993, 1995a) e fazendo com que esta proposta atualizada seja capaz de dar conta de duas outras assimetrias entre as construções dativas e as construções com **ODp** que, até então, tinham sido pouco investigadas.

2.8 - A MESMA BASE PARA OS DATIVOS E ODp: RAMOS (1992)

Depois de apresentar as propostas de Kayne (1984), Larson (1988) e Aoun & Li (1989), Ramos (1992) propõe um avanço no paralelo entre dativos e passivas para se chegar a uma solução para os problemas que encontra nas análises dos autores acima. Parte do princípio de que nem construções ativas são *input* para passivas, nem dativos são *input* para **ODp**. O que se tem é uma mesma estrutura-D com uma posição especificador vazia (sempre opcional) para as duas construções. Esta posição teria traços correspondentes aos do sujeito de uma oração passiva: é Casual, mas não-temática. Além disso, esta posição não seria um **Spec** de uma *small clause* (SC), mas de um **V'** licenciado pelo movimento de **V** para **I** como em (50).

(50)



(Ramos, 1992:260)

Em (50) **I (AgrO)** atribuiria Caso a [**Spec V'**], que seria sempre preenchida por movimento. Se **NP a book** é movido para atender ao filtro de Caso, a construção resultante é de dativo. Se, por outro lado, o **NP Mary** é movido para atender as exigências de uma teoria da predicação que exige o preenchimento da posição de sujeito de um predicado (**V'**), a construção resultante é a de **ODp**. Esta exigência parece ser mais forte que a condição geral sobre cadeias (Sportiche (1983) *apud* Ramos (1992)) que diz que uma determinada cadeia não pode ter mais

que um Caso, a não ser que algum mecanismo de absorção da preposição *to* (mero marcador de Caso) se aplique.

2.9 - CONCLUSÃO

Como se viu, com exceção da proposta de Fujita (1996), todas as outras propostas para tratamento das construções com **ODp** descritas acima foram elaboradas dentro do modelo de Princípios e Parâmetros (**P&P**) da teoria da gramática gerativa. A contribuição de cada uma delas para a discussão sobre as construções com dois complementos, sejam elas dativas ou com **ODp** assume uma importância considerável.

Neste trabalho, estarei assumindo a Hipótese do Complemento Único desenvolvida em Larson (1988) e por isso tomarei a estrutura que propõe para as construções dativas como sendo apropriada para representar também as construções com dois complementos do **PB** e do **PBM** em que a ordem dos complementos é **N NP PP**.

Os dados que apresentei no capítulo I são fortes indícios de que não há construções de **ODp** no **PBM**. Assim, para as ordens **V PP NP** do **PB** e **PBM**, e **V NP NP** do **PBM**, estarei propondo uma representação diferente das que foram aqui apresentadas para a ordem **V NP NP** no inglês.

CAPÍTULO III

PROVÁVEIS DETERMINANTES DA ALTERNÂNCIA DATIVA NO PB

3.0 - TRÊS POSSIBILIDADES

Neste capítulo analisarei três fatores como possíveis determinantes da alternância dativa no **PB** e no **PBM**. É importante que fique claro que este tipo de fenômeno não provoca, necessariamente, a estrutura de **ODp (V NP NP)** no **PB**, de modo geral, como acontece no inglês. Zubizarreta (1996) assume um movimento do **OI** que teria motivações prosódicas. O trabalho de Dillinger *et alii* (1996) aponta para as possíveis semelhanças entre o segundo complemento (C1), ou seja, o **OI**, e os adjuntos no **PB**. A hipótese de *scrambling* do **OI** para fora do **VP** em seqüências **V PP NP** foi levantada por Demonte (1994) para o fenômeno no espanhol (**E**).

3.1 - A HIPÓTESE DO MOVIMENTO MOTIVADO PROSODICAMENTE: ZUBIZARRETA (1996)

Para apresentar a hipótese de Zubizarreta (1996) de que a ordem **V PP NP** resulta do movimento de **PP** e que este movimento tem motivações prosódicas, me concentrarei no capítulo III de seu trabalho *Prosody, Focus and Word Order*. A autora argumenta que o movimento de **PP** se realiza no componente fonológico pois a ordem resultante da computação no componente sintático é incompatível com as regras de boa formação prosódica. Antes, porém, gostaria de retomar bem resumidamente o que a autora propõe no capítulo II.

Para Chomsky & Halle (1968), *apud* Zubizarreta (1996), a distinção entre o padrão prosódico não marcado (que permite interpretação de foco largo) e o marcado (que permite interpretação de foco estreito)¹ deve estar presente na análise da proeminência frasal. Além de assumir esta distinção, Zubizarreta lança mão do Algoritmo de Atribuição de Acento Principal (Cinque, 1993) que diz que o elemento mais encaixado do lado recursivo da representação receberá o acento proeminente da sentença (acento não marcado).

Para ela, o fenômeno fonológico de desacentuação e mudança do acento proeminente da sentença, observado em estruturas de foco marcado, ocorre para que tais estruturas possam obedecer ao Princípio de Correspondência Foco/Prosódia:

“Se um constituinte C no sintagma entonacional **IntP_i** é marcado [F], então C deverá comportar o acento principal dentro de **IntP_i**”

(*The Focus/Prosody Correspondence Principle (FPCP)* (Zubizarreta, 1996, cap. II:32) tradução minha)

3.1.1 - Movimento Sintático X Movimento Prosódico

No capítulo III de seu trabalho, Zubizarreta (op. cit.) atribui o reordenamento dos complementos do verbo em sentenças do E ao fenômeno de *Scrambling*. Este seria um tipo de movimento motivado prosodicamente que se aplicaria no componente fonológico (PF) e serviria como uma alternativa à operação de desacentuação e mudança de acento mencionada anteriormente.

Para que seja possível estabelecer um paralelo entre o que caracteriza um movimento sintático e o que caracteriza um movimento prosódico, Zubizarreta (op. cit.) começa por listar

¹ Neste capítulo da dissertação, a noção de foco será utilizada diversas vezes. Kiss (1995:15) apresenta pelo menos dois sentidos em que este termo é usado na literatura linguística. Por um lado, o termo foco pode denotar a parte da sentença que carrega uma informação nova (foco largo/amplo, semântico ou informacional). Por outro, pode ser um operador que expressa identificação ou, se contrastivo, um operador que expressa exclusão por identificação em algum domínio do discurso D ((Kenesei, 1986, 1993) *apud* Kiss (1995)) (foco estreito, enfático ou contrastivo). Em outros termos, o foco largo é a parte da sentença que vai entrar no inventário de informações do ouvinte e o foco estreito envolve a substituição de uma entidade em uma proposição previamente “armazenada” neste inventário ((Vallduvi, 1992) *apud* Kiss (1995)).

algumas das propriedades essenciais do que se pode chamar de movimento sintático. Como previsto pelo Programa Minimalista (Chomsky, 1993, 1995a, 1995b), um movimento sintático acontecerá para que um sintagma ou um núcleo possa checar seus traços. Como consequência, cadeias com mais de dois membros podem ser formadas. Isto equivale a dizer que a noção de localidade torna-se mais ampla no sentido em que um movimento sintático deve ser local a cada passo da derivação.

(1) [CP Who_i do [you think [CP e_i [e_i will [be invited e_i to the party]]]]]

(Zubizarreta: 1996, cap. III:11)

Além disso, um movimento sintático pode ter duas outras consequências: pode alterar relações de ligação, como apontado pela autora através dos exemplos em (2), em que o movimento cria novos antecedentes,

(2) a. *It appeared to each other that they were in love.

b. They appeared to each other to be in love. (Zubizarreta: 1996, cap. III:12)

e pode, também, criar assimetrias relacionadas ao licenciamento apropriado de categorias vazias, como em (3).

(3) a. On *en* a coulé [trois *e*] (des bateaux).

(They of them + sank three (of ships))

b. *[Trois *e*]_i. *en* a été coulé *e*_i (des bateaux)

(Three of them + were sunk (of ships))

(idem)

O movimento representado por *scrambling*, por outro lado, apresenta propriedades distintas daquelas descritas acima. Para começar, a motivação para cada um dos dois movimentos é diferente. Enquanto o movimento sintático tem a checagem de traços como principal motivação, *scrambling*, no E, ocorre devido a fatores relacionados à prosódia. É um tipo de movimento que se caracteriza por não apresentar, como resultado final da derivação, uma estrutura ambígua em relação a localização do acento principal. Outra propriedade importante

deste tipo de movimento é que as representações derivadas sempre poderão ser associadas à uma interpretação de foco estreito.

- (4) a. Trajo {JUAN} *el vino*.
 b. {Llamó { **Juan** }}². (Zubizarreta, 1996, cap. III:15)

Para a autora o movimento prosódico de uma projeção máxima (depois de *spell out*) não pode ser um caso de substituição uma vez que esta operação implica no movimento de um sintagma para uma posição de especificador, antes de *spell out*, e tem como objetivo a checagem de traços fortes. Aliada a isto, vem a observação de que, ao contrário do movimento sintático, este fenômeno é local. Com base nisto, Zubizarreta assume que o movimento prosódico deve ser uma operação de adjunção de um sintagma [-F] à mínima projeção máxima³ que domina o sintagma [F] (5)⁴.

- (5) a. [_{IP} trajo [_{VP} [_F Juan] [_{V'} V el vino]]]
 b. [_{IP} trajo[_{VP} el vino[_{VP} [_F **Juan**]]]]
 c. [_{IP} trajo [_{VP} [_F Juan] [_{V'} V el vino]]] ⇒ [_{IP} el vino [_{IP} trajo[_{VP} [_F **Juan**]]]]
 d. *El vino trajo JUAN. (Zubizarreta, 1996, cap. III:19)

Se o movimento prosódico ocorre em PF (componente fonológico), a previsão é que não haja conseqüências para as relações de ligação, para o licenciamento de categorias vazias, ou outros fenômenos que têm a ver com a forma lógica (LF). Isto se confirma pelos dados em (6).

² Repito aqui, a notação adotada por Zubizarreta. A autora destaca a distinção entre dois tipos de proeminência prosódica, indicando o acento mais proeminente da sentença de duas maneiras. Através de letras maiúsculas indica o tipo de proeminência associada ao que chama de *Extra-High pitch accent* (o NPA (*nuclear pitch accent*) em estruturas que envolvem desacentuação e mudança de *stress*). Através da grafia em negrito, indica o tipo de proeminência que não apresenta este tipo de restrição. O elemento desacentuado é grafado em itálico e o escopo do foco aparece entre chaves.

³ "ZP é a *mínima projeção máxima* que domina YP, se não há nenhuma projeção máxima WP tal que WP domina YP, mas não ZP." (Zubizarreta, 1996, cap. III:18, tradução minha)

⁴ A má formação de (5d) se deve ao fato de que o objeto se adjunziu a TP e não a VP (a mínima projeção máxima que domina o objeto), como se vê nos passos da derivação apresentados em (5c).

- (6) a. El primer día de escuela acompañará {su MADRE} *a cada niño*. [ligação: OK]
 a'. El primer día de escuela acompañará a cada niño {su MADRE}. [ligação: OK]
 b. El primer día de escuela no acompañó {su MADRE} *a nadie*. [ligação: *]
 b'. El primer día de escuela no acompañó a nadie {su MADRE}. [ligação: *]⁵
 (Zubizarreta, 1996, cap. III:20-21)

Também não há restrições quanto à natureza [\pm específico] do elemento que sofre *scrambling* (7), o que diferencia o fenômeno no E e nas línguas germânicas.

- (7) a. No trajeo nada {JUAN}
 b. Rompió un vaso {JUAN}⁶ (Zubizarreta, 1996, cap. III:17)

3.1.2 - As Estruturas Bitransitivas Dativas

Zubizarreta traz dados do francês⁷ para tratar das estruturas bitransitivas nas línguas românicas. Com os exemplos em (8) e as interrogativas em (9), a autora analisa as possibilidades de interpretação de foco das sentenças.

- (8) a. {Nous avons {rendu {son livre {à MARIE}}}}
 b. Nous avons rendu {son LIVRE} à Marie
 c. Nous avons rendu à Marie {son LIVRE}
- (9) a. Qu'est-ce que vous avez fait?
 b. Finalement, c'est quoi que vous avez rendu a qui?

⁵ Este fato se confirmou através do teste de contexto de pergunta. As sentenças em (6a,a') e (6b,b') respondem, respectivamente, às perguntas:

¿Quisiera saber quién acompañará a cada niño el primer día de escuela?
¿Quisiera saber quién no acompañó a cada niño el primer día de escuela?

⁶ Jairo Nunes (comunicação pessoal) me chamou a atenção para uma análise alternativa para estes exemplos: se toda a sentença se move para além do sujeito, a ordem em (7) será obtida sem que seja preciso se falar em *scrambling* de *nada* ou de *un vaso*.

⁷ Para evitar possíveis problemas de interpretação gerados pela presença do clítico dativo no E.

- c. À qui avez vous rendu son livre?
 d. Finalement, c'est quoi que vous avez rendu à Marie?

(Zubizarreta, 1996, cap. III:22)

(8a) responde (9a,b,c), admitindo a interpretação de foco largo ou de foco estreito no dativo⁸. (8b,c) só poderão ser interpretadas com foco estreito no acusativo e, portanto, só respondem a (9d). A conclusão é que a ordem DAT ACC não gera ambigüidade em relação à estrutura focal e nem em relação à estrutura prosódica: o acento proeminente deve recair sobre o **OD**. Zubizarreta propõe que (8b,c) sejam derivadas em **PF** pela adjunção do DAT ao **VP** encaixado, isto é, à mínima projeção máxima que domina o ACC focado. Esta representação atende ao **FPCP**, através do Algoritmo de Atribuição do Acento Principal (não marcado).

- (10) [IP Nous avons [_{VP} rendu [_{VP} à Marie [_{VP} son LIVRE]]]] (idem:23)

Guimarães (em andamento) aponta alguns problemas relativos à proposta de Zubizarreta. Em primeiro lugar, para esta autora, o movimento em **PF** não é apenas um caso de permutação. Assim deverá envolver a operação *Merge*, uma operação do sistema computacional, o que implica na existência de uma sintaxe dentro do componente fonológico. Além disso, Zubizarreta assume o movimento prosódico como uma operação de adjunção de um sintagma [-F] à mínima projeção máxima que domina o sintagma [F] (**VP**, quando o sujeito é pré-verbal ou **AgrSP**, quando é pós-verbal⁹). No entanto, **VP** ou **AgrSP** não correspondem a nenhuma unidade da estrutura prosódica.

⁸ É interessante que se compare as perguntas de Zubizarreta para testar a propagação do foco às de Demonte (1994) que apresentarei na seção 3.3. Para testar se o foco se propaga passando pelo constituinte *son livre à Marie* Zubizarreta usa (9b). Demonte, por outro lado, para testar se a propagação do foco na sentença *Juan entregó la carta a la niña* passa pelo constituinte *la carta a la niña* usa a pergunta *¿Que entregó Juan?*. Apontarei, mais adiante, que o teste realizado da forma como está fazendo Zubizarreta talvez se aplique mais naturalmente aos dados do **PB**.

⁹ Zubizarreta propõe que as línguas com morfologia de concordância pobre não representem concordância e tempo em duas categorias sintáticas diferentes. A ordem predominante nestas línguas seria **SVO**. As línguas com morfologia de concordância rica têm duas possibilidades: A ordem **SVO** é representada da mesma forma que para as línguas de morfologia pobre e a ordem **VSO** é representada através de uma estrutura em que uma categoria de tempo e uma de concordância se projetam, com todos os **AGRs** necessários projetados acima de **VP**.

Com base na Teoria do Movimento por Cópia (Chomsky (1993) e Hornstein (1995)) e em Nunes (1994), (1995) e no modelo de estrutural do **VP** sem **AgrP**, Guimarães (op. cit.) propõe uma análise alternativa para o movimento em **PF**. Para ele, uma sentença como (11a), com foco estreito no sujeito, que na proposta de Zubizarreta derivaria de (11b), seria, na verdade, derivada de (11c):

- (11) a. Todos los días lee el Diario **Juan**.
 b. [_{CP} Todos los días [_{IP} -- [_{I'} lee_i [_{VP} Juan [_{V'} t_i [_{NP} el Diario]]]]]]
 c. [_{CP} Todos los días [_{C'} lee [_{TP} Juan [_{T'} lee [_{VP} el Diario [_{vP} Juan [_{v'} lee [_{VP} lee el Diario]]]]]]]]]

Um traço N-forte em **vP** forçaria o movimento de *el Diario* antes de *spell out*. De acordo com Nunes (1995), a cauda de cada uma das cadeias formadas deveria ser apagada em **PF**. No entanto, se aplicada à representação em (11c), a proposta de Nunes (op. cit.) resultaria em uma sequência **SVO** que, segundo o Algoritmo de Atribuição de Acento Principal (Cinque, 1993) deveria ter *el Diario* acentuado. Isso contraria o **FPCP**, que determina que, neste caso, é o sujeito [+F] que deve receber o acento principal. Por este motivo, ocorre o que o autor chama de efeito de um tipo de *Linearização Não-Canônica de Cadeia* que apaga a cabeça da cadeia em questão e não a cauda. Este processo é determinado por condições de economia e convergência no componente fonológico que resultam da correlação de propriedades sintáticas e fonológicas da sentença.

Além dos problemas apresentados por Guimarães (op. cit.) para a análise proposta por Zubizarreta, na seção 3.3 apresentarei mais uma razão para discordar desta análise.

3.2 - AS SEMELHANÇAS ENTRE OS OIS E OS ADJUNTOS

Nesta seção procurarei avaliar a aplicação de uma hipótese que atribua a relativa mobilidade do **OI** dentro da sentença a uma certa semelhança entre estes elementos e os chamados adjuntos, reconhecidamente mais livres.

Stroik (1990) aborda uma questão parecida. Seu trabalho é uma extensão da análise de Larson (1988) (que trata as assimetrias entre objetos de verbos como assimetrias entre sujeito e complemento dentro de VPs) a outras assimetrias internas a VP. Assim demonstra que as assimetrias entre objetos e advérbios também podem ser explicadas como assimetrias *sujeito-não sujeito*.

O próprio Larson, em seu artigo de 1988, já havia mencionado esta possibilidade que se confirma em seu artigo de 1990. Para dar sustentação à sua hipótese, Stroik observa que as assimetrias entre objetos apontadas por B&L (1986) existem também entre objetos e advérbios:

- (12) a. John saw no one anywhere.
 a'. *John saw anyone nowhere.
 b. Who did you see where?
 b'. *Where did you see who? (Stroik, 1990:656)

O que faz, então, é aplicar a análise de Larson (1988) às assimetrias entre múltiplos objetos às assimetrias entre objetos e advérbios e propor uma representação como (13) em que o objeto ocupa a posição de sujeito de VP e o advérbio, uma posição interna a V'. Nesta representação o objeto é assimetricamente superior ao advérbio, o que explica os dados em (12).

- (13) $[_{VP} \text{Spec } [_V e_v [_{VP} \text{NP } [_V V \text{ Adv }]]]]$ (Stroik, 1990:657)

Resta saber ainda se a representação em (13) é uma estrutura de base ou se deriva de uma representação como (14), por exemplo, através do movimento do NP.

- (14) $[_{VP} \text{Spec } [_V V [_{VP} \text{NP}_k [_V [_V e_v e_k] \text{ Adv }]]]]$ (idem)

Como Larson (1988), descarta a hipótese do movimento de um NP pesado (*heavy NP shift*) para sentenças como (15), assumindo que o V', que de acordo com (13) seria $[_V \text{ fire}$

yesterday], tem ainda um papel- θ por descarregar. Isto possibilita sua reanálise como um verbo leve e, conseqüentemente, seu movimento para a posição vazia de verbo (e_v) em (13).

(15) Mary fired yesterday the man who liked to come to work drunk. (ibidem)

A boa formação de (15) assegura a (13) o caráter de ordem de base, pois para considerá-la derivada de (14), a reanálise do V' que inclui o advérbio nesta representação, deveria ser possível. O que se vê, no entanto, é que este V' em (14) não tem mais um papel- θ a descarregar (o vestígio do NP receberia este papel- θ). A reanálise, portanto, não é possível. Se (14) fosse a estrutura de base, (15) não seria uma sentença bem formada.

Embora em nenhum momento o autor tente traçar um paralelo entre **OIs** e advérbios¹⁰, o fato de que o **OI** em estrutura com dois objetos de verbo ocupa a mesma posição que o advérbio ocupará em uma estrutura em que há um objeto de verbo e um advérbio modificador do verbo é bastante significativo. Além disso as conclusões a que chegam Dillinger *et alii* (1996), ao realizar um estudo sobre os padrões de complementação do **PB**, podem ter implicações interessantes. Os autores dizem:

“Há muito maior ocorrência de verbos de um só complemento; há semelhanças entre o elemento antes hipotetizado como segundo complemento (C1) e os adjuntos; há uma forte tendência a realizar o C0, mesmo os verbos que “exigiriam” dois complementos são realizados, em sua maioria, com um só; a existência de um co-referente no discurso favoreceu o apagamento de C1 mais que C0; (...); a fronteira V...C0 normalmente não era preenchida e quando havia preenchimento, se dava com adjuntos ou elementos discursivos.”

(Dillinger *et alii*, 1996:30)

Este fato talvez possa ser considerado como um argumento em favor da hipótese de Larson (1988) (corroborada em Stroik (op. cit.)) de que os adjuntos não são os elementos mais externos na estrutura frasal, mas, ao contrário, os mais encaixados. Além disso, os resultados apontados por Dillinger *et alii* (op. cit.) servem de suporte para a hipótese levantada por

¹⁰ Ao contrário, o texto inclui uma seção em que Stroik (op. cit.) mostra que as assimetrias que dizem respeito às relações de c-comando se verificam também entre os **OIs** e os advérbios.

Cyrino (1996). Para esta autora, nem todos os constituintes chamados de “objetos indiretos”¹¹ estão dentro de **VP**. A representação proposta por Larson (1988) (cf. (15b) cap. II)¹² estará, portanto, sujeita a certas restrições e isto parece se aplicar tanto ao dados do inglês quanto aos dados do **PB**.

Esta proposta de análise deriva do tratamento em termos de reconstrução em **LF** e elipse em **PF** (cf. proposta de Cyrino (1994) para os casos de **OD** nulo) que Cyrino pretende dar aos casos de **OI** nulos que se manifestam no inglês e no **PB**. Com os dados em (16) a autora descreve os contextos em que a ausência do **OD** ou do **OI** é possível nas duas línguas:

(16) a. Did you receive a letter from your friend?

a'. No. I received a card.

a'*. *No, I received from my aunt.

(Cyrino, 1996)

b. Did you give a flower to your teacher?

b'. *No, I gave an apple.

b'*. *No, I gave to my friend.

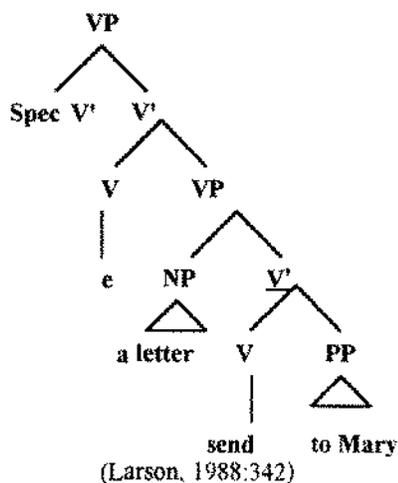
(idem)

¹¹ Aspas da autora.

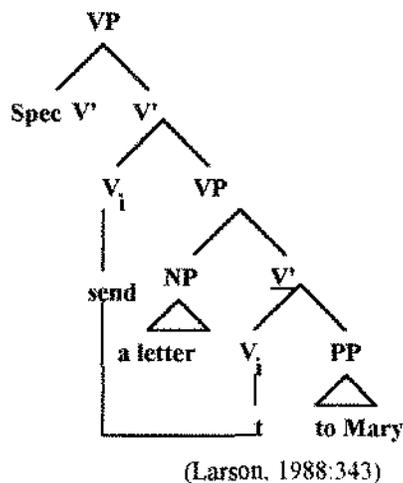
¹² Repito abaixo a sentença e as representações em (15), no capítulo II:

(15) a. John sent a letter to Mary

b.



c.



c. Você recebeu uma carta de seu amigo?

c'. Não, recebi um cartão.

c''. Não, recebi de minha tia. (ibidem)

d. Você deu uma flor para sua professora?

d'. Não, dei uma maçã.

d''. Não, dei para minha amiga. (ibidem)

Como visto, o **PB** permite a não realização do **OD** e do **OI** nas duas sentenças. O inglês, no entanto, é mais restritivo e só admite (16a') que, como se vê, tem um verbo que não admite a alternância dativa.

Com base nas observações acima, Cyrino levanta a hipótese de que a ocorrência de objeto indireto nulo no inglês esteja relacionada à possibilidade ou não de alternância dativa. Em outras palavras, construções com verbos que admitem alternância dativa (como *give*) impediriam que o objeto indireto fosse nulo. As construções com verbos que não admitem alternância dativa (como *receive*), por outro lado, permitiriam que o **OI** fosse nulo. Os dados em (17) parecem confirmar esta hipótese:

(17) a. Did you donate money to charity?

a'. *Did you donate charity money?

a''. No, I donated jewelry.

b. Did you advance some money to your daughter?

b'. Did you advance your daughter some money?

b''. *No, I advanced some hope.

b'''. No, I advanced her some money.

Além de ressaltar a relação acima, Cyrino propõe que, assim como o **OD** nulo (cf. Cyrino (1994)), o **OI** nulo seja um caso de reconstrução em **LF** e elipse em **PF**. O licenciador para o elemento elíptico (proposto por Zagana (1982), Lobeck (1987), Chao (1987), Matos

(1992) e Fiengo & May (1994) *apud* Cyrino (1996)) seria **Infl** para o inglês e **V** em **Infl** para o **PB**.

Se **OD** e **OI** são, ambos, complementos de **V**, como na representação proposta por Larson, então, nenhum dos dois deveria poder ser nulo no inglês, já que **V** não serve como licenciador de elipse nesta língua. Por outro lado, (16a') e (17a'') contradizem esta afirmativa. Cyrino propõe, então, que a representação estrutural das sentenças em que o **OI** pode ser nulo, ou seja, em que alternância dativa não é possível, não seja aquela proposta por Larson. Tendo com suporte o trabalho de Dillinger *et alii*, a autora sugere que alguns chamados "objetos indiretos", mais especificamente os que não podem sofrer alternância dativa, não estariam dentro de **VP** nem em inglês, nem em **PB**. Sendo adjuntos, sua não-realização seria facilmente explicada.

A estrutura larsoniana se aplicaria, então, apenas aos verbos que permitem alternância dativa e que não admitem a não realização do **OI**. A explicação para a impossibilidade de objeto nulo em algumas sentenças do inglês seguiria, como já salientado, do fato de que **V**, nesta língua, não pode licenciar uma elipse. As que permitem o fenômeno teriam o elemento preposicionado representado como adjunto e não como complemento do verbo. Quanto às sentenças do **PB**, tem-se que **V** pode licenciar uma elipse. Assim, a representação proposta por Larson, que tem o **OI** como complemento de **V**, se aplicaria perfeitamente a verbos do tipo de *dar*.

Ao final do trabalho, Cyrino esclarece que ainda será preciso verificar os traços do antecedente na ocorrência do **OI** nulo (Cyrino (em andamento) para que se possa confirmar a hipótese da reconstrução. Ainda assim, gostaria de levantar uma questão sobre a aplicação de sua hipótese aos dados do **PB**. A literatura gerativista aponta que as línguas românicas, entre elas o **PB**, não permitem o fenômeno de alternância dativa¹³, pelo menos da mesma forma que se vê no inglês. Os dados que a autora apresentou sugerem que a possibilidade de alternância dativa no inglês determina a impossibilidade de objeto indireto nulo nesta língua. O fato de o

¹³ Uma possível exceção seria o caso das sentenças transitivas do **E** em que um pronome clítico dativo co-ocorre com um sintagma dativo pleno introduzido pela preposição *a*. Com base neste tipo de sentença, Demonte (1995) procura comprovar a existência de construções de **ODp** no **E** que sejam da mesma natureza que as construções com **ODp** do inglês.

PB não permitir alternância dativa poderia ser uma das causas da falta de restrições à ocorrência de objeto indireto nulo nesta língua. Por outro lado, este mesmo fato poderia estar apontando para uma possível uniformidade de comportamento entre os **OIs** do **PB** e os do inglês que pudessem ser nulos. Esta uniformidade parece razoável, uma vez que muitos dos verbos do inglês que não permitem alternância dativa têm origem latina como o **PB**. Se estes são os que não podem sofrer alternância dativa e, portanto, estão fora de **VP**, então será preciso dizer que os **OIs** do **PB** também estarão fora de **VP**. Sabe-se que isto não é verdade para todos verbos de dois complementos no **PB**. Que fatores determinarão a diferença entre os verbos que permitem e os que não permitem que seus **OIs** estejam fora do **VP** no **PB**?

3.3 - V PP NP É SCRAMBLING NO ESPANHOL: DEMONTE (1994)

Demonte trata das sentenças bitransitivas do **E** (18a) assumindo (com Larson (1988) e Marantz (1990) *apud* Demonte (1994)) que “em um **VP**, cada complemento deve ser regido pelo verbo”. Além disso, mostra que o **E** é uma língua de ordem livre (19) e que, portanto, (18b,c) são, ambas, candidatas à representação da estrutura de base de uma sentença com dois objetos.

(18) a. Juan dió un libro a Maria.

b. $VP [e VP [OD V [V OI]]]$

c. $VP [e VP [OI V [V OD]]]$ (Demonte, 1994:112/113)

(19) a. Juan entregó la carta a la niña.

b. Juan entregó a la niña la carta. (Demonte, 1994:113)

No entanto, dados de ligação de anáforas reflexivas e de pronomes (20) e dados de cruzamento fraco indicam que o **OD** deve c-comandar o **OI** assimetricamente. Das sentenças em (20), apenas (20a) admite uma leitura distributiva co-referencial. Assim, (18b) deve ser a ordem básica.

- (20) a. La directora entregó cada premio_i a su_i ganador.
 b. * La directora entregó su_i premio a cada ganador_i. (Demonte, 1994:114)

A sentença em (21), em que um pronome (parte do **OD**) é ligado por um quantificador (parte do **OI**) contradiz estas evidências, pois, apesar da ordem **OI OD**, a leitura distributiva é possível.

- (21) El editor devolvió a cada autor_i su_i libro. (Demonte, 1994:114)

Demonte propõe que a ordem **OI OD** no E não reflete a estrutura de base; o que se tem é uma operação de *scrambling* que terá conseqüências sintáticas. O primeiro de seus argumentos é a ambigüidade de interpretação para sentenças com dois objetos quantificados em que o **OI** antecede o **OD**. Seu segundo argumento é que a propagação de foco se dá mais claramente nas sentenças do tipo **V OD OI**. Finalmente, lança mão das possibilidades de leituras cardinal (fraca) e partitiva (forte) que determinantes fracos apresentam, dentro e fora do **VP**, respectivamente.

Assim, (21) fornece um argumento em favor de (18b) como ordem básica. Demonte assume que a ordem em (21) resulta do *scrambling* do **OI** quantificado que, fora do **VP**, ligará o pronome¹⁴. (22a) reflete, então, a ordem básica com escopo amplo de *tres*, enquanto (22b) exhibe *scrambling* do **OI**, sendo ambígua entre leituras com escopo amplo de *tres* ou *todos*.

- (22) a. Le editorial mandó tres libros a todos los accionistas.
 b. Le editorial mandó a todos los accionistas tres libros. (Demonte, 1994:115)

Assumindo que o vestígio de um quantificador alçado em forma lógica (**LF**) está sujeito ao **MBR** proposto por Auon & Li (1989) (cf. nota 15, cap. II)¹⁵ segundo o qual variáveis devem ser ligadas por um elemento A' que seja o antecedente potencial mais local e que o

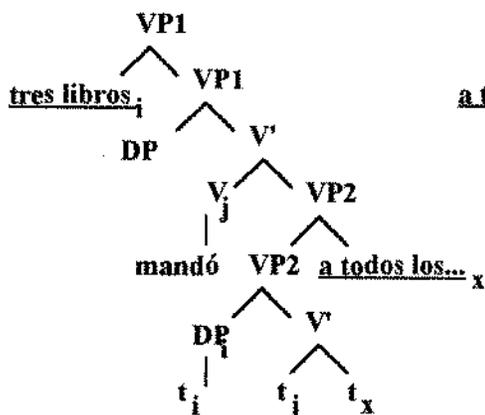
¹⁴ O Princípio B da Teoria da Ligação diz que pronomes devem ser livres em sua categoria de regência.

¹⁵ Além de recorrer ao **MBR** e à adjunção a **VP**, a autora precisará do Princípio do Escopo de Auon & Li (op. cit.) para explicar a ambigüidade em (22b).

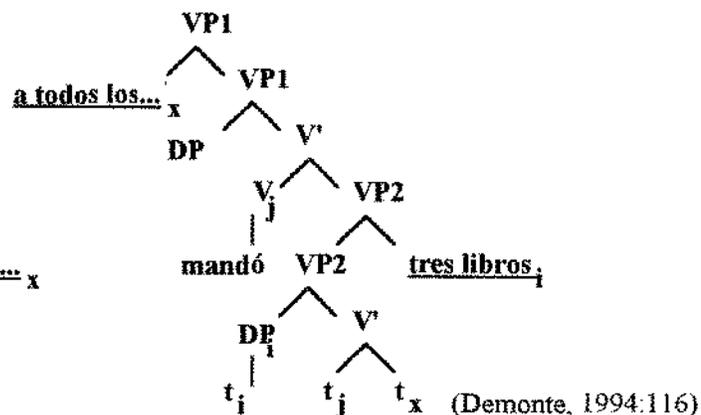
quantificador se adjuge a VP (May, 1985), *apud* Demonte (1994), Demonte sugere as representações em (23a,b) para as sentenças em (22a,b).

Considerando-se (23b), em particular, depois do *scrambling*, *tres libros* se adjuge a VP2, como admite May (op. cit.). Desta posição, c-comanda t_x , vestígio gerado pelo *scrambling* do OI, satisfazendo o MBR e possibilitando, assim, a leitura com o escopo mais amplo de *tres*. A leitura com o escopo de *todos los accionistas* será uma consequência da adjução de *todos los accionistas* a VP1 uma vez que, desta posição, este elemento c-comanda *tres libros* (Princípio do Escopo).

(23) a.



b.



(Demonte, 1994:116)

A propagação de foco é o segundo argumento de Demonte para que (18b) seja a ordem básica. O foco se propaga ao máximo se a sentença está na ordem básica, pois o sintagma focado e o verbo devem formar um constituinte completo mínimo ((Haider, 1992) *apud* Demonte (1994)). Além disso, o acento proeminente do sintagma deve cair sobre seu foco ou seu constituinte mais encaixado (Cinque, 1993). Com (24), a autora quer mostrar que (19a)¹⁶ responde todas estas perguntas, que realçam diferentes partes da sentença como seu foco semântico ou informacional (cf. nota 1). De acordo com Demonte, a sentença em (19b) poderia, tal-

¹⁶ Repito as sentenças em (19):

(19) a. Juan entregó la carta a la niña.
b. Juan entregó a la niña la carta.

(Demonte, 1994:113)

vez, responder (24a), mas só poderá responder (24d) se o **OI** for enfático ou contrastivo¹⁷ (cf. nota 1):

- (24) a. ¿Qué pasó?
 b. ¿Qué hizo Juan?
 c. ¿Qué entregó Juan?
 d. ¿A quién entregó Juan la carta? (Demonte, 1994:117)

Demonte garante que a combinação das idéias de Haider (op. cit.) e Cinque (op. cit.) pode assegurar que (19a) é a ordem básica das sentenças em (19); se a ordem da sentença está invertida, então o **OI** está fora do **VP**. Estes **OIs** fronteados não são focos semânticos, mas contrastivos.

O terceiro argumento se baseia nos determinantes como *pocos*, *algunos*, *muchos* ou *tres* e em suas leituras cardinal/fraco e partitiva/forte. Sabe-se que um determinante fraco se torna forte fora do **VP** (Diesing (1990) *apud* Demonte (1994)). Além disso, a generalização de Herburger (1993), *apud* Demonte (1994), diz que **NPs** fracos e fortes podem ter foco enfático ou contrastivo, mas só **NPs** fracos têm foco semântico. Demonte, então, considera (25):

- (25) a. El rectorado concedió las becas de investigación a pocos estudiantes asturianos
 b. El rectorado concedió a pocos estudiantes asturianos las becas de investigación
 (Demonte, 1994:119)

As possibilidades de leituras das sentenças não são as mesmas. (25a) é ambígua entre as leituras cardinal e partitiva e (25b) só admite a leitura partitiva. As interpretações atribuídas a (25a,b) estão de acordo com Herburger uma vez que o foco do **NP** quantificado de (25a) é semântico, enquanto que o foco do **OI** em (25b) só poderá ser contrastivo ou enfático. (25b) só poderá ser interpretada como *a poucos estudiantes asturianos e não a catalões foram ofe-*

¹⁷ Demonte chama a atenção do leitor para o fato de que (19b) poderá responder uma pergunta do tipo de *¿A quién entregó Juan qué?*, desde que cada objeto seja contrastado com outros listados na resposta:

(i) Juan entregó a Luisa la carta, a María las notas y a José la máquina de escribir. (Demonte, 1994:118)

recidas as posições de pesquisadores. Se Herburger está certa e somente os NPs fracos ocorrem dentro de VP, então (25b) seria uma evidência de que o OI está fora do VP.

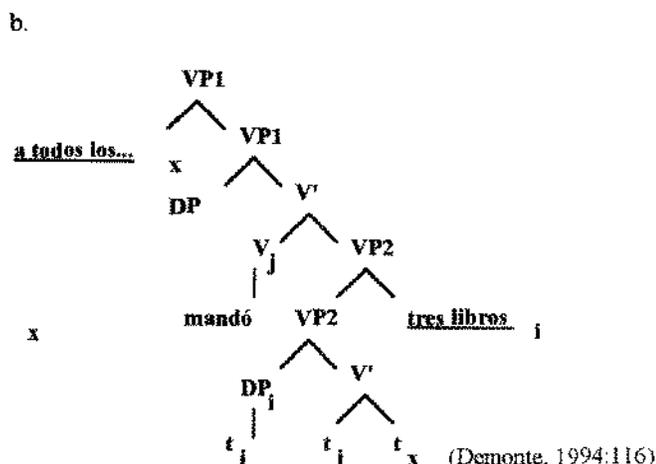
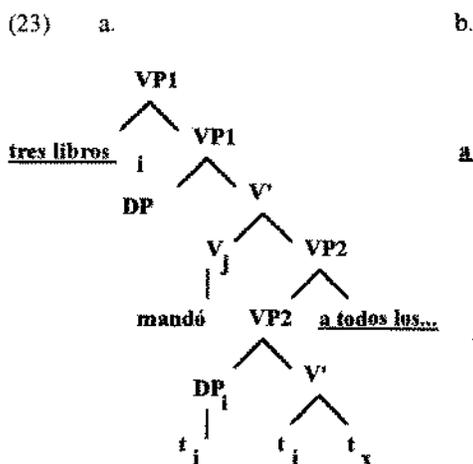
Neste ponto, gostaria de levantar algumas questões sobre o trabalho de Demonte. Para explicar as duas leituras possíveis em (22b), a autora diz que a variável deixada pelo movimento de *a todos los accionistas* para a posição de adjunção a VP1 será ligada por *tres libros*, elemento A' mais local, atendendo assim ao MBR de Aoun & Li. Embora assumo uma representação paralela para a sentença em (22a), nomeadamente (23a)¹⁸, Demonte não detalha as relações de escopo que se estabelecem entre os complementos do verbo desta sentença. Nos próximos parágrafos aponto algumas dificuldades que a autora encontraria para dar conta do contraste que assume existir entre as possibilidades de leitura em (22a) e (22b).

Se a autora assume a proposta de May (1985) para os quantificadores (e isto parece claro através das adjunções a VP), então ela deveria assumir também que quando dois quantificadores são dominados exatamente pela mesmas projeções máximas, qualquer um deles poderá ter escopo largo, possibilitando duas leituras para a sentença em que ocorrem ((May, 1985) *apud* Haegeman (1992:471)).

¹⁸ Repito (22) e (23):

- (22) a. Le editorial mandó tres libros a todos los accionistas.
b. Le editorial mandó a todos los accionistas tres libros.

(Demonte, 1994:115)



Nas representações em (23a,b), no entanto, tem-se o seguinte: em (23a) *tres libros* é dominado apenas pelas projeções máximas mais altas que **VP1**, enquanto que *a todos los accionistas* é dominado por **VP1** e pelas projeções máximas mais altas que esta. Se as projeções máximas que dominam os dois quantificadores não são as mesmas, então, de acordo com May (op. cit.), só há uma interpretação possível para a sentença (22a). Isto está de acordo com o julgamento da autora e fica evidente na representação proposta. (23b), por sua vez, tem *tres libros* dominado por **VP1** e pelas projeções máximas mais altas que esta e *a todos los accionistas* dominado apenas pelas projeções máximas mais altas que **VP1**. Também neste caso, a representação proposta indica que apenas uma interpretação deverá ser possível para a sentença. O julgamento da autora, entretanto, garante que a sentença é ambígua.

Além disso, mesmo sem levar em conta esta última parte da proposta de May, Demonte encontraria dificuldades em explicar por que sua interpretação com escopo largo de *todos* não é possível em (22a) se, na representação em (23a), depois das adjunções dos quantificadores a **VP1** e a **VP2**, haverá c-comando de *todos los accionistas* sobre t_i (vestígio deixado por *tres libros*). Isto garante a leitura com escopo mais amplo do **OI**. O **NP** quantificado *tres libros* c-comandarà *todos los accionistas*, garantindo a leitura com escopo mais amplo do **OD**. Assim, de acordo com o Princípio de Escopo de Aoun e Li (1989), que diz que um quantificador *A* terá escopo sobre um quantificador *B* se *A* c-comandar um membro da cadeia que contém *B* (cf. nota 15, cap. II), as relações de c-comando estabelecidas na estrutura proposta para (22a) deveriam tornar natural o escopo de *todos*.

Para avaliar a aplicação da análise de Demonte aos dados do **PB**, levanto exemplos desta língua que correspondam aos do **E** que são a base para os três principais argumentos da autora. Assim, as sentenças em (26), cujas correspondentes no **E** aparecem em (21) e (22) acima¹⁹ serão submetidas ao primeiro argumento de Demonte, que prevê ambigüidade quanto à interpretação do escopo dos quantificadores apenas para (22b). Para os falantes de **PB**, a interpretação das sentenças em (26b,c) difere da que Demonte apresenta para o **E**. Tanto a sen-

¹⁹ Ver (22) na nota 18. Repito (21):

(21) El editor devolvió a cada autor_i su_i libro.

(Demonte, 1994:114)

O que foi apontado acima é que a autora assume (com Haider (1992) *apud* Demonte (1994)) que o foco se propaga ao máximo se a sentença está na ordem básica e que o constituinte mais encaixado de uma estrutura ou seu foco leva o acento proeminente (Cinque, 1993). Sua conclusão é que **V NP PP** é a ordem básica das sentenças com dois objetos do **E** e que se a ordem da sentença está invertida, então o **OI** está fora do **VP**.

A reformulação da pergunta em (24c), repetida na nota 20, para a que se vê em (27c) me ocorreu depois de analisar em que contexto sua correspondente exata no **PB** seria possível? Percebi que uma pergunta como *O que que o João entregou?* poderá ocorrer no **PB** em um contexto como A ou B:

Contexto A:

Pedro e Maria conversam sobre a festa em homenagem a três professores que havia acontecido há alguns dias. Apenas Maria estava presente. Três de seus colegas, Tânia, Marcos e João, haviam sido escolhidos para entregarem lembranças aos homenageados. Maria conta: *No final, A Tânia entregou a placa ao Professor Antônio e o Marcos entregou flores à Professora Silvia.* Pedro, então interrompe e pergunta: *“O que que o João entregou?”*

Ainda assim, não é óbvio que a pergunta fosse realmente esta. Mais provavelmente, o objeto indireto seria incluído na pergunta. Considere, agora, o contexto B:

Contexto B:

Pedro e Maria conversam sobre a festa em homenagem a um professor que havia acontecido há alguns dias. Apenas Maria estava presente. Três de seus colegas, Tânia, Marcos e João, haviam sido escolhidos para entregarem lembranças aos homenageados. Maria conta: *No final, A Tânia entregou a placa e o Marcos entregou flores.* Pedro, então interrompe e pergunta: *“O que que o João entregou?”*

A única diferença entre os dois contextos é que havia apenas um professor homenageado em B. A pergunta aqui me parece mais natural, mas ainda assim, pouco comum. O que quero dizer é que sempre que uma pergunta como esta acontecer no **PB** o **PP** objeto indireto já terá sido previamente estabelecido como tópico no discurso. Só por isso ele poderá ser nulo na pergunta. Além disso, a resposta mais natural manteria nulo o **OI**. Assim, este tipo de teste para avali-

ar a propagação do foco na sentença não parece ser muito adequado para os dados do **PB**. Por isso, a modificação em (27c).

Isto parece ter conseqüências interessantes como tentarei apontar em seguida. Nas sentenças em (28), correspondentes dos exemplos em (19)²¹, tem-se o seguinte: (28a) é uma boa resposta para as perguntas em (27a), (27b) e (27d). Por outro lado, seria estranho assumir que (28a), da forma como está, ou seja com uma interpretação prosódica neutra, seja tão boa para responder (27c) quanto (28b). A desacentuação do **OI** de (28a) nos moldes de Zubizarreta (1996) melhoraria o estatuto desta sentença como resposta para (27c). Neste caso, não será mais possível falar em propagação de foco, já que apenas o foco não marcado se propaga. A ausência do **OI** em (28a) (isto é perfeitamente possível já que ele é o tópico estabelecido na pergunta) também a tornaria uma possível resposta para (27c). O problema é que nenhuma dessas tentativas de aprimoramento da condição de (28a) como resposta a (27c) teria como resultado a mesma sentença em (28a), mas uma outra sentença: *O João entregou AO PAI a carta* para a primeira tentativa ou *O João entregou a carta e* para a segunda.

(28b), por outro lado, além de se comportar como (19b) do **E** no sentido em que poderia responder a (27d) se esta fosse reformulada como *A quem o João entregou o que?* (cf. nota 17), pode responde às perguntas (27a,b,c). Uma sentença neutra, como proponho que (28b) seja, não poderá responder a (27d). Esta pergunta estabelece que o **PP** *ao pai* será o foco na resposta. O **FPCP** de Zubizarreta (1996) determina que um constituinte marcado [F] receberá o acento principal do sintagma entonacional em que está e o Algoritmo de Atribuição de Acento Principal de Cinque (1993) diz que o elemento mais encaixado receberá o acento principal. Assim, para que (28b) tenha o padrão prosódico necessário para responder (27d), o

²¹ Repito os exemplos em (19), (27) e (28):

- (19) a. Juan entregó la carta a la niña.
b. Juan entregó a la niña la carta.

(Demonte, 1994:113)

- (27) a. O que que aconteceu?
b. O que que o João fez?
c. O que que o João entregou ao pai?
d. A quem que o João entregou a carta?

- (28) a. O João entregou a carta ao pai.
b. O João entregou ao pai a carta.

OD a *carta* deverá ser desacentuado, resultando em *O João entregou AO PAI a carta*, uma sentença diferente.

Considerando, então, apenas as perguntas (27a,b,c) e a reformulação de (27d) mencionada no início do parágrafo e, de acordo com os autores citados acima, é possível dizer que o foco se propaga também em (28b). A resposta para (27c) tem *uma carta* focado, a resposta para a reformulação de (27d) (*A quem o João entregou o que?*)²² tem *ao pai uma carta* focado, a resposta a (27b) tem o **VP** focado e a resposta a (27a) tem toda a sentença focada. Então (28b) também poderá ser considerada uma ordem de base.

Com base nos julgamentos acima, posso concluir que a análise de Zubizarreta (1996, cap. III:23) não se aplica aos dados do **PB** no que diz respeito à não-ambigüidade de uma sentença com a ordem DAT ACC, em relação à estrutura focal e à estrutura prosódica: não é verdade que (28b) só poderá ser interpretada com foco estreito no acusativo e, portanto, não é óbvio que o acento principal deva recair sobre o **OD**.

Para finalizar, gostaria de considerar o argumento que leva em conta a possibilidade de leituras cardinal ou partitiva de elementos como *poucos*, *alguns*, *muitos* ou *três* será aplicado às sentenças de (29), o único que encontra suporte nos dados do **PB**:

- (29) a. O professor de matemática deu a nota máxima a poucos alunos da oitava série.
b. O professor de matemática deu a poucos alunos da oitava série a nota máxima.

Também neste caso, a correspondência de interpretação não me parece total. No **PB**, pode-se ter ambigüidade entre leituras cardinal e partitiva em (29a) e (29b). Mais uma vez, não é óbvio que o **OI** em (29b) só possa ter foco contrastivo ou enfático nessa posição.

No entanto, ainda que se admita que o foco do **NP** quantificado em (29a) é semântico e que o foco do **OI** em (29b) só pode ser contrastivo ou enfático (de acordo com a generaliza-

²² Conforme chamei a atenção do leitor na nota 8, estou testando a propagação do foco com o mesmo tipo de perguntas utilizadas por Zubizarreta (1996:23)

ção de Herburger (op. cit.)), o estatuto deste último foco não é suficiente para garantir que *a poucos alunos da oitava série* deva ser um **NP** forte e estar fora de **VP** já que **NPs** fracos (dentro de **VP**) também podem ter foco contrastivo ou enfático. Sendo o único elemento quantificado, *a poucos...* poderia se adjungir ao **VP** mais baixo e, sem sair do **VP** mais alto, atender ao **MBR** de Aoun & LI (1989) (cf. nota 15, cap. II).

Para concluir, entendo que a argumentação de Demonte, baseada em dados de escopo de quantificadores, propagação e natureza do foco, não se aplica aos dados do **PB** (e do **PBM**), não bastando para comprovar que a ordem de base de uma construção com verbo bitransitivo nesta língua (ou dialeto) seja **V NP PP**. Para estes dados, portanto, a análise de que sempre que a ordem de uma sentença com dois complementos for **OI OD** o *scrambling* do **OI** terá acontecido não será apropriada.

3.4 - CONCLUSÃO

A partir do que foi visto até aqui, considero que seja possível propor uma representação estrutural para a ordem **V PP NP** no **PB** e no **PBM** que não seja derivada do movimento do **OI** a partir da representação que se assumir para a ordem **V NP PP**. Sendo assim, não haverá sentido em se falar em um movimento em **PF** motivado por uma incompatibilidade entre a representação resultante das operações do componente sintático e algumas regras prosódicas de boa formação. A aparente semelhança entre **OIs** e adjuntos também não será suficiente para dar conta, por exemplo, da impossibilidade de que complementos de verbos como *dar* se comportem como adjuntos.

No próximo capítulo, apresentarei minha proposta para a análise de construções com a ordem **V PP NP** no **PB** e no **PBM**, e **V NP NP** no **PBM**.

CAPÍTULO IV

UM FATOR SINTÁTICO + UM FATOR MORFO-FONOLÓGICO COMO DETERMINANTES DA ORDEM V-NP-NP NO PBM

4.0 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste quarto e último capítulo da dissertação, gostaria de argumentar em favor de que a ordem **V PP NP** no **PB** seja uma consequência do caráter de tópico do elemento que se convencionou chamar de segundo complemento de uma estrutura bitransitiva (Scher, 1996). Esta propriedade discursiva do **OI** deve ter, como esperado, uma representação sintática particular. Proponho que esta não seja uma ordem derivada¹ de **V NP PP**, como sugere Larson (1988) para o inglês, nem a ordem básica da qual **V NP PP** será derivada, como se vê no trabalho de Aoun & Li (1989). Da mesma forma, **V PP NP** não deverá ser derivada de uma estrutura de base única que seja comum às duas ordens superficiais, proposta feita por Ramos (1992). Na análise que proponho, a representação sintática para **V PP NP** será uma estrutura de base independente, da mesma forma que a representação de **V NP PP**.

Juntamente com o fator sintático, estaria agindo um outro fator de natureza morfo-fonológica, cuja principal consequência seria a queda da vogal (preposição) *a* em contextos morfo-fonologicamente apropriados. O resultado seria a ordem **V NP NP** no **PBM**.

¹ Entendo por derivada uma estrutura que resulte da aplicação de algumas operações a uma outra que seria, por assim dizer, a estrutura de base. Em minha proposta, a representação estrutural da ordem **V PP NP** não será formada desta maneira e, portanto, não poderá ser classificada como derivada.

4.1 - O FATOR SINTÁTICO: SÃO DUAS AS ORDENS DE BASE E A SEQÜÊNCIA V (NP/PP) NP É UMA ESTRUTURA DE TÓPICO

Nesta seção apresento, em linhas gerais, o quadro teórico dentro do qual desenvolvi minha análise para a ordem V (NP/PP) NP no PB e no PBM, nomeadamente o Programa Minimalista de Chomsky (1993, 1995a, 1995b), mais particularmente a versão em (1995b). Na mesma subseção, apresento, ainda, o que considero ser a versão minimalista da proposta de Larson (1988) para dativos, pois estarei assumindo que a ordem V NP PP no PB e no PBM é representada por uma estrutura como esta.

Em seguida, levo em consideração a discussão sobre propagação e natureza do foco apresentada para os dados do PB na seção 3.3 do capítulo III, em que procurei mostrar que os argumentos apresentados por Demonte (1994) não são suficientes para garantir que V NP PP represente a ordem básica e V PP NP, a derivada, nas construções com verbos bitransitivos. Com argumentos semelhantes, aponte que V PP NP também é ordem de base.

4.1.1 - O Quadro Teórico e a Estrutura para os Dativos

Chomsky (1995b) toma uma língua L como um procedimento gerativo que constrói pares (π, λ) . Os membros destes pares serão interpretados, respectivamente, pelas interfaces articulatório-perceptual (A-P) e conceptual-intencional (C-I) como “instruções”² para os sistemas de performance. Assim, π é uma representação em PF e λ é uma representação em LF. O par (π, λ) deve consistir de “objetos legítimos”³ que podem receber uma interpretação, satisfazendo a condição de interpretação plena (*full interpretation - FI*). Uma expressão lingüística de L é no mínimo e no máximo um par que satisfaz esta condição.

² Aspas do autor.

³ Idem.

A língua L determina um conjunto de derivações. Uma derivação converge em um dos níveis de interface se ela constrói uma representação que satisfaça FI naquele nível. A convergência nos dois níveis de interface é condição imprescindível para que a derivação possa convergir. Caso contrário ela não converge (*crash*). Uma expressão linguística de L é um par (π, λ) formado pela derivação convergente mais econômica, sendo que considerações de economia só se fazem para derivações convergentes.

Esta expressão satisfaz condições de saída, impostas nos níveis de interface, pelos sistemas que utilizam as informações fornecidas pelo sistema computacional (C_{HL}). C_{HL} é derivacional, envolvendo operações sucessivas que levam ao par (π, λ) , ou seja, C_{HL} faz o mapeamento dos itens de uma numeração N para o par (π, λ) . Esta numeração N é um conjunto de pares (LI_i) em que LI_i é um item lexical e i seu índice, tomado como o número de vezes que LI é selecionado. C_{HL} seleciona um item de N e reduz seu índice de 1, realizando computações possíveis. Só é convergente a derivação que esgotar N , reduzindo todos os seus índices a zero.

As operações de C_{HL} constroem “objetos sintáticos”⁴, recursivamente, a partir dos itens de N e de objetos sintáticos já formados. Uma das operações de C_{HL} é um procedimento que seleciona um item LI de N , reduz seu índice em 1, o introduz na derivação e recebe o nome de operação Selecionar (*Select*). Nos níveis de interface, uma representação só poderá ser interpretada se for constituída de um único objeto sintático. Assim, C_{HL} deverá incluir um segundo procedimento que combina objetos sintáticos já formados, a operação Concatenar (*Merge*). As operações de Selecionar e Concatenar não apresentam custo derivacional.

Devido à diferença de constituição entre π e λ (elementos interpretáveis em A-P não são interpretáveis em C-I e vice-versa), Chomsky assume que, em algum ponto da derivação, ela se divide em duas partes: uma que formará π e outra que formará λ . A operação responsável por esta divisão é chamada de *spell-out*. Para Chomsky, as computações que formam π e λ não interagem. Além disso, a computação de N a λ é uniforme, mas não a de N a π , que modifica estruturas através de processos distintos daqueles que ocorrem de N a λ .

⁴ Aspas do autor.

A checagem de traços é também uma propriedade importante de C_{HL} . As entradas lexicais presentes na numeração apresentam traços fonológicos, formais e semânticos. *Spell-out* separa os traços fonológicos, que se tornam disponíveis apenas para a componente fonológica. A computação na componente fonológica pode eliminar traços não fonológicos, mas a computação para LF, além de não poder suportar traços fonológicos, não consegue eliminá-los.

Chomsky define um traço forte como aquele que a derivação não pode suportar. Um traço forte desencadeia uma operação *pré-spell-out* que seja capaz de eliminá-lo. Assim, duas operações são associadas ao traço [força]: uma que introduz o traço forte na derivação (através de uma combinação de Selecionar e Concatenar) e uma segunda que o elimina rapidamente.

Na seção 10 do capítulo 4 de Chomsky (1995b), o autor traz uma modificação importante em relação às versões anteriores do Programa Minimalista: Chomsky questiona o estatuto de **AgrP** e, com o argumento de que esta categoria está presente na estrutura apenas por razões internas à teoria⁵, sugere a representação em (1a) para as construções com verbos transitivos. O autor ignora, propositadamente, a posição [Spec, V] que assume ser o caso de um domínio interno complexo. Nesta estrutura, V sobe para ν antes de *spell-out* formando o complexo **Vb** = [ν V ν].

- (1) [ν_{max} Subj [ν [ν] [VP [V] [obj]]]] (Chomsky, 1995b:352)

Como apontei na seção 3.3, as ordens **V NP PP** e **V PP NP** das construções bitransitivas no **PB** são, cada uma delas, representativas de uma ordem de base distinta. Para a sequência **V NP PP**, como em *dar um presente ao João*, assumo o que entendo ser a versão minimalista (Chomsky, 1995b) da representação proposta por Larson (1988), que está em (2) abaixo:

- (2) [ν_{max} Spec V' [ν ν [VP [NP um presente] [V' [V dar] [PP ao João]]]]]

⁵ **Agr** propicia uma configuração estrutural para a checagem de Caso, traços ϕ e traços categoriais ([V-] e [T-] por adjunção e [D-] por substituição).

4.1.2 - PP na Ordem V PP NP é Tópico

Falando agora da ordem **V PP NP**, em minha proposta para as sentenças com esta ordem, levo em consideração e assumo, a associação que se pode fazer entre a noção de tópico discursivo e uma construção sintática de **LD**.

Creider (1979) discute algumas regras de movimento no inglês, entre elas a da alternância dativa. Através da análise do contexto extra-sentencial em que sentenças derivadas da aplicação destas regras de movimento podem ocorrer, o autor conclui que são fatores discursivos que determinam a existência e formato de tais regras. Em relação, especificamente, aos casos de alternância dativa e à regra de formação de uma sentença desta natureza, que é o que nos interessa mais de perto, Creider destaca os exemplos em (3) e (4).

- (3) a. What did you do with the pennywhistle?
 b. I gave the pennywhistle to George.
 c. *I gave George the pennywhistle.

- (4) a. What did you give to George?
 b. I gave George the pennywhistle.
 c. *I gave the pennywhistle to George.

(Creider, 1979:6)

Para Creider, a alternância dativa que deriva (3c) é imprópria pois o objeto indireto não foi estabelecido como tópico da pergunta em (3a). (4a), no entanto, estabelece *George* como tópico. Logo, a alternância dativa pode se aplicar, já que tem a função de tornar algo um tópico e não um foco. De acordo com Creider (1979), isto equivale a dizer que a menos que o **OI** de uma sentença derivada por alternância dativa seja acentuado, ele nunca poderá fazer parte de uma asserção.

Com base nestes mesmos dados, Scher (1996) analisa a natureza de tópico do **OI** no **PB** e no **PBM**, sempre que este elemento ocupar a posição imediatamente pós-verbal. Este caráter de tópico fica evidente em contextos como os dos exemplos em (5), (6) e (7), mais adian-

te. Antes de discutir os paradigmas em (5), (6) e (7), porém, gostaria de retomar uma outra possibilidade de interpretação para o **OI** que aparece entre o verbo e o **OD**.

Nos exemplos de (18) a (22) do capítulo I⁶ é possível, mas não obrigatório, atribuir às sentenças (b) uma interpretação com foco no complemento preposicionado. Na verdade, para Zubizarreta (1996), esta é a única interpretação possível quando a ordem **DAT ACC** ocorre. Assim, devo concluir que ela resulta do processo de desacentuação, nos termos de Zubizarreta (op. cit.), observado em estruturas com focos marcados, que permite que tais estruturas atendam ao Princípio de Correspondência Foco/Prosódia (**FPCP**), apresentado na seção 3.1 do capítulo III.

Nos exemplos (b) repetidos na nota 6, o **NP** objeto direto é o elemento mais encaixado da sentença. Como tal, é o candidato mais apropriado a receber o acento principal da sentença (interpretação não marcada). Se, no entanto, o **OI** é marcado [F] e está posicionado imediatamente após o verbo, a desacentuação do **NP OD** será necessária para que este elemento se torne invisível para as questões de proeminência prosódica e o acento principal da sentença recaia sobre o **OI**.

Por outro lado, a discussão sobre propagação de foco na seção 3.3 do capítulo III mostrou que a história não é bem assim no **PB**. A interpretação neutra para a ordem **DAT ACC** é possível. Além disso, ao se considerarem as seqüências em (5), (6) e (7)⁷ abaixo, pode-se perceber que a melhor resposta para a pergunta em (5a) não será aquela em que se tem a realização do mecanismo de desacentuação (5d), mas aquela em (5b), uma sentença com inter-

⁶ Repito os exemplos de (18) a (22) do capítulo I:

(18) a. Ela deu o retrato pro/ao irmão.
b. Ela deu pro/ao irmão o retrato.

(19)a. A Maria mostrou o carro ao João.
b. A Maria mostrou ao João o carro

(20) a. Eu dei trinta reais a ele.
b. Eu dei a ele trinta reais.

(21) a. A Maria pôs o livro na mesa.
b. A Maria pôs na mesa o livro

(22) a. A Maria cortou o tecido com cuidado.
b. A Maria cortou com cuidado o tecido.

⁷ Devo agradecer a Helena Britto que foi quem me apontou pela primeira vez para a necessidade de olhar com cuidado para estes dados.

pretação neutra prosodicamente falando. Para responder (6a), no entanto, vê-se que tanto (6b), que é neutra, como (6c), em que houve desacentuação, são boas.

- (5) a. O que (que) ela fez com o retrato?
 b. Ela deu o retrato *pro/ao* irmão.
 c. ?Ela deu *pro/ao* irmão o retrato.
 d. ?Ela deu PRO IRMÃO o retrato.
 e. ??*Pro/Ao* irmão ela deu o retrato
- (6) a. O que (que) ela deu *pro* irmão?
 b. Ela deu *pro/ao* irmão o retrato.
 c. Ela deu O RETRATO *pro/ao* irmão.
 d. *Pro* irmão ela deu o retrato
 e. *Ela deu o retrato *pro/ao* irmão.
- (7) a. Pra/A quem (que) ela deu o retrato?
 b. Ela deu o retrato *pro/ao* irmão.
 c. Ela deu PRO/AO IRMÃO o retrato.
 d. *Ela deu *pro/ao* irmão o retrato.
 e. **Pro* irmão ela deu o retrato

Responder (5a) com a sentença prosodicamente neutra em (5c) deixa o NP *o retrato*, elemento mais encaixado, como o candidato mais apropriado a receber o acento principal da sentença. Esta situação é incompatível com a realidade da pergunta em (5a) que requer uma resposta com o conjunto V + PP (*deu pro/ao irmão*) marcado [+F]. De acordo com o FPCP de Zubizarreta (op. cit.), o conjunto V+ PP deveria receber o acento principal da sentença, e não apenas o NP *o retrato*.

Pelo mesmo motivo, a forma marcada em (5d), não serve como resposta para (5a): é quase tão marginal quanto respondê-la com (5e). A razão para isto está no fato de que (5a) não favorece o aparecimento de *pro/ao irmão* como foco na resposta, mas, como visto acima,

de *deu pro/ao irmão*. Assim, a ordem **V PP NP** se mostra inadequada neste caso e a melhor respostas para (5a) é (5b).

A sentença neutra em (6e) não responde (6a), mas a que se tem em (6c), sim. Esta última reflete o processo de desacentuação que sofreu o **OI** para que o acento principal da sentença pudesse recair sobre seu foco. (6b) e (6d), por sua vez, são boas respostas para (6a). O caráter de tópico que o constituinte *pro/ao irmão* assume na resposta em (6d) é bastante significativo. Isto pode comprovar que este constituinte foi estabelecido como tópico da pergunta em (6a), como Creider assume para os dados correspondentes do inglês e, assim, funcionar como suporte para a proposta de análise que quero desenvolver aqui. Se tanto (6b) quanto (6d) são boas respostas para (6a), então será possível pensar que nos dois casos estamos diante de uma estrutura de tópico.

Quanto ao paradigma em (7), o que se tem é que (7a) estabelece que a resposta à pergunta *Pra/A quem* será o foco da sentença. A melhor resposta, neste caso, é (7b). (7c) revela a ocorrência de desacentuação do **OD**, justamente para que o acento principal da sentença possa cair sobre seu foco, o **OI**. A contrapartida neutra de (7c), (7d) não serve como resposta a (7a) e, finalmente, (7e) em que *Pro irmão* assume, claramente, o caráter de tópico, é tão ruim para responder (7a), quanto (7d).

Resultados semelhantes seriam encontrados se as perguntas fossem *O que a Maria fez com o carro?*, *O que a Maria mostrou ao João?* e *Pra/A quem a Maria mostrou o carro?*, *O que você fez com os trinta reais?*, *O que você deu a ele?* e *Pra/A quem você deu os trinta reais?*, *O que a Maria fez com o livro?*, *O que a Maria pôs na mesa?* e *Onde a Maria pôs o livro* ou *O que a Maria fez com o tecido?*, *O que a Maria cortou com cuidado?* e *Como a Maria cortou o tecido* para os pares de exemplos em (19), (20), (21) e (22), respectivamente, do capítulo I.

Kato (1993: nota 1) esclarece que tópico na literatura não gerativista é quase sempre o que a Teoria Gerativa chama de Deslocado à Esquerda (**LD**) podendo ser associado ao conceito de Tópico de Discurso de Raposo (1986), *apud* Kato (1993). Assim, a sintaxe deverá ser

capaz de dar conta deste traço discursivo que o **OI** apresenta nestes contextos de “inversão” do que se acredita ser a ordem canônica dos complementos.

Antes de apresentar minha sugestão de análise para a seqüência **V PP NP** no **PB**, retomo a noção de predicção definida por Rothstein (1983), *apud* Kato (1993), como uma relação entre duas projeções máximas e não entre um Spec e um núcleo. Assim, como argumenta Kato (*op. cit.*), as **LDs** seriam mini-orações cujo predicado é **IP**.

Minha proposta se inspira em Kato (1993) que propõe que a relativização seja um processo que se aplica ao **NP** em **LD**. Baseando-se no fato de que o **IP** de uma construção com **LD** é uma asserção sobre o **NP** em **LD** ((Kato, 1991) *apud* Kato (1993)), a autora propõe que todo **LD** se bifurca em núcleo X° + **NP**, podendo X° ser uma preposição (*sobre*), uma locução (*a respeito de, com relação a*), um verbo (*considerando*) ou um núcleo nulo (9). Assim dá conta do Caso deste **NP**.

(9) $[_{IP} [_{XP} [_X \emptyset] [_{NP} a\ mo\ \check{c}a]_i] [_{IP} \text{ falei com ela }_i \text{ ontem}]]$ (Kato, 1993:235)

Na representação que proporei, uma **LD** formaria uma mini-oração com um predicado como v^{max} e não com **IP** como foi proposto por Kato para as relativas. Neste caso, então, é natural que v^{max} represente a asserção sobre o elemento em **LD**. Como é um tópico, o **PP** da ordem **V PP NP** estará na posição de **LD**. Antes do movimento do verbo para **T** e do sujeito para seu especificador, v^{max} conterá elementos capazes de representar a asserção sobre este tópico. Uma sentença como *O João entregou ao pai a carta* ((28b), cap. III), teria a seguinte representação:

(10) $[_{v^{max}} [_{XP} \text{ ao pai}]_i [_{v^{max}} \text{ o João } [_{v'} v' [_{VP} [_{NP} \text{ a carta }] [_{V'} [_{V} \text{ entregar }] [_{PP} \text{ e}]_i]]]]]]]$

Uma das diferenças entre a representação em (2), para **V NP PP**, e a que proponho para **V PP NP** é que cada uma delas parte de uma numeração diferente. A representação para **V PP NP** parte de uma numeração que inclui todos os elementos presentes na numeração que leva à ordem **V NP PP**. Há, porém, duas particularidades na derivação que resultará em **V PP**

NP: a numeração deverá incluir, ainda, um elemento resumptivo co-referente ao **PP** e este **PP** será um tópico.

A computação acontecerá de modo paralelo nos dois casos. Entretanto, para que a numeração que inclui o resumptivo possa resultar em uma derivação convergente, **V** deverá ser concatenado com o resumptivo em primeiro lugar. O **PP** tópico só entrará na derivação para ser concatenado com v^{max} como em se pode ver em (10). Se, ao contrário, o verbo concatenar com o **PP**, a derivação não convergirá, pois o esgotamento da numeração implicará na seleção do resumptivo e em sua concatenação com um objeto sintático que já inclui o **PP**, fazendo com que, ao final da derivação, o elemento resumptivo c-comande seu antecedente, uma expressão **R**.

Assim, a representação em (10), acima, traz o constituinte *ao pai* gerado na base em posição de **LD** que será co-referente a um elemento resumptivo dentro de **VP**, na posição de complemento de **V**. Sonia Cyrino e Mary Kato (comunicação pessoal) me apontaram que a sentença em que não há elipse do elemento resumptivo não parece ser mal formada.

(11) Eu dei ao pai um sapato pra ele.

Meu julgamento é o mesmo. No entanto, esta é sem dúvida, uma estrutura muito pouco produtiva. De qualquer maneira, minha proposta prevê esta possibilidade, que seria uma “correspondente” da relativa copiadora descrita e explicada em Kato (1993). A explicação para a opcionalidade entre as relativas copiadora e cortadora que se tem no referido trabalho, pode, também, dar conta da opcionalidade entre a realização ou não do elemento resumptivo nas sentenças com dois objetos em que o **OI** é tópico. Assim, este elemento poderá ser elíptico em forma fonética. Esta possibilidade é justificada pois as condições de aplicação de uma regra de elipse são atendidas: o elemento que sofre elipse e seu antecedente apresentam paralelismo sintático (representam o mesmo tipo de categoria, **PP**) e identidade fonética parcial. A elipse, neste caso, não é apenas do pronome resumptivo, mas de todo o **PP**. Na verdade, este tipo de lacuna é possível no **PB** devido à carência que esta língua tem de clíticos e outros prossintagmas (Kato, 1993:247). A preferência pela estrutura em que o resumptivo não está presente se-

ria, assim, uma regra estilística, que serviria para evitar que elementos co-referentes sejam repetidos em cláusulas muito próximas ((Contreras, 1990) *apud* Kato (1993)).

4.2 - A AUSÊNCIA DA PREPOSIÇÃO *a*

Até a seção anterior, procurei dar conta do processo sintático que resulta na ordem **V PP NP** no **PB** e no **PBM**. Argumentei que, na raiz deste processo sintático, está um fator de natureza discursiva, mais especificamente, o caráter de tópico do **OI** que aparece entre o verbo e o **OD**. Os dados do **PBM**, no entanto, não se explicam apenas com base no fator sintático. Ao final do capítulo I, levantei a hipótese de que, aliado a este processo sintático entraria em ação um fator de ordem morfo-fonológica que provoca o apagamento da preposição *a*. Nesta seção apresento argumentos que parecem confirmar esta hipótese.

Nos exemplos já apresentados anteriormente e repetidos abaixo em (12) estamos diante de sentenças em que a ordem **V NP NP** não pode ser explicada apenas como o resultado de um processo sintático.

- (12) a. O João entregou a carta (para/a/∅) o pai.
b. O João entregou (para/a/∅) o pai a carta

Como no caso das contrações de *to* no inglês (*want to = wanna*, *going to = gonna*), gostaria de propor que o contexto fonológico apropriado para o apagamento da preposição (vogal) *a* quando a ordem dos constituintes é **V PP NP** (12b), se forma entre a sílaba final do verbo e esta preposição. Tem-se assim um contexto favorável à reestruturação silábica, pois a sílaba final da primeira palavra forma com a sílaba inicial da segunda uma seqüência Vogal-Vogal (**VV**). Desta maneira, se a omissão da preposição ocorrer, ela poderá ser naturalmente explicada através da possibilidade de conversão destas duas sílabas sejam em uma só.

Não entrarei, aqui, em detalhes sobre a natureza exata deste fenômeno, conhecido como sândi vocálico externo (Bisol, 1993), que pode englobar processos como os de elisão, degeminação (que proíbe a seqüência de segmentos idênticos se o segundo for átono) ou di-

tongação. Vale a pena, ainda, chamar a atenção para a possibilidade de elisão de *a* existente na combinação de formas gramaticais (*pra ela > prela*). A este fenômeno, Bisol (op. cit.) chama de juntura interna no vocábulo fonológico⁸. A possível omissão da preposição em (12a) se explicará de modo paralelo.

4.3 - A ORDEM É OI OD, MAS A PREPOSIÇÃO NÃO É APAGADA

Quando ressaltai a possibilidade de omissão da preposição no último parágrafo da seção anterior, dizendo *se a omissão da preposição ocorrer* tinha em mente dois fatos importantes sobre as construções com dois objetos no **PBM**: o primeiro deles, e mais simples, tem a ver com o fato de que este dialeto pode ou não apagar a preposição nos contextos já apresentados, ou seja, há variação livre nesses contextos, no **PBM**. O segundo, um pouco mais complexo, diz respeito a sentenças do tipo das que aparecem em (13), em que um elemento quantificado aparece dentro do **PP**. As mesmas sentenças já apareceram no primeiro capítulo deste trabalho, quando apresentava os dados do **PBM**. Naquela parte do trabalho, apontei uma possível explicação para a impossibilidade de (13d,h), que desenvolvo, agora:

- (13) a. O Marcos deu a boa notícia a todos os seus irmãos.
 b. *O Marcos deu a boa notícia todos os seus irmãos
 c. O Marcos deu a todos os seus irmãos a boa notícia.
 d. *O Marcos deu todos os seus irmãos a boa notícia.
- e. A Maria enviou o seu convite de casamento a alguns de seus amigos.
 f. *A Maria enviou o seu convite de casamento alguns de seus amigos.
 g. A Maria enviou a alguns de seus amigos o seu convite de casamento.
 h. *A Maria enviou alguns de seus amigos o seu convite de casamento.

A parte sintática da análise que proponho não dá conta de (13c,d) ou de (13g,h). Ao se considerar a representação proposta como apropriada para (13c) e (13g), assume-se que um

⁸ No trabalho em questão Bisol não considera este tipo de reestruturação silábica.

elemento quantificado ocupa uma posição de tópico, mais particularmente uma posição de **LD**. Um problema em se ter um elemento quantificado em posição de **LD** aparece com a incompatibilidade entre o fato de a **LD** permitir sua recuperação através de um elemento co-referente interno ao predicado e o fato de que um elemento quantificado não pode ter um referente específico no universo do discurso. Assim, uma estrutura que prevê a ocorrência de um elemento resumptivo, co-referente ao elemento preposicionado não pode ser adequada quando um elemento quantificado está envolvido. No entanto, a ordem **V PP NP** com **PP** quantificado é possível e, por esta razão, deve receber uma explicação.

Por razões semelhantes, sentenças como (14), abaixo, também podem representar um problema para a análise que proponho. Ao contrário das sentenças em (13), a sentença em (14) pode ocorrer, com esta ordem de complementos, com ou sem a preposição no **PBM**.

(14) A Maria me surpreendeu: ela deu a um mendigo cem reais.

O ponto de partida para esta análise alternativa será a observação do caráter enfático ou não do **OD** em sentenças como (13c), (13g) ou (14)⁹. Sentenças como aquelas em (15) confirmam esta leitura do **OD**.

- (15) a. O Marcos deu a todos os seus irmãos ontem, a boa notícia.
 b. A Maria enviou a alguns de seus amigos no mês passado, seu convite de casamento.
 c. A Maria deu a um mendigo ontem, cem reais.

Uma vez que, pelas razões já apontadas acima, a explicação para a ocorrência desta ordem não pode estar na representação que proponho em (10)¹⁰, a outra possibilidade é que a ordem de base para este caso seja **V NP PP**, mais particularmente, a versão minimalista da

⁹ Esta proposta alternativa me foi sugerida por Jairo Nunes.

¹⁰ Repito (2) e (10):

(2) [_{Vmax} Spec V' [_{V'} v [_{VP} [_{NP} um presente] [_{V'} [_V dar] [_{PP} ao João]]]]]

(10) [_{Vmax} [_{XP} ao pai]_i [_{Vmax} o João [_{V'} v [_{VP} [_{NP} a carta] [_{V'} [_V entregar] [_{PP} e]_i]]]]]

proposta de Larson (1988) que aparece em (2). Neste caso, porém, a ordem **V PP NP** não decorre do movimento do **OI** para a esquerda, mas antes, do que se considerava um deslocamento à direita do **OD**, nos moldes de Kayne (1994). Para este autor, o sintagma deslocado à direita ocupa uma posição de complemento e não de adjunção, o que as torna compatíveis com seu Axioma de correspondência Linear. (Kayne, 1994:81). A diferença entre um sintagma deslocado à direita e um complemento normal é que o primeiro terá que passar por movimento em **LF** e o segundo, não.

A consequência imediata desta análise para a questão em discussão aqui é a seguinte. O deslocamento à direita do **OD** deixará, entre o verbo e o **OI** um vestígio, ou uma cópia que deverá ser apagada. Assim como nos casos de *wanna contraction*, em que um vestígio marcado com *Case* pode bloquear a contração de *want* com *to* (Jaeggli, 1980), este elemento, qualquer que seja a sua natureza (se vestígio ou cópia apagada) bloqueará o processo fonológico que faz a “contração” da sílaba final do verbo com a preposição *a*. Fica assim explicada a impossibilidade do apagamento da preposição em (13d) e (13h).

A possibilidade de variação em (14), em que se pode ter o apagamento ou não da preposição, poderá ser explicada pela ambigüidade do elemento *um* que pode ser interpretado de duas maneiras distintas: pode receber a interpretação de um indefinido ou de um quantificador. Ao assumir a interpretação de quantificador, este elemento se comporta como *todos* ou *alguns* forçando o deslocamento à direita do **OD** e tendo o apagamento da preposição impedido pelo vestígio deixado por este movimento. A possibilidade de interpretação de indefinido requer um pequeno desdobramento em relação a esta interpretação. Enç (1991) aponta que um **NP** indefinido pode ser interpretado como específico ou não e é sua interpretação como específico que conta para que o elemento possa ser tópico: sendo específico, poderá ter um referente no discurso.

Com a sentença em (16a), Enç esclarece que um **NP** indefinido pode receber duas interpretações diferentes no que diz respeito à especificidade: pode ser [+específico] ou [-específico]. Assim, as leituras em (16b) e (16c) são paráfrases das leituras [-] e [+] específicas, respectivamente:

- (16) a. Every woman talked to a child in fifth grade.
 b. Para cada mulher, há uma criança ou outra no quinto ano, tal que esta mulher falou com a criança.
 c. Há uma criança no quinto ano, tal que todas as mulheres falaram com ela.

(Enç, 1991:1)

A autora aponta que é o escopo do **NP** indefinido sobre o sujeito quantificado que garante sua leitura como específico. Assim, observe o exemplo em (17a) e as possibilidades de interpretação que lhes são atribuídas em (17b) e (17c):

- (17) a. Todas as mulheres deram a um mendigo dez reais.
 b. Para cada mulher, há um mendigo, tal que esta mulher deu a ele dez reais.
 c. Há um mendigo, tal que todas as mulheres deram a ele dez reais.

Da mesma forma que em (16), a leitura em (17c) mostra que é possível o escopo de *um mendigo* sobre o quantificador *todas*. Isto garante a leitura [+específica] do indefinido e explica a possibilidade de uma sentença como (14) ou (17a) poder ser representada pela estrutura proposta em (10) e poder sofrer o apagamento da preposição.

4.4 - CONCLUSÃO

A discussão desenvolvida no capítulo anterior me deu subsídios para propor que **V PP NP** também seja representativa de uma ordem de base. Considerando-se, então, o caráter de tópico do **PP** em uma ordem como esta, propus uma representação que fosse capaz de traduzir, sintaticamente, uma noção discursiva como a de tópico, mais particularmente, uma representação em que o **OI** ocupa uma posição de **LD**. Esta proposta satisfaz o lado sintático do problema, mas precisa da cooperação de processos morfo-fonológicos que determinam o apagamento da preposição. De outra maneira, não seria possível dar conta dos dados do **PBM**. Este processos morfo-fonológicos são um conjunto de fatores tais como reestruturação silábica (sândi vocálico externo ou juntura interna) ou a presença ou não de um elemento morfológico que, em um contexto apropriado, impedem ou favorecem o apagamento da preposição.

CONCLUSÃO

A aparente semelhança entre sentenças do inglês do tipo de *Mary gave John a book* e sentenças do **PBM** do tipo de *A Maria deu o João um livro* me levou a desenvolver este estudo. A hipótese inicial de que se tratava do mesmo fenômeno nas duas línguas sugeria que um estudo comparativo levaria à conclusão de que uma análise proposta para o fenômeno no inglês poderia se aplicar também ao **PBM**.

A comparação entre as sentenças relevantes, no entanto, logo de início, revelou que há diferenças significativas entre os processos que resultam na mesma ordem de constituintes em uma língua ou outra. Assim, a hipótese de que a ordem **V NP NP** em cada uma das línguas (ou dialetos) em foco resulta de diferentes processos começou a ganhar força e a comparação entre as duas línguas fornecia material para que a nova hipótese fosse melhor formulada, ao mesmo tempo que dava pistas da melhor direção a seguir para a verificação da correção da hipótese levantada.

Nesta etapa, foi importante a tentativa de aplicação das propostas formuladas para o inglês ou outras línguas aos dados do **PBM**. A distância entre os dois fenômenos aumentava a não ser por uma característica comum ao elemento que ocupa a posição entre o verbo e o objeto direto quando a ordem é **V NP NP** para o inglês ou **V PP NP** para o **PBM**: nestes dois casos, este elemento, o objeto indireto, tem como marca o caráter de tópico discursivo. Percebi que, embora distintos, os dois processos sintáticos têm uma origem comum.

Por ser o elemento representativo do tópico discursivo, em geral, associado a uma posição de **LD** na estrutura frasal no **PB**, proponho uma representação sintática para **V PP NP** nesta língua que será uma estrutura de base da mesma forma que a representação de **V NP PP**. Assim, não há razão para se pensar na ordem **V PP NP** como de-

rivada de um movimento motivado prosodicamente ou de *scrambling* do objeto para fora de **VP**, qualquer que seja a motivação para este fenômeno.

A parte sintática da questão foi encaminhada desta forma. No entanto, os dados do **PBM** requeriam um explicação adicional. Como explicar o apagamento da preposição *a*? A observação e análise dos dados me fez concluir que, aliado ao fator sintático, há um fator morfo-fonológico que, em contextos adequados, favorecem o apagamento da preposição.

A inovação desta proposta está em assumir uma estrutura de adjunção a **vP** para a representação do elemento deslocado, ou do tópico discursivo. A confirmação desta hipótese aponta para a ampliação dos contextos em que a construção com **LD** pode ocorrer no **PB**.

SUMMARY

The constructions involving verbs which select more than an internal argument have been extensively studied in the field of Generative Linguistics. However, there are still some interesting facts which require interpretation. This dissertation is the result of a syntactic study comparing this kind of constructions in English and in the Portuguese spoken by the people from the South-east of the state of Minas Gerais, in Brazil, more exactly, an area called Zona da Mata Mineira. I will refer to this dialect as **PBM**.

Following Larson (1988), I call **V NP PP** constructions such as *John gave a book to Mary* Dative Constructions. A sentence such as *John gave Mary a book* (**V NP NP**) is called Doubled Object Construction, **ODp** in this dissertation. It is a rather rare type of construction in the Brazilian Portuguese (**PB**) as a whole. It is limited to the speakers of some of its dialects, the **PBM** being one of them. For these people, a sentence such as *A Maria deu o João um livro* is quite common.

Based on data from English and the Portuguese from Minas Gerais (Zona da Mata Mineira), I demonstrate that the order **V NP NP** does not represent the same phenomenon in these two languages (or dialects). Thus, the analysis I suggest for the occurrence of **V NP NP** in **PBM** differs from those which have already been proposed for English and other languages which exhibit what I call genuine **ODps**. I propose that the two possible orders **V NP PP** and **V PP NP** are basic in **PB**. **V NP NP** will be the result of the interaction of distinct factors. One of them is syntactic and causes the order **V PP NP**. The other one is morpho-phonologic and its main consequence is the vowel (preposition) *a* dropping.

Key words:

1. Generative Grammar
2. Syntax
3. Double Complementation

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLERTON, D. (1978) "Generating indirect objects in English", *Journal of Linguistics* 14:21-33.
- AOUN J. & D. SPORTICHE (1983) "The formal theory of government". *The Linguistic Review*, 2: 211-236.
- AOUN J. & Y. A. LI (1989) "Scope and constituency". *Linguistic Inquiry*, 20:141-172.
- ARNOLD, M. D. (1995) *Case, periphrastic do and the loss of verb movement in English*, Tese de Doutorado: The University of Maryland.
- ARONOFF, M. (1976) *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- BAKER, C. L. (1979) "Syntactic theory and the projection principle". *Linguistic Inquiry*: 10:533-581.
- BARSS, A. & H. LASNIK (1986) "A note on anaphora and double objects". *Linguistic Inquiry*, 17: 347-414.
- BRAIN, M. D. S. (1971) "On two types of models of the internalization of grammars. In D. I. Slobin (ed.) *The ontogenesis of grammar: A theoretical symposium*, 153-186. New York: Academic Press
- BISOL, L (1993) "Sândi vocálico externo". In R. Ilari (ed.) *Gramática do português falado*, vol.II: Níveis de análise lingüística, Campinas, Editora da UNICAMP.
- BURT, M. K. (1971) *From deep to surface structure*, New York: Harper Row.
- BURZIO, L. (1986) *Italian syntax: a government and binding approach*. Dordrecht: D. Reisel Publishing Company.
- CARRIER-DUNCAN, J. (1985) "Linking of thematic roles in derivational word formation", *Linguistic Inquiry* 16: 1-34.
- CHAO, W. (1987) *On ellipsis*, tese de doutorado, University of Massachusetts, reproduzida por Graduate Linguistics Students Association, University of Massachusetts, Amherst, MA, EUA.
- CHOMSKY, N. (1975) *The logical structure of linguistic theory*, Chicago, University of Chicago Press.

- _____ (1981) *Lectures on government and binding*, Dordrecht: Foris.
- _____ (1986) *Knowledge of language: its nature, origin, and use*, New York: Praeger.
- _____ (1993) "A minimalist program for linguistic theory". In K. Hale & S. J. Keyser (eds) *The view from building 20*, Cambridge: The MIT Press.
- _____ (1995a) "Bare phrase structure". In G. Webelhuth (ed) *Government and binding theory and the minimalist program*, Cambridge: Basil Blackwell.
- _____ (1995b) "Categories and transformations". In N. Chomsky *The minimalist program*, Cambridge: The MIT Press.
- CHOMSKY, N. & M. HALLE (1968) *The sound pattern of English*, New York: Harper and Row.
- CHUNG, S. (1976) "An object-creating rule in Bahasa Indonesia", *Linguistic Inquiry* 7: 41-87.
- CINQUE, G. (1993) "A null theory of phrase and compound stress", *Linguistic Inquiry*, 24: 239-297
- CONTRERAS, H. (1990) "On resumptive pronouns". In H. Campos & F. Martinez-Gil (orgs.), *Current studies in Spanish linguistics*, Washington, Georgetown University Press.
- CREIDER, C. A. (1979) "On the explanation of transformations", *Syntax and Semantics* 12: 3-21.
- CYRINO, S. M. L. (1994) *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático diacrônico*, tese de doutorado, Campinas: UNICAMP.
- _____ (1996) "Objeto indireto nulo e "dative shift", (a ser publicado in *Estudos Linguísticos XXVI: Anais de Seminários do GEL*).
- _____ (em andamento) "Ocorrência de elementos nulos pós-verbais no português oral contemporâneo", projeto financiado pelo CNPq, processo 300469/95-0.
- CZEPLUCH, H. (1982) "Case theory and the dative construction", *The Linguistic Review* 2:1-38.
- DEMONTE, V. (1994) "On certain asymmetries between DOs and IOs". In G. Cinque, J. Koster, J. Y. Pollock, L. Rizzi & R. Zanuttini (eds) *Paths towards Universal grammar. Studies in honor of Richard S. Kayne*, Washington: Georgetown University Press.
- _____ (1995) "Dative alternation in Spanish", *Probus* 7:5-30.
- DIESING, M. (1990) *The syntactic root s of semantic partition*, Tese de doutorado. University of Massachusetts.

DILLINGER, M, C. GALVES, E. PAGOTTO & V. CERQUEIRA (1996) "A complementação no português falado", manuscrito, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina e Rio Branco: Universidade Federal do Acre.

EMONDS, J. (1972) "Evidence that indirect object movement is a structure-preserving rule", *Foundation of Language*, 8: 546-561.

_____ (1993) "Projecting indirect objects". *The Linguistic Review*, 10: 211-263.

FERREIRA, A. B. de H. (1986) *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A..

FIENGO, R. & MAY, R. (1994) *Indices and identity*, Cambridge: The MIT Press.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) "A perda do marcador dativo no PB e algumas de suas conseqüências", manuscrito, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

FILLMORE, C.J. (1965) "Indirect object constructions in English and the ordering of transformations", *Monographs on Linguistic Analysis*, 1. Paris: Mouton, The Hague.

FUJITA, K. (1993) "On movement and binding at LF", *Linguistic Inquiry* 24: 381-388.

_____ (1994a) "Middle, ergative and passive in English: A minimalist perspective". In *MIT working papers in linguistics 22: The morphology-syntax connection*, 71-90. MITWPL, Department of Linguistics and Philosophy, Cambridge, Mass: MIT.

_____ (1994b) "The syntax of middle and ergative formations in English", manuscrito, Osaka: Osaka University and Cambridge, Mass: MIT.

_____ (1996) "Double objects, causatives and derivational economy", *Linguistic Inquiry* 27: 146-173.

GALVES, C. C. (1989a) "O objeto nulo no português do Brasil: Percurso de uma pesquisa", *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 17: 65-90.

_____ (1989b) "Objet nul et structure de la proposition en portugais Brésilien", *Revue des Langues Romanes* 93: 305-336.

GUIMARÃES, M. (em andamento) *O movimento de constituintes sintáticos controlado fonologicamente: uma reflexão sobre o estatuto da interface sintaxe-fonologia no programa minimalista*, Dissertação de mestrado, Campinas: UNICAMP, SP.

GREEN, G. (1974) *Semantics and syntactic regularity*, Bloomington: Indiana University Press

GRIMSHAW, J. (1989) "Getting the dative alternation". In I. Laka & A. Mahajan (eds.) *The MIT Working Papers in Linguistics*, 10: 113-122.

- GROPEN, J., S. PINKER, M. HOLLANDER, R. GOLDBERG & R. WILSON (1989) "The Learnability and Acquisition of the Dative Alternation in English" *Language* 65:203-257.
- HAEGEMAN, I. (1991) *Introduction to government and binding theory*, Oxford: Blackwell.
- HAIDER, H. (1992) *Branching and discharge*, manuscrito, Universität Stuttgart.
- HERBURGER, E. (1993) *Focus and the LF of NP quantification*, manuscrito, USC.
- HORNSTEIN, N. (1995) *Logical form: From GB to minimalism*, Oxford: Blackwell.
- JACKENDOFF, R. (1990a) *Semantic structures*, Cambridge, Mass: The MIT Press.
- _____ (1990b) "On Larson's treatment of the double object construction". *Linguistic Inquiry*, 21: 427-455.
- JAEGGLI, O. (1980) "Remarks on *To* Contraction". *Linguistic Inquiry*, 11: 239-245.
- _____ (1986) "Passive". *Linguistic Inquiry*, 17: 587-622.
- KATO, M. A. (1991), publicado em 1993 "The distribution of pronouns and null elements in object position in Brazilian Portuguese". In W. Ashby, M. M. G. Perissinotto & E. Raposo (orgs.) *Linguistic perspectives on the romance languages*, Amsterdam: John Benjamins.
- _____ (1993) "Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica". In I Roberts & M. A. Kato (orgs) *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*, Campinas, Editora da UNICAMP.
- _____ (1994) "A theory of null objects and the development of a Brazilian child grammar". In R Tracy & E. Lattey (eds) *How tolerant is universal grammar: Essays on language learnability and language variation*, Tübingen, Max Niemeyer
- KAYNE, R. (1984a) *Connectedness and binary branching*, Dordrecht: Foris.
- _____ (1984b) "On certain differences between French and English". In R. Kayne, *Connectedness and binary branching*, Dordrecht: Foris.
- _____ (1984c) "Unambiguous paths". In R. Kayne, *Connectedness and binary branching*, Dordrecht: Foris.
- _____ (1984d) "Connectedness". In R. Kayne, *Connectedness and binary branching*, Dordrecht: Foris.
- _____ (1984e) "Datives in French and English". In R. Kayne, *Connectedness and binary branching*, Dordrecht: Foris.
- _____ (1994) *The antisymmetry of syntax*, Cambridge, Mass: The MIT Press.

- KENESEI, I. (1986) "On the logic of focus". In W. Abraham & S. de Meij (eds.) *Topic, focus and configurationality*, Amsterdam: John Benjamins.
- _____ (1993) "On the syntax of focus", manuscrito, University of Delaware, Newark and University of Szeged, Hungary.
- KISS, K. (1995) *Discourse configurational languages*, New York: Oxford University Press.
- KURODA, S.-Y. (1968) "Indirect object constructions in English and the ordering of transformations", resenha, *Language*, 44: 374-378
- LARSON, R. (1988) "On the double object construction". *Linguistic Inquiry*, 19: 335-91.
- _____ (1990) "Double objects revisited: a reply to Jackendoff". *Linguistic Inquiry*, 21: 589-632.
- LOBECK, A. (1987) *Syntactic constraints on ellipsis*, tese de doutorado, University of Washington, reproduzida por Indiana University Club, Boomington, Indiana, EUA.
- MARANTZ, A. (1984) "On the nature of grammatical relations", Cambridge, Mass: The MIT Press.
- _____ (1990) *Implications of asymmetries in double object constructions*, manuscrito, Chapel Hill: University of North Carolina.
- MATEUS, M. H. M., A. M. BRITO, I. DUARTE & I. H. FARIA (1989) *Gramática da Língua portuguesa*, Lisboa: Caminho.
- MATOS, M. G. A. P. (1992) *Construções de elipse de predicado em português - SV nulo e despojamento*, tese de doutorado, Universidade de Lisboa.
- MAY, R. (1985) *Logical form: Its structure and derivation*, Cambridge: The MIT Press.
- MAZURKEWICH, I & L. WHITE (1984) "The acquisition of the dative alternation: Unlearning overgeneralizations". *Cognition* 16:261-183.
- NUNES, J. (1994) "Linearization of non-trivial chains at PF", *University of Maryland Working Papers in Linguistics*, 2:159-177, Baltimore: University of Maryland at College Park
- _____ (1995) *The copy theory of movement and linearization of chains in the minimalist program*. Tese de Doutorado. Baltimore: University of Maryland at College Park
- OEHRLE, R. (1976) *The grammatical status of the English dative alternation*. Tese de Doutorado. Cambridge: The MIT Press.
- PESETSKY, D. (1995) *Zero syntax*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- PINKER, S. (1989) *The acquisition of argument structure*, Cambridge, Mass: The MIT Press

- POSTAL, P. (1971) *Crossover phenomena*, New York: Holt, Rinehart and Winston.
- RAMOS, J. (1992) *Marcação de caso e mudança sintática no português do Brasil: uma abordagem gerativa e variacionista*. Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP.
- RAPOSO, E. P. (1986) "On the null object in European Portuguese". In O. Jarggli & C. Silva-Corvalán (eds.) *Studies in romance linguistics*. Dordrecht: Foris.
- REINHART, T. (1979) "Syntactic domain for semantic rules". In F. Guenther & S. Schmidt (eds), *Formal semantics and pragmatics for natural language*, Dordrecht: Reidel.
- ROTHSTEIN, S. D. (1983) *The syntactic forms of predication*. Tese de Doutorado, Cambridge: MIT.
- SCHER, A. P. (1996) "Dative shift no PB: Uma estrutura de tópico". (a ser publicado in *Estudos Linguísticos XXVI: Anais de Seminários do GEL*).
- SPORTICHE, D. (1983) *Structural invariance and symmetry in syntax*. Tese de doutorado. Cambridge: The MIT Press.
- SPROAT, R. (1985) "Welsh syntax and VSO structure", *Natural Language and Linguistic Theory* 3: 173-216.
- STOWELL, T (1981) *Origins of phrase structure*, Dissertação de Doutorado, Cambridge: The MIT Press.
- STROIK, T. (1990) "Adverbs as V-sisters", *Linguistic Inquiry* 21: 654-661.
- VALLDUVÍ, e. (1992) *The informational component*, New York: Garland.
- WASON, T. (1981) "Comments on the paper by Baker. The logical problem of language acquisition". In C. L. Baker & J. J. McCarthy, 324-329. Cambridge: The MIT Press.
- ZAGONA, K. (1982) *Government and proper government of verbal projections*, tese de doutorado, University of Washington.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1996) *Word Order, prosody and focus*, manuscrito, USC.